



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**AS MULHERES NA EXPANSÃO MATERIAL DE
FORTALEZA NOS ANOS DE 1920 E 1930**

MÁRIO MARTINS VIANA JÚNIOR

**FORTALEZA/CE
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**AS MULHERES NA EXPANSÃO MATERIAL DE
FORTALEZA NOS ANOS DE 1920 E 30**

MÁRIO MARTINS VIANA JÚNIOR

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História Social à Comissão Julgadora da Universidade Federal do Ceará, sob orientação do **Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes.**

**FORTALEZA/CE
2009**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**AS MULHERES NA EXPANSÃO MATERIAL DE
FORTALEZA NOS ANOS DE 1920 E 30**

MÁRIO MARTINS VIANA JÚNIOR

Esta Dissertação foi julgada e aprovada, em sua forma final, no dia 18 de fevereiro de 2009, pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

Prof. Dr. Eurípedes Antônio Funes/UFC (Orientador)

Prof^a. Dra. Joana Maria Pedro/UFSC

Prof^a. Dra. Adelaide Maria Gonçalves Pereira/UFC

Quando o dia amanhecer, estejam sempre de bom-humor e, ao anoitecer, tenham no cansaço a felicidade.

(José Mário Viana da Silva)

Dedico este trabalho ao meu pai que sempre me apoiou em todas as minhas decisões e tornou a minha vida mais leve.

AGRADECIMENTOS

O exercício do agradecimento é um momento difícil, pois nele corremos o risco de esquecer muitos nomes injustamente.

De forma ampla, agradeço a todos aqueles que estiveram presentes, direta ou indiretamente, tornando este trabalho possível. Nessa empreitada, colegas conhecidos nos locais de pesquisa, professores, amigos e, sobretudo, a família foram fundamentais. Sintam-se, então, abraçados e recebam os meus mais sinceros agradecimentos.

Meu amigo, meu herói, você tornou tudo isso realidade. Mesmo em meio a muitas dificuldades materiais, você nunca pediu que eu desistisse. Sempre me apoiou incondicionalmente. Com sua serenidade fez a minha vida ficar mais fácil. Com seus ensinamentos acredito ter me tornado uma pessoa melhor. Pena você ter partido tão cedo e não poder participar deste momento, mas sei que onde você estiver estará torcendo por nós. Amo-te meu pai. Obrigado por tudo! Você deu sentido a tudo!

Agradeço a minha mãe. A senhora é parte desse processo e sempre terá meu respeito, gratidão e amor. Ao meu irmão Leandro e a minha irmã Leila serei eternamente grato, por tornarem nossa família um porto seguro e por me apoiarem sempre.

Ao meu eterno amor que me fez descobrir uma vida diferente e que sempre esteve pronta para me acolher. Amo-te minha moça! Você que tantas vezes deixou seus afazeres para me ajudar na produção de meus textos e que, mesmo na distância, se fez presente, tornou mais leve o momento da partida e deu sentido a palavra saudade.

Sou grato também a minha sogra, Maria de Fátima. Sua acolhida me tomando como filho e nossas muitas conversas me tornaram parte do que sou hoje.

Aos meus amigos do PET, um carinho especial. Foi naquela sala escondida no Centro de Humanidades que iniciei meus primeiros passos na pesquisa. O PET, como um corredor de passagem, tornou possíveis encontros entre diferentes gerações. Agradeço então aos mais antigos sem, contudo, fazer qualquer diferença de idade (Lucília, Marla, Márcio Inácio, Idalina, Carlos Henrique, Eduardo, Raimundo e Guilherme). Aos quatro últimos, um agradecimento específico por terem contribuído diretamente na minha pesquisa.

Não poderia esquecer os mais contemporâneos (Jofre, Keile, Keifer, Rafael, Loren e Daniel). Vocês tornaram as reuniões das sextas-feiras à tarde menos enfadonhas e as discussões mais interessantes. Aos mais novos (Renan, Rubem, Guilherme Montenegro), obrigado pela paciência com um “velho petiano”. Sintam-se abraçados.

À amiga Patrícia, não apenas dos tempos de PET e da graduação, mas de toda a vida, não poderia faltar minha atenção particular. Amo-te, você é minha “ídola”!

Agradeço a todos os professores! Em especial, cito o professor Almir Leal que fez com que eu não desistisse do curso. Aos professores e tutores, mas também amigos, Franck Ribard e Ana Carla Sabino o meu muito obrigado. Vocês mostraram que a Academia não é feita apenas de relações formais.

Ao meu orientador e amigo Eurípedes Funes, agradeço por sempre ter acreditado em mim e por ter prolongado essa parceria acadêmica que hoje tem quase cinco anos.

À professora Adelaide Gonçalves, agradeço pela atenção e confiança dada a um “desconhecido” ao ter possibilitado minha ida à Florianópolis. De lá, agradeço de maneira especial à professora Joana Maria Pedro que me recebeu com o carinho e calor que muitas vezes as terras do Sul não oferecem.

Ainda em “Floripa”, sou eternamente grato aos amigos cearenses (Afonso, André, Célia, Eveline e Felipe) e aos “pseudo-

manezinhos” (Gerson, Rafael, Joana, Maíse e Soraia). Suas amizades verdadeiras amenizaram meu sofrimento com a solidão.

Aos meus amigos de graduação (Régis, Kleber, Bruno, Jana, Cícera, Ricardo e Priscilla), interpet (Auricélio, Javam, Diego Gadelha e Carol, Elydiana e Priscila) e mestrado (Raquel, Kleiton e Gil), meus mais sinceros agradecimentos. Vocês são parte deste trabalho. Em particular agradeço ao Renato Rios pelo carinho de uma amizade verdadeira e ajuda na escrita até o último momento. Esta dissertação também é tua!

Às psicólogas Eugênia, Helenira, Héliida e Paula que vieram junto com a minha “pequena”. Sempre foram e serão verdadeiras amigas.

Ao Mathias, Diego e William. Amigos de longa data que sempre me apoiaram e estiveram presentes.

Finalmente, agradeço ao Programa de Educação Tutorial (PET) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que através dos cinco longos anos de bolsa na Graduação e na Pós, viabilizaram materialmente esta caminhada. À Dona Regina e Silvinha, funcionárias da Pós, e Dona Telma da Secretaria, agradeço o carinho e a atenção, além das facilidades com os tramites burocráticos nos mais diversos relatórios.

RESUMO

Neste trabalho procuramos compreender as relações de gênero estabelecidas no processo de expansão material da cidade de Fortaleza nos decênios de 1920 e de 1930. Para tanto, focamos as ações das mulheres que se inseriram e possibilitaram tal processo. Elas eram as profissionais liberais e proprietárias negociantes, mas também trabalhadoras pobres e empregadas domésticas, entre muitas outras. Assim, tentamos mostrar algumas das variadas formas de como a expansão tocava os diferentes sujeitos, engendrando, por um lado, aproximações e relações de solidariedade, mas, por outro, conflitos e contradições expressos em aspectos de gênero. Como recursos, utilizamos documentos de caráter variado, tais como: processos crimes, livros de registros policiais, escrituras comerciais, jornais, guias e almanaques da cidade, códigos legislativos e crônicas.

ABSTRACT

In this work I tried to comprehend the process of material expansion in Fortaleza City on the decades of 1920 and 1930 and its involvement in the gender relationships. To do that, I've focused in the actions of women who were inserted by themselves and made that process happens. This group is composed by liberal professionals, proprietary traders, and also by poor employees and domestic workers, among some others. So, I've tried to show some of many ways that how this expansion used to touch different subjects, resulting in one hand, some approximations and solidarity relationships, but in the other, conflicts and contradictions expressed in gender aspects. I've used many kind of documents as features, like crime processes, books of police registers, commercial scriptures, newspapers, city guides and almanacs, legislative codes and chronicles.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO I – AS MULHERES NA CIDADE: A importância da administração profissional	38
1.1 Públicas experiências femininas? Algumas atividades das mulheres fortalezenses	53
1.2 As mulheres no papel e o papel das mulheres	73
CAPÍTULO II – AS MULHERES PROPRIETÁRIAS: da casa para a rua	97
2.1 A participação das mulheres na especulação imobiliária: peculiaridades e paradoxos de uma expansão	101
2.2 O significado e a força das mulheres negociantes: o imóvel como moeda	130
CAPÍTULO III – AS MULHERES PROPRIETÁRIAS: da rua para a casa	160
3.1 Proprietárias (os) e Trabalhadoras Domésticas – relações sociais e de gêneros	166
3.2 Patroas, Patrões e Criadas – Vigilâncias e Insubordinações	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
FONTES	208
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211

ÍNDICE DE IMAGENS, FIGURAS E TABELAS

Imagem 01 – Excelsior Hotel	49
Imagem 02 – Doutora Ida Santos Elery	67
Imagem 03 – Doutora Maria S. Cavalcante Nogueira	70
Imagem 04 – Farmacêutica Julia Cavalcante	70
Imagem 05 – Planta da Cidade	105
Imagem 06 – Parte leste da cidade	118
Figura 01 – Média Total por estado civil	139
Tabela 01 – Vilas e Sítios	102
Tabela 02 – Análise Geral das Escrituras	133
Tabela 03 – Média de mulheres compradoras e vendedoras	134
Tabela 04 – Média Total de mulheres considerando o estado civil	139
Tabela 05 – Atuação das mulheres nos negócios de imóveis segundo o estado civil e profissão	145

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Fortaleza, 20/06/1937. Centro da cidade. Na Avenida do Imperador, ouviu-se um disparo. Um homem ferido saiu de um carro. Uma bala atravessou sua mão alojando-se na perna esquerda. A autora da detonação, feita com um revólver “próprio para mulher”, permaneceu sentada no banco traseiro do veículo. Mais tarde, na delegacia, foram identificados como vítima e agressora, Júlio Saraiva e Maria Luiza de Oliveira Ferro, respectivamente. Ele, empreiteiro de obras e ela, também conhecida como Dona Luizinha, proprietária de uma sortida mercearia.¹

Por vários dias, imaginar o estampido desse disparo fez parte do nosso dia-a-dia.² O barulho do tiro parecia estar presente, inquietando e propiciando algumas reflexões. Mais que o incômodo, o estrondo alimentava a curiosidade de investigar a vida daquela mulher e, de forma mais ampla, inquirir sobre o que era próprio das mulheres e homens naquela cidade e naquele período. Em outras palavras, instigava-nos a pesquisar o que significava ser homem e mulher, o que representava ser de um ou outro sexo no meio social fortalezense dos anos de 1920 e 30, bem como a maneira que eles se relacionavam.

O crime apontado teve vários registros. Apareceu no jornal *Gazeta de Notícias*, deu entrada na I Delegacia, com diferentes anotações, e chegou ao meio judiciário, tornando-se processo criminal. Naquele momento, os ruídos do crime cometido por uma mulher ecoaram em diversos âmbitos do meio social e urbano,

¹ APEC, Tribunal de Justiça, Ações Criminais, Ferimentos, Caixa-37, 1937/28.

² Optei por escrever este trabalho na primeira pessoa do plural, no sentido delineado por Certeau: “Um ‘nós’ se apropria da linguagem pelo fato de ali ser posto como locutor. [...] A mediação deste ‘nós’ elimina a alternativa que atribuiria a história *ou* a um indivíduo (o autor, sua filosofia pessoal, etc.) *ou* a um sujeito global (o tempo, a sociedade, etc.). Substitui a estas pretensões subjetivas ou a estas generalizações edificantes a positividade de um *lugar* onde o discurso se articula sem, entretanto, reduzir-se a ele”. CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 75 e 76.

tocando e sendo interpretados de formas diferenciadas por aqueles que recebiam a notícia.

Particularmente, o contato com os resquícios desse incidente, ocorrido há mais de 70 anos, deu-se por conta da nossa participação como bolsista no Programa de Educação Tutorial – PET, a partir da inserção no projeto *Conservar para Preservar, Preservar para Conhecer*³ ainda na graduação que, entre outros aspectos, possibilitou um maior entendimento e compreensão acerca das fontes criminais para a produção do conhecimento histórico e, mais especificamente, para começar a pensar uma proposta de pesquisa.

Tais fontes sinalizavam a possibilidade de entendimento das relações conflituosas tanto na escala do micro, do cotidiano, como em um nível mais amplo e macro, isto é, que percepções existiam em torno dos papéis sociais dos sujeitos e como as ações destes destoavam ou não dos parâmetros estabelecidos. Por se tratar de documentação polifônica, pudemos encontrar diferentes falas como as daqueles que exerciam e buscavam a manutenção do poder instituído, além dos testemunhos dos que observavam e cometiam desregramentos. Formavam esse conjunto: acusados, vítimas, testemunhas, policiais, delegados, advogados, promotores e juízes. Dessa maneira, mediante as múltiplas falas, foi possível, pouco a pouco, enveredar pelas formas como alguns sujeitos agiam e pensavam na Fortaleza de 1920 e 30.

A riqueza de informações que surgia a todo instante mereceu sérios cuidados no momento da análise, pois, no momento em que se iniciou o acesso à dinâmica citadina cotidiana, esta se encontrava eivada de mediação oficial e inventividade dos sujeitos envolvidos. A própria análise das falas exigiu extrema prudência na medida em que apontavam perfis femininos e masculinos

³ Esse projeto, desenvolvido pelo grupo PET-História/UFC, teve duração de três anos (2003-2006) e consistiu na identificação, catalogação e acondicionamento de 2.587 documentos de caráter criminal que estavam sob a tutela do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEEC).

idealizados, muitas vezes, conflitantes, ou mesmo distantes, das relações e práticas sociais estabelecidas.

Nesse contexto foi importante o contato com o trabalho desenvolvido por Carlo Ginzburg e, mais especificamente, com a sua forma de tratamento e abordagem dos documentos criminais. Segundo ele, embora essas fontes tenham sido produzidas sob o olhar e a mediação do poder instituído, seriam elas indícios de quanto a realidade histórica é paradoxal, na medida em que “[...] uma realidade cultural contraditória pode transparecer mesmo de textos controlados como os dos processos da Inquisição”.⁴

Era imprescindível manter-nos atentos aos cuidados necessários às interferências na reprodução das falas dos sujeitos em outra tarefa árdua e indispensável: o esmiuçar dos processos e das demais fontes criminais. Guardadas algumas exceções, os processos crimes assumiam o seguinte formato: 1- Denúncia da Promotoria; 2- Inquérito policial; 3- Auto de prisão; 4- Exame de corpo de delito (casos de agressão); 5- Depoimentos na delegacia (envolvidos e testemunhas); 6- Exame descritivo do réu; 7- Relatório do delegado remetido para o distribuidor do Foro; 8- Mandado de citação dos envolvidos pelo Juiz; 9- Contestação do crime pelo acusado; 10- Intimação dos envolvidos (acusado, vítima e testemunha); 11- Auto de qualificação do réu em juízo; 12- Depoimento das testemunhas; 13- Depoimento do acusado; 14- Relatório do Promotor (acusação); 15- Relatório da defesa; 16- Autos conclusivos do Juiz.

O entendimento e a caracterização do funcionamento interno dos inquéritos, dos processos criminais, do espaço da delegacia e do âmbito jurídico, de maneira geral, facilitaram as idas e vindas, os avanços e recuos no mapeamento das experiências dos sujeitos e de seus juízos de valores que sinalizavam formas corretas e díspares de ser e estar em Fortaleza.

A partir da investigação de diferentes processos e de um esforço de imaginação histórica, foram sendo agregados outros

⁴ GINZBURG, Carlo. A Micro-História e Outros Ensaio. Rio de Janeiro, 1989, p. 210.

sons ao estampido inicial do tiro provocado pela arma de fogo que Dona Luízinha portava. Tais documentos guardavam certa similitude e marcavam uma sonoridade e temporalidade específica em que as mulheres agiam com violência em relação aos homens. O ajuntamento de outros crimes em que eram as mulheres as acusadas de agressão possibilitou o delineamento de uma primeira e incipiente problemática para a investigação que foi pautada pela preocupação em torno da vitimação dos homens.

Foram vários os registros encontrados que enquadravam as ações das mulheres como criminosas. A escolha por esses tipos de transgressões nos permitiu evidenciar redes de relações paradoxais, questionamentos e enfrentamentos às tentativas de exercício do poder masculino através das atitudes de violência física exercidas pelas mulheres e que não foram censuradas pela violência andrógena (casos em que as mulheres foram vítimas). Logo, interessava investigar não apenas o resultado final dessas ações, mas, sobretudo, como elas foram se constituindo, que tramas criavam, pondo em evidência as experiências das mulheres que rompiam as normas sociais e delineavam outras maneiras de se relacionarem com os homens, tal como no caso de Dona Luízinha.

A inquietação por saber mais sobre essa mulher nos permitiu encontrar registros seus em outras fontes policiais.⁵ Mais que isso, possibilitou o acesso a um número expressivo de queixas em que homens eram feitos vítimas pelas mulheres. A partir das ofensas proferidas foi possível nuançar aspectos próprios das relações sociais dos (as) fortalezenses, partindo de elementos considerados depreciativos para entender, também, aqueles de caráter valorativo. Assim, as ofensas orais transcritas pelos escrivães possibilitaram o conhecimento acerca de alguns valores e depreciações em voga para aqueles sujeitos históricos, além das

⁵ APEC, Livro de Registro de Identificações Criminais, 1934, n° 34, 21/06/1937; APEC. Rol dos Culpados (fev/1934 – set/1938), n° 857, p. 435, 20/06/1937.

diferenças de tratamento conforme o sexo, a idade e a classe social.

Tais registros estavam no *Livro de Identificações Criminais*, *Livro de Apresentação de Delinqüentes* e, sobretudo, nos *Livros de Queixas*. Guardadas as especificidades de cada livro, o traço comum observado em tais fontes foi a possibilidade de acesso ao imediatismo cotidiano, às situações de caráter corriqueiro, mas nem por isso mecânicas e que, muitas vezes, não alcançavam as proporções judiciais. Estes livros mostravam a circulação e funcionalidade dentro do meio policial.

Um cuidado metodológico tomado em relação a essas fontes diz respeito à atenção aos seus indícios e às possibilidades de cruzamento de elementos encontrados entre elas e outros documentos. Mesmo sendo informações bem diretas e sintéticas, tornaram possível a evidência de estratégias, táticas de sobrevivência e dominação traçadas pelos sujeitos envolvidos.

Tais documentos viabilizaram, ainda, um melhor entendimento da constituição material e espacial da cidade a partir das relações entre homens e mulheres que apontavam para a composição de espaços masculinizados e feminizados, além do tratamento diferenciado atribuído aos diferentes indivíduos de acordo com sexo no âmbito da delegacia. Constituições essas que coadunaram com nossa proposição mais ampla de buscar entender o que representava ser homem e mulher nesse momento histórico. No entanto, era preciso saber mais e sair do universo policial para compreender a pluralidade das relações sociais.

Na pesquisa com periódicos, outra vez foram os indícios da ação de Maria Luiza que orientaram nossa investigação. Com a manchete “Luta dentro de um automóvel”,⁶ o cronista que escreveu sobre o incidente parecia não acreditar que uma mulher fosse capaz de cometer um disparo, de realizar um ato agressivo. O

⁶ BPMP, Setor Hemeroteca, Fortaleza, Jornal Gazeta de Notícias, 22/06/1937, p. 04.

barulho do estampido era, assim, abafado pelos estalos e pela autoridade da máquina de escrever do jornalista.

Ao tratar os jornais como fontes históricas, estes foram entendidos como meios propagadores de condutas sociais, especificamente relacionados aos aspectos comportamentais de homens e mulheres. Eram tentativas de delineamento dos modos de agir dos sujeitos. Discursos construídos e propagados que endossavam perfis masculinos e femininos.

Foram dois os periódicos escolhidos: *Gazeta de Notícias*⁷ e *Folha do Povo*⁸, ambos sob a tutela da Biblioteca Pública Menezes Pimentel (BPMP). Embora tivéssemos conhecimento da existência de outros jornais de ampla circulação, como *O Nordeste*, escolhemos selecionar aqueles pelo seu caráter laico na construção e propagação de padrões comportamentais de gênero em seus mais variados compartimentos internos, além de disporem de elementos contraditórios no tratamento das atitudes dos sujeitos, principalmente, em relação às diferenças sexuais.

Os anúncios comerciais alicerçados em práticas costumeiras de seus possíveis clientes (aspectos evidenciados principalmente quando existia a tentativa de venda dos diferentes produtos) e as piadas, que mediante o tom jocoso evidenciavam o que fazia rir e ser ridicularizado no meio social, apontavam aspectos convergentes. Uma ressonância que tocava os diferentes públicos leitores, apontando para um delineamento secundário de tudo que envolvesse o sexo feminino e uma desqualificação das ações das

⁷ O jornal *Gazeta de Notícias* foi fundado em 10/07/1927 por Antonio Drumond. Apresentando publicação diária (exceto aos domingos), chegou a ser empastelado no primeiro mês de existência por fazer oposição ao Presidente do Estado. Em 1972, foi adquirido pela empresa *O POVO*, passando a circular também aos domingos.

⁸ Também com circulação diária, exceto aos domingos, o periódico *Folha do Povo* teve seu primeiro número publicado no dia 13/02/1912, sob a orientação de Hermenegildo Firmeza. Por algum tempo, foi órgão do Partido Republicano aderindo, posteriormente, à causa rabelista. Chegou a desaparecer em 1920, voltando a circular em 1931, ainda sob a direção de Firmeza. Nesse mesmo ano, os leitores podiam realizar assinatura anual ou semestral do jornal pelos valores de 50\$000 e 30\$000. Em seu corpo, observava-se uma divisão que assim ordenava o periódico: manchetes nacionais, locais, muitos anúncios e assuntos concernentes ao comércio e as finanças. Também trazia, quase que diariamente, uma coluna de caráter lúdico, denominada *Notas Mundanas*, além de publicar as quartas-feiras e aos sábados uma outra destinada a assuntos relativos ao sexo feminino: *Secção das Mulheres*.

mulheres, mas que, ao mesmo tempo, as convidava a agir e a pensar de uma maneira diferenciada. Dessa proposição, a percepção e o entendimento das idéias que circulavam nos jornais surgiram como pauta de análise em virtude das relações de gênero tão díspares, evidenciadas também em diversas outras fontes.

Nos anúncios comerciais e reportagens do *Gazeta de Notícias* foram encontrados balizamentos que permitiram problematizar questões referentes às formas ideais de trabalho de acordo com o sexo, enfatizando aspectos de caráter feminino e masculino. Através das imagens dos anúncios reforçadas com alguns textos, foi possível visualizar divisões sexuais dos espaços, cabendo ao homem, por exemplo, o trabalho externo, enquanto que a mulher ficaria detida nos liames do lar. Elementos que apontavam para a tentativa de constituição de uma família nuclear burguesa, homogênea e idealizada, tendo na figura do pai, marido e trabalhador o seu expoente máximo.

No periódico *Folha do Povo*, havia duas colunas (uma diária e outra com duas publicações semanais) que tratavam da definição dos perfis sexuais e que mereceram mais atenção. Inicialmente, observou-se a coluna *Notas Mundanas* onde estavam os escritos de caráter lúdico. Neste espaço, foi possível constatar uma série de piadas percebidas como formas de manutenção e reforço das desigualdades sócio-sexuais, ao associar aspectos positivos aos homens e termos pejorativos e depreciativos às mulheres. Estas eram representadas ligadas a aspectos fúteis, às fofocas diárias, aos assuntos frívolos, subservientes ao universo varão.

Seguindo a linha de tentar configurar padrões femininos e masculinos ideais, havia outra coluna intitulada *Secção das Mulheres*. Ali, estavam atributos que seriam exclusivos ao diálogo feminino. Assuntos referentes à esfera doméstica, moda, beleza, culinária, entre outros, que ratificavam as delimitações sociais e espaciais pretendidas para homens e mulheres.

Entretanto, longe de configurar perfis sexuais homogêneos, o jornal *Folha do Povo* divulgava diferentes formas de

comportamento noticiando os avanços da luta das feministas na busca pelo direito de voto da mulher em nível nacional. Em alguns artigos havia inclusive a incitação das mulheres a ocuparem cargos e espaços no âmbito público, além do estímulo à educação. Assim, se por um lado havia a tentativa de cercear as ações das mulheres propagando maneiras corretas de se portar no meio social, através do lúdico e das ridicularizações, por outro, instigava e tornava explícito diferentes modos de vida possíveis, nos quais as experiências das mulheres eram mais ativas e não se curvavam ao domínio masculino.

A busca pela regulamentação das relações sociais com base na diferença sexual não era exclusividade dos jornais, mas estavam presentes nas fontes legislativas de época. Quando submetidas à interpretação histórica, as leis auxiliaram na compreensão das dimensões dos ordenamentos sociais que tentavam balizar as ações dos sujeitos. Escritas que impetravam maneiras corretas de estar na sociedade e que quando não eram cumpridas acionavam uma série de dispositivos punitivos aos infratores, dos quais os registros policiais e judiciais nos deram vastos exemplos.

Optamos por trabalhar com dois códigos nacionais: a *Constituição Brasileira de 1891* e o *Código Civil de 1916*. O primeiro deles significava a Lei máxima e fundamental do país que assumia o regime republicano. Este documento apontava normas concernentes à formação dos poderes públicos, forma de governo, distribuição de competências, direitos e deveres dos cidadãos, entre outros, distribuídos em 98 artigos permanentes e em oito disposições transitórias. Servia, ainda, como subsídio e base para elaboração de outros códigos, como no caso do Código Civil de 1916, livro regulador de forma mais específica dos direitos e obrigações de ordem privada que diziam respeito às pessoas, aos bens e as suas relações.

A leitura desses dois documentos também se estruturou na observação do tratamento diferenciado conferido aos sujeitos.

Mesmo baseados na vertente do Direito Clássico de cunho liberal, que visava à igualdade entre os cidadãos, essas obras acabavam por reproduzir em seus corpos a diferenciação dos indivíduos com base no sexo e na condição social. Assim como nos jornais, as aspirações e idealizações aqui erigidas foram confrontadas com as práticas sociais dos indivíduos, apontando mais para distanciamentos do que para aproximações, além de explicitar possíveis formas de apropriação do corpo da lei, sobretudo, pelas mulheres.

No momento da análise dessas fontes, em particular do Código Civil de 1916, a imaginação quanto à sonoridade propiciada pelo processo criminal de Dona Luízinha ainda se fazia presente em nossas reflexões. Contudo, não era mais o estrondo do tiro que inquietava. O que chamava atenção era o som proporcionado pelos livres passos dessa mulher na cidade, eram os diálogos que ela estabelecia trabalhando em seu comércio, espaço que lhe exigia uma sociabilidade muito distinta daquela conferida pelo reduto do lar. Percursos traçados sem a presença do marido e práticas negadas pelo Código de 1916.⁹ De fato, o que nos intrigava era a sonoridade de uma experiência tão divergente daquelas que os códigos e jornais de época almejavam e propagavam. Tais questões nos fizeram refletir se seria esse modo de vida, marcado pelas negociações comerciais e pelo livre caminhar na cidade, singular e único, se ele seria uma exceção.

Essa inquietação acabou direcionando a investigação para as fontes de caráter comercial da cidade, no sentido de buscar e mapear outras experiências de mulheres. Para tanto, recorreremos aos *Guias Turísticos* e *Escrituras Comerciais*. Inicialmente, trabalhamos com os *Guias Turísticos*, onde foram encontradas informações diversas sobre a constituição dos espaços e atividades desenvolvidas no âmbito urbano, tais como: ruas,

⁹ Estamos nos referindo ao Art. 247 em que a mulher precisava da autorização do marido para exercer trabalho. *Código Civil de 1916*. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1723.

logradouros, repartições públicas; horários, passagens e fretes em bondes, vapores e trens, consulados, associações; casas de ensino, comércio e de caridade; horários de cultos, localização de templos religiosos; tarifas postais telegráficas; passeios e diversões; indicadores da indústria e das profissões liberais.

De forma direta, esse material permitiu um acesso mais detalhado às atividades engendradas por muitas mulheres no espaço comercial da Fortaleza de 1920 e 30. Sugestões de profissões que apareciam nos livros de queixas foram aqui confirmadas e ampliadas, contradizendo as lógicas produzidas e divulgadas pelas leis e jornais que indicavam trabalhos específicos de acordo com o sexo. Nesse sentido, foi possível problematizar e substituir a hierarquização estática da divisão espacial sugerida naquelas fontes, com base nas diferenças entre os sexos, por uma reflexão sobre os espaços, constituídos e desconstituídos de acordo com a dinâmica das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres.

As outras fontes escolhidas foram as *Escrituras Comerciais*. Registros de compra e venda de imóveis, de aluguel, de hipotecas, de empréstimos e de empreitadas. Através dessas anotações cartoriais, pudemos visualizar o enfático crescimento espacial da cidade sugerido pela historiografia local, além de identificar uma significativa participação das mulheres, as quais configuravam diferentes perfis femininos nessa esfera comercial. Essas escrituras possibilitaram um entendimento das relações comerciais a partir da ação das mulheres, evidenciando-as como sujeitos históricos ativos na constituição material da cidade, atuando tanto nas fímbrias do sistema quanto de maneira central na esfera pública.

O tratamento dessa documentação resultou em trabalho extenso: 4.488 escrituras foram identificadas, tabuladas e analisadas. Buscamos, assim, atuar de maneira ampla, a fim de contemplar e entender o aspecto quantitativo e qualitativo dessas fontes. Dessa forma, paralelamente aos perfis femininos díspares,

evidenciados pelo cruzamento das informações obtidas e através da identificação de ações de uma mesma tipologia, configurando e apontando para modos de vida específicos, também mantivemos a atenção para as possíveis excepcionalidades que a repetição numérica dos dados tendia a ocultar.

Quanto ao estado civil, realizamos o mapeamento de alguns perfis relativos às mulheres viúvas. Algumas que, sem tanta experiência no trato econômico e diante da morte do marido, viram-se na luta pela sobrevivência diária, vendendo as posses herdadas e se apresentando inúmeras vezes nos registros escriturários. Mulheres que somente apareciam nesses documentos na condição de vendedoras. Contudo, encontramos muitas outras que assumiam a total administração dos bens deixados pelo cônjuge, comprando e vendendo e tornando-se verdadeiras negociantes no incipiente negócio imobiliário fortalezense, ao aproveitarem a expansão territorial e socioeconômica da cidade nos anos de 1920 e, sobretudo, 30.

Ainda em relação ao estado civil, descobrimos moças solteiras, muitas vezes, criadas por mães viúvas sem a presença do pai em casa, que tiveram uma educação diferenciada, encaminhando-se nas profissões liberais e em outras oportunidades criadas pela lógica capitalista urbana. Mulheres que se esquivavam do *mercado matrimonial*, adiando a segurança econômica que o casamento muitas vezes ofertava, para enveredar em atividades comerciais, com o intuito de irem em busca de sua independência financeira e profissional, além de romperem com a lógica mercadológica que destinava a mulher ao trabalho interno da casa e propiciando formas de emancipação social.

Existiam, também, aquelas casadas que, mesmo precisando da anuência do marido para negociar, burlavam a lei e estabeleciam contatos comerciais com outros homens e com outras mulheres de forma autônoma. Mulheres que, sozinhas, se faziam presentes nos cartórios e efetuavam negociações. Dentre quase duzentos registros, pareceu-nos bastante importante uma

negociação ocorrida em 02/03/1936. Neste dia, o operário José Ângelo de Moura vendeu uma casa de taipa e telha encravada em um loteamento no Sítio Saint Cloud pela quantia de 500\$000. A compradora, para nossa surpresa, era Luiza de Oliveira Ferro, a mesma que realizou o disparo contra Júlio Saraiva.¹⁰

Nesta instigante caminhada da pesquisa, mais uma vez, foi bastante esclarecedor o contato com os estudos de Carlos Ginzburg, principalmente aqueles que tratam da importância do nome na investigação histórica. Segundo ele:

[...] se o âmbito da investigação foi suficiente circunscrito, as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos. O fio de Ariana que guia o investigador no labirinto documental é [...]: o nome. As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido.¹¹

De fato, o elemento propulsor de toda esta investigação foi a busca de registros que envolviam o nome de Maria Luiza Ferro. Contudo, no decorrer da pesquisa, a vivência dessa mulher deu lugar às muitas experiências. Do individual, foi possível mapear variados modos de vida de mulheres em diferentes instâncias do cotidiano citadino, vislumbrando a pluralidade inerente às relações de gênero naquele momento. A trama de acontecimentos que envolvia a vida dessa senhora cedeu espaço e apontou para teias sociais mais amplas.

Assim, alguns dos objetivos e problematizações que motivaram esta pesquisa cederam espaço para outros que se tornaram densos no decorrer do trabalho, mas que inicialmente não estavam tão claros e somente apareciam de formas díspares e fragmentárias. Embora não abandonando os documentos criminais,

¹⁰ APEC, Cartório Ponte, Escrituras particulares, Caixa 08, livro 31, p. 93, 1936. Embora houvesse a ocultação do primeiro nome (Maria) nesse registro, a comparação da assinatura dessa senhora feita no processo criminal e na escritura permitiu perceber que se tratava da mesma pessoa.

¹¹ GINZBURG, Carlo. Op. Cit., p 173 e 175.

a preocupação em torno da criminalidade das mulheres e da vitimização dos homens foi aos poucos sendo posta de lado, na medida em que outras problemáticas pareciam mais interessantes de serem investigadas, tais como: a constituição e hierarquização dos espaços e profissões de acordo com os sexos em uma cidade que passava por forte expansão, crescimento e que, concomitantemente, abria espaço para atuação das mulheres ao mesmo tempo que tinha em suas experiências um forte alicerce para o seu desenvolvimento. Questões múltiplas que foram, então, sendo agrupadas e entendidas como parte de uma proposta que se revelou mais ampla e que tinha nas ações das mulheres o seu eixo principal.

Nessa perspectiva, definimos como um dos principais objetivos a investigação das diferentes formas de inserção das mulheres no processo de expansão da cidade nos anos de 1920 e 30, focando as contradições de tal processo e as suas implicações para as relações de gênero, onde Maria Luiza de Oliveira Ferro era apenas um nome entre vários outros. Isto possibilitou o conhecimento de perfis urbanos femininos diversos, tomados a partir da experiência de mulheres, que mediante suas ações afrouxaram e desfizeram limitações sociais erigidas com base nas diferenças sexuais, construídas tanto por homens como por mulheres. Experiências que propiciaram novas formas de relacionamento entre os sujeitos, nas quais foram evidenciadas múltiplas maneiras de agir das mulheres diante dos homens, mas também em relação a outras mulheres.

Essa delimitação espacial e temporal do objeto de estudo se deu tanto pelo movimento de investigação das fontes e pelas hipóteses levantadas como pelos apontamentos e análises de parte da historiografia local. Conforme Sebastião Rogério Ponte, os anos 20 foram marcados pelo crescimento e remodelação urbana alicerçados em uma perspectiva higienista e de racionalização dos espaços que, embora tenham sido principiados já em meados do século XIX, passavam nessa década por intensa

e inédita ampliação.¹² Na tentativa de conferir à cidade um caráter cada vez mais moderno, acompanhava-se de perto um volumoso desenvolvimento do setor comercial, além do aumento no número de profissionais liberais e de um original acréscimo de negócios no incipiente setor imobiliário.

O caráter de desenvolvimento urbano e o aprofundamento da inserção de Fortaleza no desenvolvimento capitalista internacional, tendo como porta de acesso o porto da cidade, baseavam-se, cada vez mais, no incremento tecnológico, fornecendo colorações específicas ao espaço urbano. Assim, ampliava-se o comércio e dinamizavam-se intensamente as negociações, na medida em que também havia uma demanda substancial pelo destacado acréscimo populacional nas décadas de 20 e 30. Aspectos que passavam a fazer parte do cotidiano fortalezense e permitiam uma introdução inaudita das mulheres na vida econômica e social da cidade, ampliando seus espaços de participação e configurando proeminentes mudanças de comportamento.

Para os indivíduos que vivenciaram esse período histórico, o surgimento de outras expectativas e necessidades, ocasionadas pelas transformações materiais pelas quais a cidade passava, acabou também por ampliar as mudanças nas relações de gênero. O processo de expansão urbano-comercial citadino, a partir de 1920, e nos anos 30, foi considerado um importante fator de contribuição na ampliação da participação das mulheres e, dessa forma, no afrouxamento das limitações com base nas diferenças entre os sexos, justificando, assim, essa década como de fundamental importância para o início de nossa investigação e já configurando um recorte temporal viável. Para se ter uma idéia do aumento de volume de negociações de terras e imóveis, os anos de 1920 apresentaram um crescimento em relação à década de

¹² PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

1910 na proporção de 404,5%.¹³ Importante salientar que o envolvimento de mulheres em atividades econômicas não era exclusivo desse período. Samara, através de análises do Censo de 1887, demonstrou a existência de várias trabalhadoras pobres chefes de domicílios, no final do século XIX.¹⁴ Contudo, os empregos eram aqueles de baixa remuneração e pouco reconhecimento público, exercidos, principalmente, quando da ausência do homem provedor.

O intuito não é de afirmar que nas décadas de 1920 e 30 não mais existisse essa configuração socioeconômica. Entretanto, havia outra situação peculiar nesse momento: a ampliação da participação das mulheres nas relações sociais e econômicas, oriundas não apenas da ausência dos homens ou da situação de pobreza. Tal ampliação era propiciada pelas modificações mais amplas pelas quais a cidade passava, transformações essas que, ao mesmo tempo, eram também possibilitadas pelas ações das mulheres, implicando mudanças e ocupações de espaços de prestígio público que, majoritariamente, eram de ocupação exclusiva dos homens. Mulheres que assumiam cargos públicos, que se tornavam importantes profissionais liberais, como as médicas e farmacêuticas, ou ainda que conduziam seus negócios próprios, como as donas de pensão e hotéis, ou mesmo de grandes mercearias como fazia Dona Luizinha.

Além dessas diferenças que marcavam e possibilitavam ações peculiares das mulheres das décadas de 20 e 30, outro aspecto que influenciou o recorte temporal final desta pesquisa no ano de 1940 foi a eclosão da Segunda Grande Guerra, fenômeno que proporcionou outras mudanças para a cidade e também

¹³ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, 1910-20.

¹⁴ SAMARA, Eni de. Mulheres chefes de família e de domicílio no Brasil: séculos XIX e XX. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura; AMARAL, Vera Lúcia. (orgs). *História econômica: reflexões e construção do conhecimento*. SP: Alameda, 2006c.

influenciou diretamente nas relações de gênero, as quais foram analisadas por Ana Xavier Herculano¹⁵ e Jane Semeão.¹⁶

Segundo Herculano, o movimento de organização feminista no Ceará teria ocorrido justamente a partir da Segunda Guerra. Nesse momento, as mulheres teriam se empenhado na luta contra as atrocidades do fascismo em busca da paz, conseguindo uma maior presença na cena pública. Assim, o aumento de participação se dava de maneira diferenciada e organizada, além de possuir forte caráter e objetivos políticos.

No outro estudo, Jane Semeão demonstrou o movimento de ampliação da presença das mulheres nos espaços públicos diretamente relacionado a outro processo histórico: a influência de tropas militares norte-americanas na cidade de Fortaleza. Conforme a autora, a presença dos militares estadunidenses teria influenciado de forma direta em mudanças no comportamento das fortalezenses, muitas conhecidas sob o termo pejorativo de *garotas coca-colas*, pela proximidade estabelecida com aqueles soldados norte-americanos.

Assim, ficou caracterizado o ano de 1940 como horizonte temporal, por entendermos que a partir daí aconteceram movimentos específicos de aumento da participação das mulheres na cena pública, divergente daquele aqui cogitado para as décadas de 1920 e 30. As concepções definidas aqui diferem do que apontou Jane Semeão. Mesmo antes das influências da Segunda Grande Guerra, a cidade parece ter passado por intensas transformações que possibilitaram um alargamento da presença das mulheres em vários espaços. Essas mulheres também eram diferentes daquelas pesquisadas por Herculano, pois arregimentaram um movimento político com objetivos bem

¹⁵ HERCULANO, Ana Maria Xavier. *Todo dia ela faz tudo sempre igual? Feminismo e cotidiano: discurso e organização de mulheres na periferia de Fortaleza*. Fortaleza, 1988, 100 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia da UFC).

¹⁶ SEMEÃO E SILVA, Jane D. *Mulheres de Fortaleza nos anos de 1940: uma vivência da segunda guerra mundial*. RJ, 2000. 166 p. Dissertação (Mestrado interinstitucional em História Social da UFRJ/UFC). Instituto de filosofia e ciências sociais, UFRJ.

definidos. Mesmo assim, por agirem de maneiras distintas, introduziram mudanças significativas nas relações de gênero.

Ao analisar as relações estabelecidas entre os sujeitos, focando principalmente a experiência das mulheres, a categoria gênero, bem como as discussões acerca do tratamento do cotidiano nos estudos históricos não poderiam ser negligenciadas. Por um longo período da escrita da história, os profissionais puseram de lado a dimensão cotidiana em suas análises. Quando esta aparecia vinha significada somente como momento da repetição e da não transformação.

Aliado a isso, até as décadas de 1960 e 70, os estudos que levavam em conta as diferenças sexuais nas relações entre os sujeitos históricos eram escassos e mesmo os primeiros trabalhos que surgiram nessa perspectiva guardavam problemáticas e limitações de abordagem peculiares ao seu tempo e espaço.¹⁷

É fato que a própria historiografia está imersa no devir histórico, eivada de dinamicidade. O conhecimento histórico deve ser visualizado em sua transitoriedade e ligação concreta com o tempo e espaço que lhe são próprios, conferindo-lhe características singulares. Dessa forma pudemos observar mudanças essenciais na abordagem histórica, principalmente quanto à interpretação das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres no nível mais elementar e concreto do cotidiano, entendido não como mera repetição, mas como universo de conflitos e solidariedades.

Segundo Matos, para além da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da história, importa observar as transformações sociais pelas quais passou o mundo em meados dos anos de 1970, inclusive os avanços nas conquistas das mulheres que ampliaram sua participação no mercado de trabalho

¹⁷ Críticas a essa forma de abordagem foram realizadas por Silva Dias ao discutir as limitações dos estudos de Georges Duby e Michele Perrot, apontando os problemas dos simples enquadramentos da mulher em temporalidades masculinas, além da tentativa de se fazer uma história universal das mulheres. Ver: SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

e expandiram sua luta na busca de direitos civis e de igualdade social.¹⁸ Nesse processo, dentre várias questões, negou-se a existência de um sujeito histórico universal e um método único e racional de investigação. Assim, reconhecendo o atrelamento da abordagem histórica ao presente foi que se vislumbrou a contribuição das conquistas das mulheres nas ciências humanas como um todo, atribuindo maior visibilidade à mulher nos estudos históricos.

É importante ressaltar que tais contribuições devem ser matizadas e repensadas no âmbito acadêmico. Um dos problemas da influência feminista na disciplina história foi a tentativa de encaixar o novo objeto de estudo (a mulher) em antigos padrões de análise. As temporalidades de cunho masculino foram enxertadas de participação da “mulher”, introduzindo-se o ser feminino na grande narrativa masculina. Dessa forma, houve uma tendência de negar-lhe diferenças, percebendo-a como ente.

Diante dessa problemática, a experiência dos movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas tiveram uma contribuição significativa no campo intelectual para (re) pensar problemáticas inerentes a esses sujeitos históricos e introduzir e ampliar categorias úteis de análise como a de gênero.¹⁹

Analisando a história dos movimentos feministas, Yannoulas afirma que, na década de 1970, a perspectiva racionalista direcionava a ação das militantes, entendendo que todos os seres eram iguais e que as diferenças sexuais eram construções sócio-culturais. Assim, o feminismo tinha uma finalidade prática e emancipatória que seria eliminar a “ordem patriarcal” vigente para que a homogeneização e a calma entre os sexos fossem

¹⁸ MATOS, Maria Izilda Santos de. Outras Histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de; SOHIET, Raquel e MATOS, M. Izilda Santos. *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1988.

¹⁹ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo: Editora UNESP, 2005c, vol. 24 (1), p. 77-98.

estabelecidas.²⁰ Ainda segundo Yannoulas, “[...] o movimento confundia ser iguais com ser idênticas”.²¹

A base de identidade entre as mulheres (o sexo) se mostrou frágil e logo passaram a ser pensadas as diferenças dentro das próprias diferenças. Guardadas as permanências nessa vertente de pensamento, a categoria “Mulher”, pensada em oposição ao sujeito universal masculino (Homem), foi ampliada pelo reconhecimento da diversidade. Mulheres no plural, antes que “Mulher” no singular.²² A sexualidade tomada de forma isolada se tornou insuficiente para analisar as contradições sociais. Além disso, as diferenças passaram a ser pensadas em termos positivos e negativos.²³

Dentro desse quadro de mudanças, avanços e recuos que o movimento feminista operava, persistia um problema peculiar ao universo acadêmico:

Convém destacar que, independentemente de usar a categoria "mulher" ou "mulheres", a grande questão que todas queriam responder, e que buscavam nas várias ciências, era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus. Assim, constatavam, não importava o que a cultura definia como sendo atividade de mulheres: esta atividade era sempre desqualificada em relação àquilo que os homens, desta mesma cultura, faziam.²⁴

A preocupação foi orientada, então, na tentativa de evidenciar as experiências de mulheres que eram deixadas de lado em uma escrita histórica tradicional. Nas vertentes historiográficas “positivista” ou “empirista”, o espaço era destinado aos grandes eventos e aos heróis, o que resultou em uma introdução das

²⁰ O movimento feminista dessa época guardava semelhanças de análise e teoria com as proposições marxistas contemporâneas. Os marxistas ortodoxos acreditavam que era possível uma harmonia social a partir da extinção das diferenças de classe, classificando a História de maneira teleológica, etapista.

²¹ YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais mas não são idênticos. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ. Vol.2, Nº3/94, p. 7-16, p. 10.

²² PEDRO, Joana Maria (c). Op. Cit..

²³ YANNOULAS, Silvia Cristina. Op. Cit..

²⁴ PEDRO, Joana Maria (c). Op. Cit., p. 04.

mulheres nessa escrita de modo bastante problemático, reforçando mitos e estereótipos de caráter maniqueísta.²⁵

Foi principalmente com o movimento dos *Annales* que se operaram mudanças no sentido de ampliar fontes e problemáticas na construção do conhecimento histórico, reconhecendo sua subjetividade, transitoriedade e limitações.

Na tentativa de superar o reducionismo aludido por uma simples substituição de uma *história sem mulheres* por uma *história com mulheres*, impetrou-se pela construção de uma categoria de análise válida para o entendimento da participação feminina no âmbito social. A ascensão do conceito de Gênero²⁶ que, conforme Pedro foi desenvolvido primeiro nas ciências sociais (antropologia, sobretudo) para depois migrar para a história, possibilitou o reconhecimento e o tratamento das diferenças internas de cada sexo, as quais passaram a ser tratadas em seu aspecto relacional e histórico.²⁷

Em Scott, há um aprofundamento da questão quando afirma “[...] que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [...] um primeiro modo de dar significado às relações de poder”.²⁸ Assim, uma característica primeira dessa categoria seria a consideração do aspecto relacional entre os sexos, apontando para uma disputa de poderes, na qual os comportamentos femininos e masculinos estão imbricados, definindo-se um em função do outro.

²⁵ “Carregadas de estereótipos, estas análises reforçaram mitos ora da suprema santidade, ora da grande malvadeza das poucas mulheres que ocupam algum cargo de destaque nos governos e/ou nas guerras. Engrossam este panteão as rainhas, as princesas e as donzelas guerreiras, das quais Joana D’Arc é uma espécie de arquétipo do ‘bem’, enquanto Lucrecia Borgia, por exemplo, é considerada um exemplo do ‘mal’”. PEDRO, Joana Maria (c). Op. Cit..

²⁶ Essa categoria foi pensada por alguns historiadores (as) (dentre eles (as), Joan Scott) na expectativa de que a pesquisa sobre as mulheres transformaria os paradigmas da disciplina. É, portanto, também uma ferramenta de debate político no qual se busca pôr em evidência as desigualdades relacionais entre os sexos.

²⁷ PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. *Revista Catarinense de História*. Nº. 2, p. 35-44, 1994a.

²⁸ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 1990a, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez, p. 14.

Somada às outras reflexões de cunho metodológico no campo historiográfico, essa mudança de abordagem e percepção permitiu a ampliação do conhecimento histórico e a análise de questões e problemas sociais até então não trabalhados. Para a nossa problemática, é importante lembrar a emergência do estudo do cotidiano acrescido das análises que tomaram como referencial a categoria gênero acima mencionada. Essa combinação possibilitou o tratamento de relações de poderes outras, vislumbrando a ação dos sujeitos para além da esfera pública de reconhecimento oficial e evidenciando a malha cotidiana eivada de contradições e lutas na constituição de homens e mulheres.

Em estudo realizado na década de 1980, Maria Odila nos dá subsídios para pensar o cotidiano de forma dinâmica e conflituosa.²⁹ Para além de uma historiografia que atribuísse importância apenas ao universo público-oficial, considerando o diário como esfera da simples repetição, da associação de fatos de maneira mecânica, a autora visualizou e analisou o movimento do cotidiano congregando a ele o quanto de político e de poder existe nas relações sociais ali estabelecidas.

Ao entender e dar visibilidade a essa micro esfera temporal e espacial como palco de conflitos e confrontos de resistência e luta em que se dão a inventividade dos sujeitos e a imprevisibilidade histórica, esses estudos auxiliaram a elaborar uma reconstrução dos modos de vida das mulheres ocultos nas atribuições masculinas do dia-a-dia, a partir da experiência de vida de algumas delas. Dessa maneira, mesmo evidenciando uma pluralidade de protagonistas na documentação investigada, foi possível buscar perfis urbanos femininos entre os indícios e fragmentos encontrados no cotidiano fortalezense, fosse na esfera pública ou privada.

Essas reflexões foram úteis também na identificação e análise dos papéis sociais atribuídos aos sujeitos de acordo com a

²⁹ SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

diferença sexual na Fortaleza de 1920 e 30, quando hierarquias, formas de violência, resistências, redes de solidariedade, negociações, entre outras práticas diversas eram principiadas pelos aspectos de gênero. Relações de poder, estabelecidas entre homens e mulheres, que implicaram processos de ampliação da participação daquelas na esfera socioeconômica da cidade e, dessa forma, ações e condutas distantes daquelas idealizadas, desfazendo limitações e padrões comportamentais.

Assim, foi possível reconstituir experiências e mapear modos de vida que guardavam semelhanças e apontavam para a existência de uma cultura conflituosa, em que as mulheres negavam alguns costumes e afirmavam outros em suas lidas diárias, conforme interesses próprios.

Na medida em que a evolução material da cidade de Fortaleza, com base em premissas capitalistas, estimulava e ampliava a participação das mulheres na vida socioeconômica, inserindo novas expectativas que iam minando o sistema de relações tradicionais, muitas vezes isso ainda ocorria com base em uma pretensa superioridade dos homens. Estes negavam e tentavam impedir as experiências públicas das mulheres e, dessa forma, acabavam entrando em conflito direto com as novas necessidades e exigências socioeconômicas da cidade.

As relações de poder estavam presentes não apenas no segmento oficial, mas perpassavam os diferentes níveis do social e eram constituídas historicamente. O modo de tratar o cotidiano não mais como palco privilegiado para vislumbrar a rotina, a repetição, a descrição, permitiu perceber a pluralidade relacional entre os sujeitos históricos quando tomados de forma analítica. O cotidiano perdeu assim seu caráter mecanicista e, juntamente com as novas compreensões sobre o *lócus* privado como campo de poder e as reflexões em torno da temática de gênero, permitiu avançar na compreensão das relações estabelecidas por algumas mulheres.³⁰

³⁰ MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002a.

Relações de poder que estariam imbricadas e dissolvidas nas práticas estabelecidas entre os indivíduos, visto que, de acordo com Michel Foucault, o poder só existiria em exercício, em movimento, nas relações.³¹

É importante que façamos mais uma ressalva relacionada ao tratamento teórico e metodológico desta pesquisa. É fato que foi um avanço substancial nos estudos históricos a percepção do espaço privado como esfera eivada de relações de poder, palco privilegiado para o acontecimento de relações de gênero contraditórias, exigindo uma reavaliação e ampliação das fontes para o desenvolvimento do conhecimento histórico, potencializando e permitindo vislumbrar a participação das mulheres nesse processo.

Todavia, a busca pela experiência feminina não está circunscrita apenas ao âmbito privado. Embora tenha sido necessário recorrer a outros documentos para tornar evidente a participação das mulheres nos processos históricos, visto que as ações masculinas cerceavam suas participações no espaço público, os homens não conseguiram reduzir totalmente a experiência das mulheres ao espaço doméstico. Mesmo atuando nas fímbrias, nos interstícios e nas fendas da Fortaleza de 1920 e 30, fosse na esfera privada ou no âmbito público, de forma reduzida ou deslocada, percebemos que as mulheres também experimentaram posições mais centrais e numerosas no espaço público, participando ativamente do desenvolvimento da cidade.

O perigo está em fazer uma associação estreita e tautológica da experiência das mulheres com o universo privado. Os diferentes níveis sociais das mulheres e homens no movimento histórico nem sempre apontam para mulheres “nas margens”, “na gestão do detalhe” ou para homens no domínio da centralidade público-espacial.³² As mulheres, muitas vezes, estavam presentes

³¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985b.

³² DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens: Três Mulheres do século XVII*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

nos espaços e ocupações centrais do cenário social. Assim, a variação histórica não é apenas de gênero. É mais ampla: é cultural, social e também econômica. As relações sociais não estão apenas alicerçadas nas diferenças sexuais. São insufladas por outros marcadores sociais e culturais. Foi nessa perspectiva que buscamos compreender a vida das mulheres que tornaram públicas suas múltiplas experiências ao se lançarem na história socioeconômica fortalezense das décadas de 1920 e 30. Mulheres que também engendraram relações no âmbito privado, tornando-o eivado de relações de poder conflituosas, conforme veremos mais adiante.

Quanto à estruturação deste trabalho, há uma divisão em três momentos. O **capítulo I** teve como objetivo pensar e analisar o contexto histórico proposto a partir da vida de diferentes mulheres, salientando o desenvolvimento e a expansão material do espaço fortalezense nas décadas de 1920 e 30, observando tanto os confrontos implicados dessa nova conjuntura socioeconômica e das tentativas de manutenção das posturas ideais relacionadas aos sexos bem como as principais formas de inserção das mulheres profissionais liberais e outras trabalhadoras nesse espaço. As reflexões em torno desse dinâmico contexto histórico foram necessárias devido à hipótese de que o desenvolvimento urbano influenciou e foi influenciado por mudanças significativas nas relações de gênero, ampliando a participação das mulheres na cena pública. Todavia, não se trata da *apresentação de um cenário* onde agiriam as personagens. A discussão sobre o contexto histórico foi posta a partir das ações das mulheres, mostrando a sua constituição pelas suas experiências.

Também foi preocupação no primeiro capítulo, tentar entender as especificidades dos processos de tentativa de manutenção das desigualdades entre os sujeitos com base na diferenciação sexual, percebendo as contradições que lhes são próprias, bem como seus possíveis alcances e limitações. Do cruzamento de informações aparentemente díspares acerca da

atividade comercial da cidade foram surgindo experiências, modos de vida, maneiras de pensar e agir das mulheres que aconteciam a revelia dos homens, muitas vezes, inclusive, sobrepujando-os.

A atenção destinada à esfera econômica da cidade, no primeiro capítulo, é continuada no **capítulo II** com o intuito de apontar as minuciosidades e contradições de um processo de expansão urbana, e as complexidades das conexões existentes entre as relações de classe e gênero ao apontarem diferentes formas de as mulheres atuarem nesse meio. Foram historicizados, então, os tratamentos singulares referentes ao comércio de imóveis, os quais possibilitavam uma extensão do poder das mulheres proprietárias, participantes ativas da cena pública fortalezense, que (re) significavam as relações de gênero cotidianamente, delineando variados comportamentos, que em alguns momentos sinalizavam convergências, mas em outros apontavam para divergências entre si.

Paralelo às questões de gênero atreladas ao crescente comércio imobiliário foi possível perceber ainda outros aspectos peculiares da ampliação e ocupação dos espaços da cidade, tais como a mudança do caráter residencial para o aspecto comercial do centro da cidade bem como a constituição de espaços de moradas distantes do perímetro urbano central, a exemplo das vilas e loteamentos gerenciados por mulheres.

Outro caráter problematizado e trabalhado nesse capítulo foi o estado civil das mulheres envolvidas na atividade imobiliária. Nesse sentido, pudemos evidenciar a força econômica e social de muitas senhoras viúvas que eram proprietárias, além de um aumento substancial da participação das mulheres solteiras, que parece ter estado atrelado a uma mudança fundamental entre gerações, e a atuação de muitas mulheres casadas que realizaram comércio a revelia de seus maridos conflitando com os códigos legislativos de época.

Quanto ao **capítulo III**, evidenciamos as contradições inerentes às experiências femininas urbanas no nível do espaço

privado, partindo das mulheres focadas no capítulo II. Se, por um lado, foi possível observar uma dinâmica cidadina provocada pelo modo de vida daquelas que eram proprietárias e negociantes, implicando uma ampliação de suas participações na esfera pública, por outro, percebemos elementos paradoxais nos seus modos de se relacionarem com outras mulheres. Nessa perspectiva, buscamos evidenciar e analisar os problemas gerados pelos relacionamentos entre mulheres proprietárias/negociantes e suas criadas/empregadas domésticas.

Enquanto na cena pública o envolvimento de muitas mulheres em atividades comerciais e profissões liberais lhes proporcionavam certa emancipação social e mudanças nas formas como elas interagiam, no espaço privado da casa os relacionamentos pareciam estar marcados por aspectos tradicionais e reforços de limites com base na diferença sexual, gerando diferentes conflitos diários.

Assim, o último capítulo tem como fio condutor as transgressões e embates ocasionados por algumas mulheres apresentadas no capítulo II em relação às suas empregadas domésticas, buscando mostrar a heterogeneidade das relações sociais e de gênero na movimentação histórica, focando a relação público/privada. Nesse sentido, também pudemos evidenciar e analisar uma complexa rede de envio, do interior para a capital cearense, de jovens mulheres que eram exploradas e mantidas sob a tutela daquelas que eram proprietárias e patroas. Trata-se, portanto, de um convite ao leitor para olhar o espaço doméstico, para ver a casa por dentro e para pensar sobre as relações que ali eram estabelecidas.

I – AS MULHERES NA CIDADE

Em Fortaleza, no dia primeiro de março de 1934, estiveram presentes no Cartório Ponte a senhorita Júlia Cavalcante de Araújo, declarada solteira e de ocupação doméstica, e o senhor Mário Braga, que afirmou ser casado e comerciante estabelecido na praça. A senhorita compareceu ao cartório na condição de outorgante, cedendo em arrendamento três, das suas várias pedreiras em Arara, no município de Soure, ao outorgado Mário Braga. O contrato com duração de um ano regulamentava o pagamento de acordo com a exploração realizada pelo locador: vinte mil réis para cada vinte toneladas de pedra britada e de pedra paralelepípedo extraídas que, obrigatoriamente, para o devido controle da arrendatária, deveriam ter saída pela Estação de Arara da Estrada de Ferro de Baturité.³³

Tomado de forma isolada o contrato comercial acima referido era apenas mais um entre os milhares que foram estabelecidos nos decênios de 1920 e 30. Ao realizarmos uma análise dos mesmos, a partir das experiências de mulheres no contexto histórico em que aparece o registro de Júlia Cavalcante, podemos entender o seu significado e importância no desenvolvimento material da cidade e na (re) constituição das relações de gênero ali estabelecidas.

Para tal exercício, é necessário que recuemos um pouco no tempo, até meados do século XIX, por entendermos que data daí as principais transformações pelas quais a cidade passou e que lhe deram a configuração singular, mas ao mesmo tempo plural, que aqui buscaremos discutir para os dois decênios acima assinalados.

Foi somente a partir daquela centúria que Fortaleza conseguiu aglutinar ao *status* de centro político o poderio

³³ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Públicas, Livro 18, p. 175, 1934. A região antes conhecida como Soure faz parte do município de Caucaia na parte leste da Região Metropolitana de Fortaleza.

econômico, possibilitando importantes mudanças materiais à cidade. Essa ascensão na cena local se deu, também, pelo declínio da atividade pecuarista e pela concomitante ascensão do cultivo e exportação do algodão no Ceará, sendo viabilizado seu escoamento pelo porto da então Vila de Fortaleza, que sobrepujava Aracati em termos de desenvolvimento econômico.³⁴

As transformações foram intensas e tiveram grande destaque, tais como as atividades portuárias e o incremento financeiro local e estrangeiro que contribuíram para as transformações físicas mais intensas dos espaços até aquele momento. A própria Estrada de Ferro Baturité, assinalada na escritura comercial acima como meio para escorrer a extração dos pedregulhos, foi posta em funcionamento nesse século, mais precisamente no ano de 1873, a fim de facilitar o escoamento da produção interiorana para a capital e desta para destinos internacionais através do porto.

No sentido de variação da cena fortalezense também contribuíram a instalação de empresas estrangeiras e o aumento do fluxo de capital, ocasionados principalmente devido ao cultivo e comércio do algodão, dando início a um crescimento econômico inaudito com o aumento de negociantes na cidade:

A explosão comercial, o aumento da residência de estrangeiro na cidade, o incremento da circulação de produtos e hábitos europeus poderiam ser considerados alguns fatores que contribuíram para uma tímida mudança na arquitetura interna e nos significados dos domicílios de Fortaleza. Essas transformações não alcançavam toda a sociedade, mas era restrita a um grupo social mais abastado.³⁵

³⁴ De acordo com Maria Auxiliadora Lemenhe, as primeiras negociações feitas diretamente com Lisboa se deram por volta de 1803. A partir daí, foram pensadas e postas em prática algumas melhorias na Capital, tais como: estudos para ampliação do porto, a construção do prédio da Alfândega, do mercado público e de uma repartição de correspondência, a edificação de pontes sobre rios e riachos que davam acesso a cidade, além de um plano urbano de abertura de ruas e construção de casas. Contudo, foi apenas a partir dos anos de 1840 que Fortaleza aglutinou às funções de principal centro político o seu poderio econômico trazendo significativas mudanças no âmbito social e cultural. Ver: LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias Fortaleza em questão*. Fortaleza: Stylos, 1991.

³⁵ VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. *A família na Seara dos sentidos: domicílios e violência no Ceará (1790-1850)*. São Paulo: USP, 2002, 300 p. Tese de Doutorado em História Econômica, p. 90.

Nessa perspectiva, é importante frisar que essa acentuada evolução material-econômica na história fortalezense se deu com marcações excludentes denotando o caráter não linear e heterogêneo desse movimento histórico. Mesmo assim, a incipiente negociação imobiliária iniciada nos anos de 1840, reiterada e reforçada no início do século XX, contribuía para uma sólida constituição material da cidade. A própria abertura de ruas e a construção de domicílios revelavam a importância que começava a ser atribuída aos espaços de morada sendo, contudo, esse processo marcado, já no seu início, por disparidades socioeconômicas e excludentes que perdurariam no século XX e mesmo nos dias atuais.

O negócio firmado entre Júlia Cavalcante e Mário Braga nos aparece, então, como uma marca de continuidade histórica na valorização espacial da cidade. O principal objetivo desse contrato de arrendamento estabelecido entre aquelas duas pessoas de situação econômica abastada era a extração de pedras que seriam transportadas para a capital do Estado, provavelmente utilizadas para o projeto de pavimentação da mesma, intensificado a partir dos anos de 1930.³⁶

Assim, mesmo que tal contrato tenha ocorrido no século XX, foi a partir de meados do XIX que as novas configurações estabelecidas em relação aos espaços da cidade, e em particular aos domicílios, apontaram para o início de uma intensa dinâmica física e sociocultural. A rusticidade e a simplicidade dos espaços e das casas, que refletiam a vida nômade dos habitantes do sertão expostos às intempéries da seca e constantemente obrigados a migrar e a abandonar seus lares, cedia espaço para as construções mais vistosas e de maior valor comercial, o que implicava e explicava uma maior sedentarização dos sujeitos na cidade. Se, anteriormente, a casa na cidade representava um local de apoio para a passagem do negociante ou mesmo um refúgio nos

³⁶ GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1979.

momentos de escassez no campo, a partir dos anos de 1840, ela passava a ser o espaço de morada, um dos elementos de ostentação da riqueza material frente a um novo centro econômico que se solidificava.

Segundo Antonio Otaviano Vieira Júnior, concomitante aos bens semoventes, escravos e animais de criação da atividade pecuarista, começava-se a valorizar outros elementos como base de manutenção e circulação de riqueza das famílias. O desenvolvimento de diferentes atividades comerciais, o aumento da residência de estrangeiros em Fortaleza e o progresso material da cidade como centro urbano, entre outros aspectos, possibilitaram que, cada vez mais, os bens imobiliários recebessem destaque na cena social, na medida em que “[...] o valor pecuniário da casa ganhava dimensões mais significantes diante do patrimônio total da família, e se apresentava enquanto um real investimento econômico”.³⁷

Esse movimento de transformação intensificou-se com o passar das décadas e com o aumento da presença de capital estrangeiro na cidade. Quanto mais se aproximava o último quartel do século XIX, mais essa cidade se inseria em uma perspectiva capitalista mundial. Sob o viés republicano, intensificava-se o fim da escravidão e o reforço das relações de trabalho assalariadas que, de certa maneira, não eram novidade naquele fim de século.³⁸

Foram desse período também as primeiras tentativas de remodelação da cidade. Com base em uma perspectiva estrangeira, sobretudo francesa, impetrou-se através dos poderes públicos e dos seus aparelhos formas de ordenamento e disciplinarização dos espaços e das pessoas que neles transitavam e residiam. É nesse sentido que podemos observar o

³⁷ VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. Op Cit., p. 94.

³⁸ Rodolpho Theóphilo, em seu livro de reminiscências, informa-nos sobre as atividades dos *creados de servir*. Também conhecidos como caixeiros, exerciam atividades comerciais e eram pouco valorizados. O próprio Theóphilo era um desses caixeiros e contava as dificuldades de sua função. Situação que, segundo ele, sofreu intensa modificação a partir da década de 1860 quando foram fundadas agremiações que defendiam os caixeiros, tal como a imponente Phenix Caixeiral. Ver: THEÓPHILO, Rodolfo. *O Caixeiro: reminiscências*. Edição fac-similar. Secult, 2006.

esquadrinhamento da cidade realizado em 1875 pelo plano urbanístico de Adolfo Hebster.

Essas transformações tentavam aproximar a capital cearense da matriz de modernização francesa, buscando uma espécie de nivelamento civilizatório. Conforme Ponte, tais modificações não se restringiam aos aspectos físicos da paisagem urbana, como mudanças nas ruas, moradas, prédios públicos, calçamento, entre outros.³⁹ Também se modificavam aspectos de caráter pessoal e do âmbito dos costumes: a vestimenta, a alimentação e os hábitos, além da constituição de novos grupos elitistas representados pelos profissionais liberais, comerciantes e negociantes.

A importância de frisarmos esses aspectos do século XIX é justamente no sentido de percebermos as suas continuidades históricas no século XX, e entendermos de que forma e em que momento os sujeitos passaram a valorizar mais intensamente a cidade, dotando de significados os seus espaços e estabelecendo outras relações sociais. Assim, são duas as principais permanências de um século para o outro que aqui nos interessa observar: a constante e progressiva valorização material de diferentes locais e as relações que os novos grupos estabeleciam com e na cidade.

Contudo, nesse exercício de análise histórica não perdemos de vista os processos de mutação, de descontinuidade que nos deram relevantes contrastes para o momento estudado. Foi, assim, que pudemos observar a mudança abrupta em relação ao crescimento operado na cidade nos séculos XIX e XX.

De acordo com Sebastião Rogério Ponte, em termos gerais, até o final da década de 1920 tal desenvolvimento e ocupação do território urbano pareciam ocorrer ordenadamente seguindo os apontamentos do plano urbanístico de Hebster. Todavia, a partir do decênio de 1930 houve uma expansão plural e desordenada,

³⁹ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

ainda que ditada pelos anseios elitistas de conferir tons modernos à cidade. Para José Borzachiello da Silva, inclusive, “data no início de 30 a origem desses aglomerados com características de favelas”.⁴⁰

Esse crescimento trouxe diversas implicações e possibilidades de aberturas para a participação de outros sujeitos. Mulheres e homens que observavam e atenciosamente se inseriam na nova dinâmica citadina de ampliação espacial e proliferação de empregos urbanos, tais como fizeram Júlia Cavalcante e Mário Braga.

Os anos 30, assim, representavam um momento de crescimento desordenado para a cidade de Fortaleza que, a toda custo, tentava ser controlado e orientado pelas ações dos poderes públicos e mesmo pelas ações privadas de destacados (as) negociantes capitalistas. Datam dessa década as modificações em relação às tentativas de modernização do espaço urbano. Se antes podíamos observar uma aproximação da cidade em termos de padrões civilizatórios europeus, a partir dessa década as relações com o Velho continente foram minimizadas pelo intenso contato com os norte-americanos, os quais definiam uma modernidade específica calcada no avanço tecnológico, no estímulo ao consumo de bens importados e, na aceleração da dinâmica urbana:

Período em que ocorre [...] uma transposição - vital, porém repleta de tensões e contramarchas - de um paradigma civilizatório inspirado na cultura francesa, mais ligado ao universo das belas letras e da erudição de círculos de elite, em direção a uma vertente calcada no progresso material e no poderio técnico, representada pela sociedade norte-americana.⁴¹

A singularidade desse momento estava justamente no elevado grau de transformação do ritmo de vida em Fortaleza que, cada vez mais, tinha a tecnologia imbricada nas relações cotidianas. Fosse nos grandes acontecimentos ou na fugacidade

⁴⁰ SILVA, José Borzachiello da. *Movimentos Sociais Populares em Fortaleza*. Tese de doutorado. USP, 1986, p. 39.

⁴¹ SILVA FILHO, Antonio Luiz e. *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002a, p. 09.

dos pequenos objetos, marcava-se uma modernização específica expressa em números exorbitantes e em padrões diferentes daqueles constatados no século XIX e mesmo início do século XX.

O enorme crescimento populacional e as alterações físicas da malha urbana tornam essa especificidade dos anos de 1930 ainda mais patente. No início do século, Fortaleza possuía cerca de 49.000 habitantes, enquanto que os censos dos anos 20 registravam 78.536, passando para 117.000 no ano de 1929 e chegando a soma dos 180.000 no ano de 1940. Um crescimento, em 40 anos, de quase 131 mil habitantes que se refletia incisivamente sobre a área urbana ocupada, na medida em que os 6 km² do começo do século XX, expressos em 61 ruas e 3 avenidas, tinham sido ampliados para 40 km², 150 ruas e 23 avenidas em 1940.⁴²

Essa modernização da cidade na primeira metade do século XX materializava-se de várias maneiras e paulatinamente ia transformando a vida dos cidadãos, os quais, diante dos novos aparelhos urbanos, das diferentes opções de trabalho e dos outros espaços de lazer, buscavam lugar na dinâmica citadina, modificando hábitos e adotando outros costumes.

Foi assim que se deu com a mudança do sistema de iluminação da cidade. A substituição da iluminação à gás carbônico, criada em 1867, pelo sistema de energia elétrica com fios e postes no ano de 1935, representava a expansão temporal da cidade, na qual seus habitantes passavam há ter mais tempo para as práticas de lazeres noturnas, afastando-se cada vez mais do provincianismo marcado pelo uso dos lampiões de outrora.

A pavimentação também marcava de forma singular esse processo de modificação específico da década de 1930, na medida em que o calçamento de pedra tosca, implementado em 1857, passava a ser substituído pela pavimentação de concreto e de

⁴² Ver: SILVA FILHO, Antonio Luiz e. Op. Cit.. e SEMEÃO E SILVA, Jane D. *Mulheres de Fortaleza nos anos de 1940: uma vivência da segunda guerra mundial*. RJ, 2000. 166 p. Dissertação (Mestrado interinstitucional em História Social da UFRJ/UFC). Instituto de filosofia e ciências sociais, UFRJ.

paralelepípedo a partir de 1933. Tal modificação, dentre tantas outras reformas, era produto da administração municipal, então sob responsabilidade do prefeito Raimundo Girão (1933-34), e tentava responder ao crescimento urbano expresso no aumento do fluxo de transeuntes e automóveis. Era também um modo de tentar solapar os desvios espaciais e temporais, na medida em que se buscava ordenar os espaços, tornando-os mais homogêneos e dirimindo as disparidades estéticas da cidade.

A estratégia de correção das irregularidades do solo tinha como base fundamental o concreto, mas era na pedra de paralelepípedo que encontrava resultado mais prático e imediato para a resolução dos problemas diários. Isso era tão patente que, mesmo posteriormente, no ano de 1944, dos 248 registros de ruas e avenidas, 140 possuíam pavimentação a paralelepípedo, 100 tinham sido pavimentados com pedras irregulares e apenas 8 com concreto.⁴³

Tal procedimento de calçamento desencadeava uma lógica comercial na qual a extração, compra, venda e transporte de pedras eram etapas necessárias. Acionava, assim, dispositivos elementares em que relações sociais específicas em torno desses trabalhos eram engendradas por diferentes sujeitos históricos. Isso ocorria no contrato comercial firmado entre Júlia e Mário. A lógica comercial era cumprida na medida em que ela arrendava as pedreiras e ele cuidava da extração e venda fazendo com que o material chegasse à cidade através da Estrada de Ferro Baturité.

É importante observar nesse caso que o arrendamento das pedreiras pertencentes a Júlia Cavalcante, mesmo distante 20 km da capital cearense, estava inserido na lógica de modernização da cidade, sendo firmado o contrato justamente em 1934, um ano após terem sido iniciadas as reformas impetradas pelo Prefeito Raimundo Girão. Neste acordo comercial, mais do que uma simples resposta à demanda de paralelepípedo ocasionada pela

⁴³ UCHOA *apud* SILVA FILHO, Antonio Luiz e (a). Op Cit., p. 30.

pavimentação da cidade, parecia haver um encontro, uma acomodação de temporalidades, além de modificações nas relações estabelecidas entre homens e mulheres.

Durante todo o século XIX, houve uma transposição do capital financeiro dos proprietários (as) de terra do interior para a capital. Enquanto determinados bens eram valorizados no espaço urbano, outros passavam a ser negligenciados e não mais significavam o foco dos investimentos financeiros. Esta centúria parece ter sido mesmo um momento de adaptação entre uma antiga ordem econômica, baseada nos filamentos nobiliárquicos e nos grandes extratos de terra administrados majoritariamente pelos homens, e uma outra que se afirmava pela lógica capitalista mediante a presença de profissionais liberais e negociantes. Indivíduos que, muitas vezes, punham em prática trocas comerciais tão somente com a finalidade do lucro sem observar e reforçar a rigidez das divisões das esferas e dos espaços de atuação com base na diferença sexual, tal como acontecia em muitas partes do sertão cearense.⁴⁴

Todavia, acreditamos que nesse século o movimento de transformação e abertura para a participação das mulheres nos espaços e ofícios públicos, isto é, fora da esfera doméstica, deu-se de forma muito tímida e com tonalidades bem específicas. Samara, através de análises do Censo de 1887 de Fortaleza, demonstrou a existência de trabalhadoras pobres, chefes de domicílios no final daquele século.⁴⁵ Para elas, os empregos eram os de baixa remuneração e pouco reconhecimento público exercidos, principalmente, em virtude da ausência do provedor da casa.

Em contraste, essa não era a situação de Júlia Cavalcante e de muitas outras que, solteiras, passavam a administrar os bens recebidos de herança dos seus pais e mães, inserindo-se na

⁴⁴ VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. Op. Cit..

⁴⁵ SAMARA, Eni de. Mulheres chefes de família e de domicílio no Brasil: séculos XIX e XX. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura; AMARAL, Vera Lúcia. (orgs). *História econômica: reflexões e construção do conhecimento*. SP: Alameda, 2006c.

dinâmica capitalista citadina de forma a lucrar com essas atividades. Tal era o caso de Antonia Gomes de Mesquita, solteira e proprietária, que vendeu uma casa de taipa e telha em um terreno com 22 palmos de frente e 250 de fundo na Rua Aprendizes de Marinheiro, recebido de herança paterna de Nazareno Moraes de Souza pela quantia de 900\$000.⁴⁶

Assim, levantamos a hipótese de que foi no século XX, sobretudo nos anos 20 e 30, quando se constatou uma elevada tentativa de modernização da cidade em paralelo ao desenvolvimento capitalista e a uma voraz especulação imobiliária, além do aumento no número de profissionais liberais, que houve uma maior abertura para a atuação das mulheres no âmbito público. Acreditamos ainda que essa inserção tenha possibilitado rupturas e mudanças nas hierarquias de gênero, na medida em que a vida de muitas dessas mulheres se entrecruzavam com o processo de desenvolvimento material e modernização da cidade.

É importante lembrarmos que o desenvolvimento material da cidade não seguia apenas a perspectiva horizontal expressa na implantação e no ordenamento do calçamento e nas reformas das praças públicas. A modernização também estava materializada na verticalização e na edificação de diferentes prédios, aonde também atuavam algumas mulheres:

Essa singular divulgação do que é novo parece encontrar ressonância direta na perspectiva de erigir Fortaleza sob o signo do moderno. Desde os anos 1930, [...] contornos mais nítidos no espaço urbano, [...] materialidade em realizações pujantes e preferencialmente bastante visíveis, a exemplo dos logradouros e edifícios [onde] investimentos públicos e privados de grande monta seriam dinamizados.⁴⁷

Assim, aplicações tanto de capitais públicos como privados eram realizadas no sentido de conferir à cidade um tom

⁴⁶ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 09, Livro 36, p. 270, 1938. A vigência monetária do “réis” durou até 1942, ano em que foi substituído pelo “cruzeiro”. Um conto de réis (1:000\$000) era igual a mil vezes a importância de mil-réis. Ver: BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

⁴⁷ SILVA FILHO, Antonio Luiz e (a). Op Cit., p. 57.

harmonioso e moderno. A movimentação, iniciada um século antes e voltada para a construção de casas tomadas como forma de investimento econômico, encontrava-se ampliada nesse decênio, na medida em que não apenas as construções de um pavimento, mas os prédios eram os alvos do capital de uma nova elite comercial, possibilitando uma verticalização da cidade, ainda que incipiente e restrita. Como exemplo, podemos citar a construção do Excelsior Hotel em 1931, na Praça do Ferreira, então “coração da cidade”. Esse hotel, assim como o Cine-Theatro Majestic Palace e o Cinema Moderno, inaugurados, respectivamente, em 1917 e 1921, fazia parte dos empreendimentos do milionário e comerciante Plácido de Carvalho.⁴⁸

A construção desses prédios significava e estava no bojo do processo de ampliação da cidade. No caso do hotel, isso se dava tanto no sentido interno como externo. Ao apresentar uma arquitetura mais moderna (ainda que mesclada com aspectos provincianos) e se lançar no circuito nacional e internacional das grandes metrópoles, o hotel de Plácido de Carvalho abria possibilidades de recepções a altura das mais diferentes e ilustres figuras:

Não sem alguma razão, o Excelsior era um hotel. [...] Isso revela a maior integração de Fortaleza a um circuito ampliado de viagens e negócios, orbitando na esfera de investimentos e capitais do mercado. Revela, também, a presença crescente de traços modernos na capital cearense, uma vez que o hotel representa um dentre vários lugares de passagem que se multiplicavam na paisagem urbana, dotando-a de dinamismo e da velocidade propiciada pela introdução das novas tecnologias no cotidiano da cidade, em contraste com as estruturas arquitetônicas e espaciais do século XIX, em sua maioria assentadas nos princípios da estabilidade e da fixidez.⁴⁹

O responsável por tal obra foi o engenheiro Natali Rossi, irmão de Pierina Rossi, então esposa de Plácido que os conheceu

⁴⁸ GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1979.

⁴⁹ SILVA FILHO, Antonio Luiz e (a). Op Cit., p. 77.

em viagem à Itália, de onde veio a inspiração e influência arquitetônica para a construção do mesmo hotel.

Imagem 01

EXCELSIOR HOTEL



O MAIS MODERNO E CONFORTAVEL HOTEL DO NORTE
AGUA CORRENTE E TELEFONE EM TODOS OS APOSENTOS
RESTAURANTE DE 1.^A ORDEM
Barbearia propria. ✱ Bar na Terrasse - a mais ampla do Brasil
DIARIAS DE 18\$000 A 60\$000
PRAÇA DO FERREIRA — FORTALEZA — ESTADO DO CEARÁ

Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará de 1935.

Além das obras já citadas, como prova do seu amor pela esposa e do seu poderio econômico, Plácido mandou construir um palácio para sua mulher. Conhecido como o Palácio Plácido de

Carvalho, foi erigido pelo arquiteto húngaro Emílio Hinko, que com a morte do milionário ainda nos anos 1930, casou-se com Pierina em 1938, a qual, a partir daí, passou a se chamar Pierina Rossi Hinko.⁵⁰

O falecimento de Plácido de Carvalho implicou o enriquecimento de sua esposa através do recebimento da herança que, dentre muitas posses, contava com o monumental arranha-céu de alvenaria e de proeminentes sete andares. Na ausência do esposo, foi ela que passou a conduzir a administração dos bens e negócios, inserindo-se na lógica do mercado.

Como no exemplo de Júlia Cavalcante, acreditamos que a ascensão de Pierina Rossi à administração do Excelsior Hotel acabava marcando uma temporalidade distinta na vida dessas mulheres, na medida em que elas se lançavam na cena pública e participavam ativamente da vida comercial da cidade. Era de Pierina a responsabilidade de comandar o extensivo quadro de funcionários do hotel, exercendo negociações com fornecedores e clientes da incipiente rede hoteleira ou ainda se preocupando com a imagem de seu negócio ao estabelecer contato com os editores do Guia Turístico de 1939, intentando sua divulgação.⁵¹

A experiência de vida e trabalho dessa mulher não estava restrita à atividade hoteleira, visto que vários foram os bens deixados por Plácido de Carvalho e que o contexto da década de 1930 era aquele da crescente valorização dos imóveis na cidade de Fortaleza. Desse modo, pudemos observar Pierina se inserindo e expandindo seus negócios ao mandar construir casas para alugar em torno do Palácio.⁵²

Quanto a sua vida pessoal, como dito acima, após a morte do seu marido essa senhora afirmou novo matrimônio com o arquiteto Emílio Hinko. Tal evento se deu em regime de separação

⁵⁰ BPMP, Setor Hemeroteca, O Povo, 13/01/2007.

⁵¹ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 235.

⁵² BPMP, Setor Hemeroteca, O Povo, 13/01/2007.

de bens, possivelmente denotando a atenção dessa mulher na preservação do seu enorme e rico patrimônio herdado.

Paradoxalmente, embora fosse ela uma mulher rica e proprietária, ainda era de responsabilidade “[...] do futuro marido o encargo de prover a sustentação do lar”, conforme registrado na escritura anti-nupcial.⁵³ Esse registro feito pelo escrivão, quanto à forma de relacionamento entre o marido e a esposa, seguia e estava de acordo com os padrões estabelecidos pelo Código Civil de 1916. Nele, os papéis sociais atribuídos aos cônjuges dependiam do sexo:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. Compete-lhe: I – a representação legal da família; II - a administração dos bens comuns e dos particulares da mulher que ao marido incumbir administrar, em virtude do regime matrimonial adotado, ou de pacto antinupcial [...].⁵⁴

É importante assinalarmos que esse Código era apenas um dos muitos elementos que compunham as redes de significado em torno da sexualidade dos sujeitos. Através dele e do corpo legislativo de época, de uma maneira em geral, foi-nos possível perceber que tipo de hierarquizações e diferenciações dos indivíduos se impetrava com base no sexo. De acordo com Françoise Thébaud, “[...] a relação entre os sexos não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, ao mesmo tempo efeito e motor da dinâmica social”.⁵⁵

Nessa perspectiva de análise, os textos legislativos que tinham abrangência em nível nacional faziam parte de um sistema de gênero ou “*gender system*”, tal como definido por Thébaud. Seriam elementos de um conjunto maior de funções sociais sexuadas e de sistemas de representação ou pensamento que atribuiriam culturalmente o que era o masculino e o feminino, modelando, assim, identidades sexuais no meio social.

⁵³ Cartório Ponte, Escrituras Públicas, Escritura Anti-Nupcial, Livro 26 A, p. 124, 11/1938.

⁵⁴ *Código Civil de 1916*. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1721 e 1722.

⁵⁵ THÉBAUD, Françoise. (Org.). *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Tradução de Alda Maria Durães et. al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995. v. 5, p. 12.

Tomados em conjunto, o trecho acima transcrito e os escritos do tabelião em relação ao contrato de pacto anti-nupcial de Pierina Rossi demonstram nitidamente quais tipos de identidades sexuais estavam em voga. Em um claro reforço do modelo conservador patriarcal, percebido como o exercício do poder dos homens sobre as mulheres, tomava-se a divisão dos espaços conforme o sexo dos indivíduos. Ao homem, na condição de marido, cabia a representação de todos os membros da família e o labor externo para o provimento da casa, enquanto que a mulher, no papel de esposa, era responsável pelo desenvolvimento familiar no espaço recluso da morada.

Contudo, no pacto estabelecido entre Pierina e Emílio, embora houvesse o endosso dessas divisões idealizadas, o que se verificava na prática era uma realidade distinta. O pacto anti-nupcial dava colorações singulares ao modo de se relacionar escolhido pelo casal. Além disso, as atividades comerciais desenvolvidas por Pierina demonstravam sua importante atuação no âmbito público, então pensado pelos legisladores da época como espaço proeminente de ação dos homens.

Essa mulher, assim como Júlia Cavalcante, Antonia Gomes de Mesquita e tantas outras que apresentaremos aqui, representava a si mesma no momento das negociações estabelecidas em praça pública, sem precisar de outrem para administrar seus bens. Esquivava-se, assim, do papel tradicional e secundário atribuído às mulheres, além de (re) significar as relações de gênero.

Embora Pierina fosse italiana, as atitudes tomadas por ela não eram tão diferentes do contexto analisado. Dessa forma, podemos entender o seu comportamento como ressonante da sua vivência em outro país, mas também da própria cidade de Fortaleza, na medida em que encontramos várias senhoras e senhoritas que, de diferentes modos tinham acesso à riqueza material de suas famílias. Tornavam-se, assim, negociantes do

incipiente setor imobiliário, comerciantes, profissionais liberais e mesmo funcionárias públicas.

1.1 Públicas experiências femininas: algumas atividades das mulheres fortalezenses

A administração dos bens pessoais, e mesmo familiares, ou o simples fato de advir de uma camada social abastada permitia que algumas mulheres sentissem o desenvolvimento urbano de modo diferenciado. Aquelas com maior poder aquisitivo acabavam se inserindo de forma mais proveitosa em tal processo, podendo romper, algumas vezes, com as barreiras que lhes eram impostas. Tal era a situação das mulheres que tinham acesso à educação e que, dessa forma, possuíam mais chances de conseguir empregos na esfera pública e, assim, certa independência econômica frente aos pais, irmãos ou maridos.

Maria Amélia Maia Espíndola parecia ser uma dessas mulheres. Casada, exercia o cargo de funcionária pública federal e parecia dispor livremente de seu capital financeiro, tanto que em fevereiro do ano de 1929, efetuou a compra de um terreno com cinquenta palmos de frente, pagando a razoável quantia de quinhentos mil réis (500\$000)⁵⁶ à Francisca de Oliveira Farias, proprietária e viúva, sem precisar da anuência do marido.⁵⁷

Certamente, a presença de mulheres no funcionalismo público era marca de uma temporalidade não apenas da cidade de Fortaleza, mas do país como um todo que passava por

⁵⁶ Para termos uma noção comparativa das somas negociadas observamos, como exemplo, os valores das passagens de ônibus e suas variações no intervalo de doze anos. Assim, em 1927, as passagens de ida e volta do Centro para o Otávio Bonfim, Porangaba e Mondubim custavam, respectivamente, \$600, \$600 e \$800. Já no ano de 1939 assumiam os valores de \$500, \$900 e 1\$300. Dependendo da linha e da quantidade de passageiros as passagens sofriam variações diferentes: enquanto o trecho que tinha como destino o Otávio Bonfim sofreu uma redução no preço de sua passagem em 16,6%, as outras tarifas foram acrescidas em 50% e 62,5%. A afirmação de que houve ou não uma valorização da moeda para o período pesquisado requer um estudo mais aprofundado. Todavia, nossa intenção é tão somente explicitar um exemplo para que o leitor possa comparar os valores negociados. Ver: BPMP, Obras Raras, Guia Cearense de 1927 e Guia da Cidade de Fortaleza, 1939.

⁵⁷ APEC, Cartório Ponte, Escrituras particulares, Caixa 04, livro 19, 1929.

transformações no âmbito político concernentes aos direitos das mulheres. Era recorrente, em alguns jornais da cidade, a reprodução de textos publicados em periódicos do Rio de Janeiro que destacavam a movimentação em torno da luta pelo “voto feminino”, alcançado em 1932:

A REFORMA ELEITORAL: COMO ESTÁ SENDO RECEBIDO O VOTO FEMININO. Agora é que a campanha começa a concretizar-se em realizações. Não deve ter causado surpresa entre as senhoras que com afinco, vêm trabalhando pela admissão da mulher brasileira na política nacional o reconhecimento do seu direito de voto pelos reformadores da lei eleitoral. Desde muito estão elas desenvolvendo grande atividade junto aos poderes competentes e à imprensa conquistando terreno promissor e adquirindo ambiente rico à sua causa [...].⁵⁸

Esse movimento sufragista, no bojo do feminismo de *primeira onda*, surgiu do movimento liberal de luta das mulheres. Nele, as reivindicações das mulheres por direitos políticos, sociais e econômicos expressava o desejo de votar e de serem eleitas. Também se buscava o acesso ao trabalho remunerado, educação, propriedade e herança. Alvos tidos como objetivos principais.⁵⁹

Mesmo com a educação e o labor externo significados por muitas delas como uma ferramenta para enfrentar as adversidades sociais, além de se tornarem práticas urbanas necessárias para a sociedade brasileira de uma maneira em geral, esses aspectos, na maioria das vezes, eram revestidos por concepções tradicionais de gênero. Os conteúdos ensinados às mulheres, bem como os espaços e profissões, poderiam então refletir as intenções de uma feminilidade idealizada, calcada no casamento e na maternidade.⁶⁰

⁵⁸ BPMP, Setor Hemeroteca, Fortaleza, Folha do Povo, 08/10/1931, p. 02.

⁵⁹ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo: Editora UNESP, 2005c, vol. 24 (1), p. 77-98. Segundo a autora, o feminismo como movimento social tem vivido algumas fases, também chamadas de ondas. Enquanto a primeira onda, com origens em fins do século XIX, foi caracterizada pela reivindicação de igualdade e de direitos, os movimentos de segunda fase, surgidos no pós Segunda Guerra, focaram nas lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado (entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres). Foi justamente nesse segundo momento quando se elaborou a categoria gênero, sendo esta tributária, assim, das lutas dos feminismos e do movimento de mulheres.

⁶⁰ BESSE, Susan K. Op. Cit..

A ampliação da participação social de muitas brasileiras seguia características específicas, o que também parecia ocorrer com uma parcela das fortalezenses que através dos guias turísticos da cidade anunciavam e ofertavam os seus serviços. Produzidos no sentido de dinamizar as relações comerciais citadinas, tais catálogos faziam a divulgação de produtos, serviços e estabelecimentos, e informavam sobre a existência dos 154 mil habitantes em Fortaleza, distribuídos nos distritos de Mecejana, Antonio Bezerra, Mondubim e Poraganba, no ano de 1938.⁶¹

Neles encontramos informações acerca de mulheres que estabeleciam negociações na mesma linha de Pierina Rossi. Na seção “Hotéis e Pensões”, dos 25 registros encontrados, dez estabelecimentos eram administrados por mulheres. Prédios que, mesmo não possuindo a imponência e o alcance do Excelsior Hotel de Pierina Rossi, estavam inseridos na dinâmica citadina, como no caso das propriedades de Terezinha Pontes Menezes, Solange Paula Barros e Hilda Nogueira. Donas, respectivamente, da Pensão Fortaleza, Pensão Nacional e Pensão Internacional.⁶²

Ao concedermos atenção à pensão e ao hotel, talvez uma crítica pertinente seja a de encará-los como extensão do lar onde as mulheres apresentavam-se inseridas na dinâmica urbana em uma perspectiva de continuidade dos afazeres domésticos e cuidados familiares. Esses locais semelhantes ao espaço da casa representavam o lugar de descanso e reduto daqueles que trabalhavam externamente, na maioria homens, tais como os maridos que cuidavam do provimento da família e que, no retorno ao lar, esperavam a boa acolhida das esposas. Nesse contexto, a calma e a paciência poderiam ser apontadas como marcas de uma feminilidade específica de atenção e dedicação aos outros. Adjetivos atribuídos às esposas no recebimento de seus maridos e às hoteleiras na recepção de seus hóspedes.

⁶¹ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 12 e 298.

⁶² BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 234-236.

Embora essa forma de acesso possa ter sido marcada pela tradicional divisão sexuada dos papéis sociais, foi necessário não perder de vista a importância do trabalho dessas mulheres fora do espaço doméstico da casa e a complexidade que envolvia suas atividades. Eram trabalhos que marcavam suas vidas diferenciando as relações que elas estabeleciam com outras mulheres e outros homens.

No caso de Pierina Rossi e das outras nove mulheres que se faziam anunciar no Guia de 1939, os estabelecimentos eram próprios, isto é, não se tratavam de empregadas dos hotéis e das pensões. Eram elas mesmas que conduziam e administravam os seus negócios o que provavelmente denotava independência econômica e pessoal. Para elas, era possível, ainda, como fez Pierina Rossi ao mandar construir e alugar casas, enveredar por outras atividades comerciais, embora o intenso fluxo característico daqueles espaços fosse bastante sugestivo para, por si só, imaginarmos a dinâmica do modo de vida dessas senhoras e senhoritas. Experiências de vida distantes da tipificação feminina idealizada no Código Civil de 1916, que às mulheres, de forma naturalizada, o espaço do lar e da família, em contraposição ao mundo dos negócios que era de responsabilidade dos homens.

Do contato com as mais variadas pessoas, como os (as) clientes, empregados (as), fornecedores (as), os funcionários (as) do serviço público e privado, entre outros (as), essas mulheres tinham suas experiências alargadas cotidianamente. A proximidade com indivíduos de nacionalidades distintas, sujeitos de camadas socioeconômicas diferentes e funcionários do governo significava algumas das múltiplas atividades exercidas no exercício de administrar esses locais.

Nessa perspectiva, outra atividade calcada na singular evolução material da cidade era o desenvolvimento das grandes e sortidas mercearias, cafés e botequins. Com o intenso aumento populacional, apresentado anteriormente, esses espaços eram cada vez mais dinamizados e cresciam quantitativamente, além de

se espalharem por diferentes locais da cidade e serem marcados pela presença tanto de homens como de mulheres. Embora estivessem alinhadas na classificação de serviços nos guias da cidade, as mercearias, bodegas e botequins guardavam diferenças e proximidades entre si que influenciavam no modo dos indivíduos se fazerem presentes e se relacionarem nesses espaços.

As semelhanças se expressavam nas espécies de produtos negociados, os quais, muitas vezes, faziam com que os estabelecimentos fossem confundidos entre si ou tivessem suas definições trocadas pelos próprios usuários. Dessa forma, quando falamos em mercearias, estamos marcando e nos referindo aos pontos comerciais por excelência, onde altas somas em dinheiro eram movimentadas, diferentes das bodegas que, menores, apresentavam o espaço dos negócios como o mesmo da morada.

Quanto aos botequins, ora guardavam semelhança com as grandes mercearias, destinadas a atenderem grupos sociais mais abastados, ora se aproximavam do universo mais pobre, como no caso das bodegas. Todavia, fosse entre os mais ricos ou entre os mais pobres, era marca indelével desse espaço o consumo de bebida alcoólica.

Contudo, essa divisão não era uma regra social. Assim como existiam mercearias mais pomposas, havia aquelas com investimentos mais tímidos, que não eram propagandeadas pelos meios de divulgação local, mas que provavelmente eram conhecidas entre os moradores mais próximos. No entanto, não encontramos indícios do processo inverso relativo às bodegas. Estas pareciam ser espaços exclusivos de uso das camadas menos favorecidas social e economicamente. Aqueles com maior poder de compra se voltavam para os botequins mais sofisticados, “bares, cafés e restaurantes”, inclusive, na área central da cidade.⁶³

⁶³ O material comercializado nesses estabelecimentos tinha um caráter muito variado. Vendiam-se gêneros alimentícios como carnes, peixes, ovos, manteiga, queijo, doces, sardinhas, entre muitos outros. Também eram negociados pentes, cigarros, fumadores, sapatos, enfiadores de sapatos, roupas, relógios, cordões, etc. BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 189.

Nas décadas de 1920 e 30, o lúdico muitas vezes girava em torno dos botwequins, além das praças e clubes, enquanto que o abastecimento de provimentos das residências era atributo das *sortidas mercearias*. Era ainda nesses locais que acontecia a venda das minúcias e parafernalias técnicas da modernização de Fortaleza, aglutinando objetos antigos e novos nas suas prateleiras. Vários destes lugares eram reconhecidos oficialmente, possuindo, inclusive, uma associação beneficente situada na Rua Floriano Peixoto, com prédio próprio estabelecido graças à contribuição de seus associados: Associação dos Merceeiros.⁶⁴

Assim como nas pensões e nos hotéis, nesses espaços a presença das mulheres poderia ser apontada como uma extensão dos serviços domésticos. De acordo Susan Besse, boa parte dos críticos sociais do período indicavam e aceitavam o acesso das mulheres a empregos que fossem típicos da “natureza feminina”: atividades que tinham como base a atenção, o zelo e o serviço em relação ao outro, tal como os cuidados “naturais” da mãe em relação aos filhos e ao marido, fundados no mito do amor materno e da boa esposa.

Tais críticos acreditavam que dessa forma garantiriam a classificação e manutenção do emprego feminino sempre como complementar ao masculino, o que não ameaçaria a divisão sexual do trabalho. Nessa perspectiva, a ação dessas mulheres fortalezenses, para eles, poderia surgir apenas como mudança de foco sem alterar sua essência: voltava-se para o cliente, mantendo-se a idéia de servir ao outro o que, para nós, sugere uma forma limitada de compreender a importância e o alcance das atividades dessas mulheres.

Das 153 mercearias registradas no Guia de 1939, dez eram pertencentes a mulheres. Embora o número não pareça expressivo, lembramos que esse material era apenas um entre os diferentes meios de divulgação que a cidade possuía. Mesmo

⁶⁴ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 35.

assim nem todos os indivíduos que tinham negócios faziam divulgação de forma impressa. Eram esses os casos de Maria Laura de Queiroz, Nilda Garcia Mamede e Nair Vieira, proprietárias de mercearias no Boulevard do Cauípe, na Rua General Sampaio e na Rua Barão do Rio Branco, respectivamente, que foram arrombadas e roubadas entre os meses de agosto e novembro de 1932:

A senhora Nilda Vieira, proprietária da Merceria Lourdes, à rua Barão do Rio Branco esquina com S. Bernardes, trouxe ao conhecimento desta Repartição, que de ontem para hoje, os gatunos arrombaram uma das portas do seu estabelecimento comercial e roubaram os seguintes objetos e mercadorias: 6 kg de manteiga “Santa Elga”, dois milheiros de cigarros no custo de 32\$000, um relógio de pulseira de senhora de ouro no valor de 100\$000, 5 enfiadores de calçados, meia dúzia de pentes no valor de 4\$000 e 45\$000 em dinheiro, contendo prata e níquel.⁶⁵

O acesso a essas informações foi possível somente a partir do Livro de Queixas da I Delegacia, visto que essa senhora não havia anunciado seu estabelecimento nos meios de comunicação aqui sinalizados. Os anúncios pareciam representar um grupo seletivo de negociantes que recebiam convites para divulgar suas casas comerciais, produtos e serviços. Nesse sentido, acreditamos que o número de mulheres nas mercearias era maior do que aquele sugerido nos guias da cidade.

Entre esses estabelecimentos existiam ainda importantes diferenças que poderiam influir diretamente na vida de suas proprietárias. Diferenciadas das *sortidas mercearias*, como aquela de Maria Luiza de Oliveira Ferro e muitas outras que eram anunciadas e estabelecidas em locais diferentes das residências de suas proprietárias, as mercearias menores, como a de Nair Vieira, citada acima, poderiam aparecer literalmente como um alargamento do espaço físico da casa. Assim, significariam uma renda extra para as mulheres mais pobres ao custo de estas se

⁶⁵ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), Caixa 190, n. 37, Queixa n. 35, p. 8.

verem divididas entre os afazeres da casa e as atividades do comércio, exercendo, às vezes, dupla jornada de trabalho.

O fator econômico acabava diferenciando suas formas de participação no meio social. Percebemos que aquelas que dispunham de maior capital financeiro desenvolviam suas atividades fora do lar e podiam engendrar relações de gênero distintas, ampliando seus espaços de atuação e rompendo com hierarquias sexuadas. Às mulheres mais pobres, na maior parte das vezes, restava um acréscimo de tarefas no espaço doméstico, enquanto o lucro obtido servia para complementar a parca renda familiar. De acordo com Samara, desde o fim do século XIX, existiam ainda as que se lançavam em atividades fora do lar, mas, mesmo assim exerciam atividades desvalorizadas socialmente e mal remuneradas, tais como: jornaleiras, lavadeiras, engomadeiras e cozinheiras.⁶⁶

Desse modo, as formas de inserção das mulheres na cena pública não se restringiam ao âmbito das mercearias e se davam de maneira plural. Chamaram-nos a atenção alguns botequins dirigidos por mulheres, quando confrontadas com a lógica tão bem identificada por Noélia Alves de Sousa:

[Por ser um local de] troca de experiências, de notícias, espaço de lazer especificamente masculino, o espaço do botequim era, por isso, desaconselhado para as mulheres. No Ceará, nenhuma moça ou mulher que pretendesse manter o respeito podia freqüentar o botequim.⁶⁷

Segundo essa autora, havia no imaginário fortalezense uma divisão entre a casa e o botequim, sendo o primeiro concebido como espaço da mulher, da sutileza e da fragilidade, enquanto o botequim seria o *lócus* do masculino, do universo varão. Nele, a ingestão de bebida alcoólica e o uso da violência física marcariam,

⁶⁶ SAMARA, Eni de (c). Op. Cit..

⁶⁷ SOUSA, Noélia Alves de. *A liberdade é vermelha?* Um estudo da violência contra as mulheres nas décadas de 20 e 30 do século XIX. São Paulo, 1997. 253 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, p. 158.

inclusive, o momento de transição na vida do homem que sairia da adolescência para a fase adulta.

Entretanto, essa idealização do botequim acabava esbarrando em práticas diferenciadas que, postas em evidência, permitiram-nos refletir sobre outras possibilidades de presença e atuação nesse espaço. De fato, o botequim era um local privilegiado para trocas de experiências masculinas, mas também ali atuavam mulheres como à senhora Antonieta Maia Lima, dona de um botequim na Avenida Bezerra de Menezes, nº 281, anunciado no Guia da Cidade.⁶⁸

Embora elas fossem hoteleiras, donas de pensões, de mercearias e bodegas, isto é, atuando em espaços que poderiam parecer reproduzir papéis femininos tradicionais, limitando e condicionando o acesso das mulheres ao meio social de uma forma específica, acreditamos que mesmo neles se davam contradições e rupturas no âmbito do gênero. Processo que resultava de um movimento lento, mas gradual, de mudanças nos limites e relações estabelecidas entre mulheres e homens fortalezenses e que, de maneira mais ampla, parecia ocorrer também no campo das profissões liberais, encarado por muito tempo como espaço masculino.

Retomemos, mais uma vez o século XIX, para darmos ênfase e entendermos a importância do processo de inserção das mulheres nas carreiras liberais no decorrer do século XX. Durante os novecentos, observamos a predominância dos homens em uma carreira comum para os grupos elitistas do país: os bacharéis em Direito. Sobre esse assunto, chamam atenção as observações feitas por Almir Leal de Oliveira:

É sabido que a elite política imperial era alimentada de uma cultura bacharelesca. Notadamente eram os bacharéis em Direito que formavam parcela significativa da elite dirigente do País. Muitas vezes a carreira da

⁶⁸ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 52.

magistratura associava-se à carreira política servindo assim como a sua fonte capacitadora.⁶⁹

A educação como elemento que aglutinava a elite e a distinguiu das classes mais pobres servia, no contexto imperial, para lançar aquele grupo bacharelesco à vida política. Com a mudança do regime político brasileiro da Monarquia para a República em fins do século XIX, a associação entre profissionais liberais e vida política foi sendo metamorfoseada gradualmente, voltando esses profissionais para uma dinâmica de trabalho diferenciada que atendesse à lógica impetrada pelo sistema capitalista.

O aumento da população e do espaço urbano fortalezense possibilitou que os profissionais passassem a destinar mais atenção à cidade, oferecendo serviços e constituindo outros modos de vida. Nesse contexto, foi se dando, aos poucos, uma ampliação da participação das mulheres nessas atividades, na medida em que:

[...] de luxo desfrutado apenas por uma pequena elite durante o século XIX, a educação feminina se tornou, no início do século XX, uma necessidade prática tanto para as mulheres urbanas quanto para a sociedade do Brasil em processo de rápida urbanização e industrialização.⁷⁰

Todavia, esse avanço se deu de forma contraditória. De acordo com a autora, ainda que as instituições de ensino superior estivessem abertas às mulheres desde 1879, foi apenas em 1922 que o Colégio Dom Pedro se tornou misto. A importância dessa informação está no fato de que essa escola concedia os diplomas para ingresso em nível superior, isto é, se por um lado, em termos teóricos, aceitava-se a entrada das mulheres na educação, por outro, na prática, isso ocorria marcado por nítidas limitações de acesso.

⁶⁹ OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro; OLIVEIRA, Almir de et al. *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p 15-40, p. 19.

⁷⁰ BESSE, Susan K. Op. Cit., p. 122.

Ainda segundo Besse, a educação das mulheres era marcada por fortes traços de conservadorismo. Aparecia mais como uma força socializadora, permitindo que atendessem as novas demandas urbanas, do que como força emancipadora, na medida em que suas ocupações se davam em duas perspectivas: ou em ofícios tradicionais, encarados como extensão do lar, ou em novos trabalhos de baixa remuneração e menos *status* social. Contudo, isso não era uma regra. Existiam experiências femininas dissonantes.

Sendo uma profissão de longa tradição ocupada por homens, a identificação de mulheres na condição de advogadas parece ter sido mais restrita do que em outras atividades. Os guias turísticos não nos trouxeram nenhuma informação sobre a presença de mulheres nesse campo. Dos 69 advogados que anunciaram seus serviços, todos eram homens. Contudo, isso não implicava uma total ausência da participação de mulheres nessa atividade. A história de vida de Auri Moura Costa sinaliza justamente uma vertente contrária, em que a presença das mulheres possa ter ocorrido de forma efetiva, mesmo que de maneira reduzida.

Nascida em Redenção, no ano de 1911, Auri Moura Costa iniciou seus estudos em casa, com sua mãe Dona Isabel, como era de costume no século XIX e início do XX. Mais tarde, com a mudança de sua família para Fortaleza, cursou o ginásio no Liceu do Ceará, ingressando ainda na Faculdade de Direito, depois se transferindo para a Faculdade de Direito de Recife, onde concluiu o curso em 1933.⁷¹

A ausência de registros acerca dessa mulher nos guias da cidade pode ser explicada pelo fato de ela não ser uma profissional liberal, no sentido de prestar serviços mediante a contratação de clientes. Na hierarquia jurídica, Auri Moura Costa se apresentava em uma posição diferenciada, por ocupar, pela

⁷¹ BARROSO, Olga Monte. *Quem são elas*. Fortaleza: IOCE, 1992.

primeira vez na história do país, através de concurso público, o cargo de Juíza Municipal, dos Termos de Várzea Alegre, Canindé e Cedro, já em 1939, para tornar-se, 29 anos mais tarde, a primeira desembargadora do Brasil:

No tocante à conquista do direito de exercício da judicatura, a mulher brasileira antecipou-se, também, a francesa. Destarte, a prioridade coube a Dra. Auri Moura Costa, pertencente à magistratura cearense. 'Já tendo sido Promotor de Justiça em São Paulo e no Rio em 1935, depois de nomeada Juiz em Canindé, no Ceará, ficou no norte e ali exerce a magistratura que complementa com intensa vida social em benefícios dos presidiários de sua comarca, atendendo a diversos problemas que não bem conhece em teoria e que tantos elogios já tem merecido por parte de juristas internacionais com os quais mantém regular e assídua correspondência'.⁷²

A diferença entre ela e aqueles homens residia no fato de ser ela uma funcionária pública, de brilhante carreira, sendo este o motivo do seu registro não aparecer nos guias da cidade. Tornou-se ainda desembargadora, tendo seu nome dado ao presídio feminino da capital nos dias atuais.

A intensidade da vida pública dessa mulher, trocando correspondências com grandes centros, como Paris, Itália e México, onde "[...] muitos dos grandes criminalistas [ouviam] suas opiniões abalizadas", afastava-a das idealizações acerca da representação do feminino que se fazia no período, engendrando um comportamento atípico para as mulheres desse momento.⁷³ Sua carreira profissional podia surgir mesmo como forma de inspiração e expectativa para aquelas que rejeitavam de algum modo a idéia natural da mulher reclusa às atividades do lar.

Mesmo aparentemente tendo surgido como uma vivência solitária no contexto estudado, ou até em nível nacional, quando tomada em termos de experiência, a vida de Auri Moura Costa nos possibilitou pensar, registrar e problematizar a presença de

⁷² CASCUDO RODRIGUES, João Batista. *A Mulher Brasileira Direitos Políticos e Cívicos*. Coleção Mossorense, Vol. XI, Série C (Livros), 1962, p. 33.

⁷³ Id. *Ibidem.*

mulheres em espaços vistos como de caráter predominantemente masculino.⁷⁴ O âmbito do Direto, talvez em menor escala, bem como o de outras profissões liberais pareciam então apontar para formas de abertura social, na medida em que as histórias de vida dessas mulheres rompiam com as três dicotomias básicas levantadas e problematizadas por vários dos estudos feministas: natureza x cultura, trabalho x família e público x privado.⁷⁵

Nessa perspectiva, não se limitando ao espaço doméstico e familiar e se projetando aos trabalhos externos no espaço público também estavam algumas profissionais da área da saúde, como as dentistas, farmacêuticas e médicas. Ainda que, mais uma vez, a presença das mulheres nesses ofícios, em termos numéricos, fosse menor que a dos homens, isso não reduzia a importância dessas experiências que apontavam para outra noção de feminino. Por um lado, o diminuto número de trabalhadoras na área da saúde sinalizava a continuidade da segmentação sexuada no mercado de trabalho e mesmo no acesso à educação, favorecendo os homens, mas, por outro lado, apontava para quebras, ainda que incipientes e localizadas, na imposição das limitações de gênero.

É dessa forma que podemos observar a presença efetiva de seis médicas fortalezenses no segundo quinquênio da década de 1930. Tendo seus nomes e ofícios divulgados nos almanaques e guias turísticos da cidade, essas mulheres engendravam comportamentos dissonantes, ao parecerem compor formas originais de solidariedade feminina na dinâmica profissional e urbana, além de novos elementos na organização familiar.

⁷⁴ Walter Benjamin, ao chamar a atenção para o processo de interiorização/individualização no século XIX, por conta dos novos comportamentos burgueses europeus, e para a “queda” das certezas coletivas e da narração no pós-Primeira Guerra Mundial, apontou para a existência de um novo conceito de experiência que reenviava o indivíduo a vida particular, ao interior. Nesse sentido, ao nos referirmos à categoria de experiência estamos pondo os sujeitos em relação com os outros em um determinado meio social e histórico, enquanto a vivência remeteria à particularização do indivíduo. Ver: BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Vol. 1. 5 ed. Brasiliense: 1993.

⁷⁵ SAMARA, Eni de. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVIII*. SP: EDUSC, 2003b.

Nesse sentido, era relevante a experiência de vida da Dra. Ida Santos Elery, casada com o também médico Mucio Elery. Mais do que o domicílio, esse casal dividia o consultório médico, compondo uma vida familiar onde marido e mulher ocupavam a mesma profissão e dividiam os mesmos espaços sem, aparentemente, haver uma hierarquia de poderes em termos tradicionais por conta do sexo. Nessa família, não apenas o homem, mas também a mulher se lançava no labor externo, tendo como base o nivelamento profissional. Na condição de médica, essa senhora por diversas vezes foi anunciada e reconhecida pelos registros de serviços da cidade, conforme podemos observar abaixo.⁷⁶

Ida Santos Eleri – especialista em moléstias de senhora - Edifício Granito, Sala13 – Rua Guilherme Rocha, 175, sob.⁷⁷

Todavia, não apenas anunciada, a Dra. Ida Santos se preocupava em se anunciar. Era dela a decisão de veicular e divulgar seus serviços e sua imagem, a fim de, inserir-se na dinâmica urbana fortalezense, tão bem registrada nos guias turísticos da cidade. Tanto assim o era que, além da divulgação escrita no Guia de 1939, o anúncio textual que os editores do Almanaque de 1935 fizeram dos serviços daquela mulher, de forma pouco usual, vinha acompanhado por uma fotografia da mesma:

Dra. Ida Santos Elery
Ginecologia e Pediatria Obstetrícia. Consultório: Edifício Granito.
Consultas: 13 às 15:30 horas; Residência – rua 25 de Março, 697. Telefone: 1533.⁷⁸

⁷⁶ BPMP, Obras Raras, Almanques do Estado do Ceará, 1935-1937.

⁷⁷ BPMP, Obras Raras, Almanques do Estado do Ceará, 1937, p. 346.

⁷⁸ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939, p. 283.

Imagem 02



Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará de 1935.

Assim como as outras profissionais de saúde anunciadas, embora a Dra. Ida estivesse vinculada a tratamentos de mulheres e crianças, isso obrigatoriamente não implicava uma diminuição da importância de seus trabalhos. De fato, a qualificação pediátrica e a especialidade em moléstias de mulheres poderiam implicar uma forma específica, limitada ou primeira de acesso das mulheres às profissões na área da saúde. Todavia, não se tratava de uma especialidade desqualificada de exercício exclusivo das mulheres, visto que muitos eram os médicos homens que também faziam esse tipo de atendimento, tal como o próprio marido de Ida, o Dr. Mucio Elery.

Colocadas de maneira nivelada, talvez nesse aspecto as mulheres médicas pudessem dispor de mais vantagens que os médicos homens. Em uma sociedade profundamente marcada por aspectos do patriarcalismo, não deviam ser poucos os maridos que preferiam o atendimento de suas esposas por médicas mulheres, evitando a exposição dos seus corpos a outros homens, ainda que esses fossem médicos.

Dessa forma, acreditamos que enxergar no trabalho dessas mulheres uma simples extensão do que se considerava ser próprio da “natureza feminina”, isto é, do cuidado com o corpo e da atenção voltada para as crianças, como sugerem alguns estudos,⁷⁹ talvez seja reduzir a importância da quebra dos modelos de gênero que a experiência de vida delas parecia impetrar.

Quanto à nova e diferente prática de organização familiar, na qual o homem e a mulher exerciam os seus trabalhos fora da esfera do lar e sob a mesma profissão, Ida e Mulcio Elery não estavam sozinhos na cidade de Fortaleza. De forma semelhante era a vida da médica Elizabeth Sendey e de seu esposo Atila Sendey, os quais dividiam o mesmo consultório na Praça do Ferreira, número 604.⁸⁰

O lugar que os médicos (as) escolhiam para atender seus pacientes possuía pequenas variações. Poderiam se instalar em prédios de atividade comercial mista, tal como o Edifício Granito, onde atendia a Dra. Ida Elery ou em ruas, avenidas e praças movimentadas, tal como fizeram Elizabeth Sendey e seu esposo. Contudo, conjugada à prática de vender medicamentos era nas farmácias onde o maior número de médicos e médicas atendia.

Nessa perspectiva, pudemos evidenciar a sociedade comercial firmada entre Juliana Cavalcante e sua parente Maria S. Cavalcante Nogueira. Formada em farmácia pela Faculdade de Medicina da Bahia, Juliana estabeleceu comércio próprio na cidade de Fortaleza ao pôr em funcionamento a então *Farmácia Juliana*.

Nela, além da venda de medicamentos e produtos químicos, funcionava o consultório da médica Maria S. Cavalcante. Mais do que um simples contrato comercial, parecia haver nessa parceria uma prática de solidariedade entre essas mulheres a fim de afirmar seus espaços e suas presenças no âmbito da saúde.

No sentido de marcar e conquistar espaços é interessante observarmos a forma com que essas profissionais eram

⁷⁹ BESSE, Susan K. Op. Cit..

⁸⁰ BPMP, Obras Raras, Almanques do Estado do Ceará, 1935-1937.

anunciadas e se anunciavam nos catálogos comerciais da cidade. Tal como Ida Santos Elery, elas autorizavam e forneciam informações para os anúncios no guia turístico, também possuindo suas imagens divulgadas gratuitamente nos almanaques do Estado. Nestes, a divulgação de seus serviços vinha reforçada por suas imagens conferindo-lhes maior destaque e autoridade, na medida em que surgiam com a imperiosa e respeitável indumentária que oficializava seus saberes: a beca.

Contudo, cabe aqui ressaltarmos um pequeno detalhe que acompanhava a fotografia da farmacêutica Juliana Cavalcante. De um lado, a beca sinalizava a posição singular e de autoridade que essa senhora buscava ocupar em um meio erudito e profissional ao ceder sua foto para o Almanaque de 1935. Por outro lado, sua imagem vinha contornada por desenhos de arranjos florais curvos, o que nos sugere uma idéia de associação dessa atividade ao feminino, fosse pela própria Juliana ou pelos editores e articulistas do almanaque.


Sobre a importância da observação de imagens nos estudos de gênero, merecem destaque os trabalhos de Joana Maria Pedro e Cristina Scheibe Wolf.⁸¹ Ao analisarem dois grupos de feministas brasileiras exiladas na França nos anos de 1970 (*Nosotras* e *Círculo de Mulheres Brasileiras*), essas autoras observaram as diferenças existentes entre eles a partir das imagens constantes nos materiais divulgadores de suas idéias. Nesse sentido, figuras arredondadas, curvas, círculos e flores apareciam como formas de valorizar o feminino por aquelas mulheres.

Respeitando o hiato espacial e temporal entre nossa temática e a das autoras referidas acima, esses estudos nos permitem refletir sobre que mensagem poderia estar subjacente à imagem de Juliana Cavalcante em volta em flores. Infelizmente, não há como sabermos se esse detalhe era deliberado pela própria

⁸¹ PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe. *Nosotras e Círculo de Mulheres brasileiras de Paris*. *ArtCultura* (UFU), v. 9, p. 55-70, 2007d.

Imagem 03

Dra. Maria de Sousa Cavalcante
MEDICA




ESPECIALIZADA EM OBSTETRICIA E GYNECOLOGIA
Partos, doenças de Senhoras e Crianças
Consultório—PHARMACIA JULIANA
RESIDENCIA—PRAÇA CAPISTRANO DE ABREU. 117
TELEPHONE. 441
CEARA — FORTALEZA

Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará de 1935, p. 71.

Imagem 04

Juliana Cavalcante
FARMACEUTICA



Formada pela Faculdade de Medicina da Baía

FARMACIA JULIANA
*Grande deposito de produtos quimicos e farmaceuticos,
Avia receitas com o maximo escrupulo e presteza*

PREÇOS MODICOS
Consultorio medico da Dra. Maria S. Cavalcante Nogueira
303—Praça Capistrano de Abreu—303
Fortaleza — Ceará

Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará de 1936, p. 181.

farmacêutica ou se era uma atribuição feita pelos editores do almanaque. Contudo, através dessa imagem, podemos dizer que havia ali uma nítida associação ao feminino.

O pouco número de imagens de mulheres nos almanaques (duas fotos em 1936 e apenas uma em 1935) não nos permite aprofundar essa questão. Entretanto, se tomarmos como parâmetro o fato de essa divulgação ser gratuita e, dessa forma, impetrada não por aqueles (as) profissionais, como no caso dos guias, mas pelos seus próprios editores, podemos lançar a hipótese de que eram eles que faziam as associações a outras imagens e desenhos. Dessa forma, a associação da imagem de Juliana Cavalcante às flores nos parece muito mais uma opção dos organizadores do almanaque que, assim, agregavam a essa profissão traços de feminilidade.

A inserção de Juliana no meio social e urbano fortalezense talvez nos sugira o caráter paradoxal constatado em outras partes do país por Susan K. Besse. Na medida em que se ampliavam as possibilidades de labor no espaço urbano, às mulheres eram viabilizados trabalhos que se acreditavam ser “funções compatíveis com a natureza feminina”, isto é, de paciência, atenção e cuidado com o outro.⁸² As funções que teriam “traços femininos” seriam principalmente as de vendedora, secretária, decoradora, professora, assistente social, médica, farmacêutica, dentista, entre outras.

Contudo, é necessário que matizemos tal proposição. Se nos foi possível visualizar a presença de mulheres em determinadas profissões porque se acreditava que essas eram adequadas à “natureza feminina”, não devemos perder de vista que alguns desses ofícios, anteriormente, eram exercidos quase que exclusivamente pelos homens, enquanto em outros havia até mesmo disputas por espaços de atuação. Basta um rápido olhar

⁸² BESSE, Susan K. Op. Cit., 153.

sobre os registros dos profissionais de odontologia para deixarmos mais clara essa proposição. Mesmo com o cruzamento de informações presentes em diferentes fontes, foi apenas no final dos anos de 1930 que encontramos a presença de mulheres: dos 41 dentistas, quatro eram mulheres.⁸³

De fato, havia certas profissões em que os seus exercícios pareciam se abrir mais facilmente para a atuação das mulheres, como no âmbito do ensino, na profissão de professor (a). Contudo, mesmo aí ocorriam disputas com os homens, de modo que esse não era um exercício próprio, peculiar e garantido às mulheres. O Almanaque de 1920 informava que o corpo docente aposentado naquele ano era de 127 profissionais: 36 homens e 91 mulheres.⁸⁴

O próprio poder público, mediante suas ações, sugeria reconhecer algumas atividades como típicas de mulheres. Se, por um lado, tentava tornar circunscrito o âmbito de atuação de muitas mulheres, por outro, abria espaço para a qualificação profissional de algumas delas em profissões condizentes com a “natureza feminina”. Nesse sentido, são ilustrativas as vidas de Idelzuith Galvão e Nadir Moraes que, por meio de Decreto Lei, conseguiram em setembro de 1920 pensões anuais para aperfeiçoamento artístico no Instituto Nacional de Música do Rio de Janeiro, nos valores de 3:000\$000 e 1:800\$000, respectivamente.⁸⁵

Assim, se no início dos anos 20, as profissões exercidas pelas mulheres pareciam estar mais fortemente restringidas a certas atividades, como no caso das professoras, na medida em que adentramos na década de 1930, foi-nos possível observar uma maior abertura e ocupação em outras atividades. Mais do que um processo ditado e controlado pelos homens, acreditamos que a ampliação e diversificação dos trabalhos das profissionais liberais compunham um movimento de inserção que enfatizava as

⁸³ BPMP, Obras Raras, Guia da Cidade de Fortaleza, 1939.

⁸⁴ BPMP, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará, 1920, p. 100-113.

⁸⁵ BPMP, Obras Raras, Almanaque do Estado do Ceará, 1920, p. 7.

contradições das relações de gênero, questionando-as e, muitas vezes, superando-as e pondo-as de lado.

Não estamos sugerindo que tal processo se deu de forma linear e homogênea, sem dificuldades para essas mulheres. Mas o simples fato de elas ocuparem trabalhos de maior prestígio social, bem remunerados e externos ao lar, engendrando comportamentos outros, pareceu-nos implicar dinâmicas de vida diferentes daquelas representadas e idealizadas em seus meios sociais. E é justamente sobre essas idealizações e suas formas de expressão que nos deteremos agora, a fim de reafirmar e entendermos a importância histórica das experiências díspares de algumas mulheres fortalezenses em relação aos códigos de época.

1.2 As mulheres no papel e o papel das mulheres

Hoje o movimento feminista parece decisivo e vitorioso. A mulher ingressou no alto comércio, nos departamentos industriais, nas profissões liberais e nos serviços públicos, exercendo quase todos os cargos da administração e da política. Adquiriu a mulher fortuna pelos seus próprios esforços, seja engenheiro, industrial, comerciante e funcionário de cargo vitalício e a sociedade não terá mais o poder de martyrizá-la (sic) com os seus hipócritas e ferrenhos preconceitos. Prossiga [nesse] caminho, e a mulher reconquistará a sua completa emancipação social.⁸⁶

Publicado no dia 19/10/1931, no jornal *Folha do Povo*, esse artigo reproduziu um trecho do livro *A victoria do feminismo*, escrito pelo Doutor Adonias Lima. Como o próprio título sugere, entre outras coisas, sua obra tratava dos avanços do movimento feminista no Brasil, divulgando possibilidades de relações diferentes entre mulheres e homens pouco expressas nos periódicos da capital cearense.

Para o Dr. Adonias, assim como para muitas feministas de primeira onda, o foco da ação das mulheres deveria ser a luta pelos direitos sociais, políticos e econômicos, momento em que a

⁸⁶ BPMP, Setor Hemeroteca, *Folha do Povo*, 19/10/1931, p. 4.

educação e o trabalho remunerado poderiam representar formas de ascensão e emancipação social. Em um meio urbano e capitalista, a independência econômica e a qualificação profissional conseguidas pelas mulheres seriam o principal meio de transformar as relações, hierarquias e limitações em voga.⁸⁷

Contudo, essa imagem utópica de transformação das condições das mulheres através de esforços próprios muitas vezes esbarrava em práticas diferenciadas, nas quais o trabalho, ao invés de significar independência e melhoria na qualidade de vida delas, resultava em um aumento de exploração das mesmas.

Christine Dupont, ao escrever sobre o assunto na década de 70, afirmou que, em diferentes localidades, o advento do sistema capitalista industrial não significou mudanças quanto à exploração das mulheres.⁸⁸ Nele persistiria a idéia de que o trabalho da mulher no seio familiar seria um atributo natural, sendo os trabalhos domésticos próprios da “natureza feminina”. Dessa forma, fosse na esfera doméstica, executando gratuitamente trabalhos de casa ou produzindo algo com valor de troca, fosse no labor externo, existindo remuneração, sempre haveria a exploração da mulher pelo marido.

No primeiro âmbito o marido se apropriaria daquilo produzido para venda e lucro, enquanto no segundo o salário da mulher serviria para pagar os trabalhos que ela deixou de fazer em casa por se dedicar ao labor fora do lar. Assim, para essa feminista, existiria uma sobreposição de explorações: ao sistema patriarcal se acrescentaria a exploração capitalista.

⁸⁷ Nascido em 1887, em Pombal, Paraíba, o Dr. Adonias publicou diversas obras, das quais temos a seguinte relação: *Idolatria Leiga* (1910), *A mulher e sua cultura intelectual* (1914), *O terror da morte* (1917), *A vitória do feminismo* (1931) e *O amor físico e a mulher* (1949). A obra *A vitória do feminismo* lhe rendeu inclusive uma homenagem divulgada no jornal *O Povo* em 1932: “A Academia Cearense de Letras (A.C.L.) fará uma reunião no salão Juvenal Galeno para homenagear o seu ilustrado presidente, Adonias Lima, pela publicação de seu brilhante livro *A vitória do feminismo*. Será orador oficial da solenidade o fluente tribuno Eduardo Mota que fará o elogio ao homenageado, pondo em relação o valor de sua obra”. BPMP, Setor Hemeroteca, *O Povo*, 1932, p. ?.

⁸⁸ DUPONT, Christine. O inimigo principal. In: DURAND, Emmanuèle et al (org.). *Liberação da mulher*. Ano zero. Tradução: Sônia Roedel e Lílíana Santos. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

Salvo as diferenças e os embates acerca dessa temática no âmbito dos estudos feministas, interessou-nos observar as interpretações elaboradas pelo Dr. Adonias Lima sobre a forma de emancipação da mulher, na medida em que algumas experiências aqui destacadas pareciam convergir com a sua proposição. Ao apostar em posturas e comportamentos diferenciados, esse médico, através de seu estudo, acabava endossando e legitimando determinados modos de vida, como os das profissionais liberais vistos há pouco.

Essa defesa de uma maior participação das mulheres no espaço público se dava de forma ainda mais atenciosa. Além das conquistas do feminismo e da perspectiva econômica e profissional como via de acesso a um melhor modo de vida para as mulheres, era sua preocupação refutar o pensamento que tinha por base a inferioridade das mulheres como um aspecto natural-biológico:

A respeito da desigualdade cerebral entre o homem e a mulher [...]

Ainda hoje, para muita gente, a instrução superior da mulher, constitui um perigo e alarmante ameaça a estabilidade moral da família. A sua ignorância é aconselhada como virtude e excelente norma de conduta! Pode se afirmar que, em igualdade de condições funcionais do cérebro, a mulher possui as mesmas possibilidades, *physica* (sic), moral e intelectual, que o homem [...].⁸⁹

O problema em destaque não seria de ordem natural, não existiria uma natureza feminina inferior. Para o Dr. Adonias, a questão da pequena participação das mulheres no espaço público era de caráter social e político, isto é, implicava uma reflexão em torno dos motivos e alcances das restrições às mulheres, elaboradas pelos homens, visto que em nivelamento de oportunidades, elas seriam tão capazes como eles.

A importância desse livro vinha no bojo de uma discussão no Brasil, na qual Direito e Medicina se coadunavam para o estabelecimento de diretrizes no ordenamento da sociedade. A

⁸⁹ BPMP, Setor Hemeroteca, Folha do Povo, 19/10/1931, p. 4.

ciência, então voz única e verdadeira, era utilizada nessa empreitada como argumento central para o controle da sexualidade, foco do interesse social. Era através da ciência que se justificava a inferioridade feminina:

Segundo as concepções médicas, seria o fato de possuir a cabeça mais volumosa na parte posterior e a fronte mais estreita que a dos homens, o que conferia às mulheres um caráter marcado pela maior atividade das 'faculdades afetivas' em relação as faculdades intelectuais, dado que serviria para justificar, não só a baixa participação feminina no campo das artes, das ciências e da vida pública de modo geral, mas também a pequena incidência de mulheres nas estatísticas de crimes de assassinato e agressão corporal.⁹⁰

Essa marcação científica de fundamentos biológicos para afirmar uma diferença sexual, na qual a mulher seria inferior ao homem foi preocupação e crítica de diferentes estudos no desenvolvimento dos movimentos feministas. Foi assim, por exemplo, que pudemos perceber a publicação em 1949, do importante e singular trabalho de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*, que teve grande repercussão no surgimento do movimento feminista francês e mesmo no mundo. Ao se preocupar com a subordinação das mulheres, Beauvoir focou, entre outros aspectos, as análises biológicas sobre a reprodução a fim de refutar a idéia de que a diferenciação sexual implicaria uma divisão dos indivíduos em machos e fêmeas com papéis sociais pré-definidos.

Contribuindo fundamentalmente para o desenvolvimento dos estudos de gênero na medida em que desnaturalizou as qualidades atribuídas aos corpos dos sujeitos, lançava atenção, sobretudo, a crítica da adjetivação negativa da mulher:

[Os dados biológicos não] constituem um destino imutável para [a mulher]. Não bastam para definir uma hierarquia dos sexos [e] não a condenam a conservar para sempre essa condição subordinada.

⁹⁰ MARTINS JÚNIOR, Carlos. Normas sexuais e exclusão social: o Direito Penal e os padrões de honra e honestidade feminina no Brasil da Belle Époque. In: PERARO, Maria Adenir; MIRANDA BORGES, Fernando Tadeu de. (orgs.). *Mulheres e famílias no Brasil*. MT: Carlini & Caniato, 2005, p. 37-53, p. 40.

Seria ousado deduzir de tal verificação que o lugar da mulher é no lar: mas há pessoas ousadas.⁹¹

Todavia, existiam distanciamentos profundos de tempo, espaço e pensamento entre Beauvoir e o Dr. Adonias. Enquanto o trabalho dessa filósofa, de merecido destaque nacional e internacional, lançava as bases reflexivas para as questões concernentes aos feministas de segunda onda, onde o direito ao corpo era um dos principais focos de luta, o estudo do Dr. Adonias apresentava as características de seu tempo e espaço. Embora fosse a favor do que definiu como “amor livre”, apostando no fracasso da instituição do casamento, isso se dava com aspectos singulares de tradicionalismo cristão. A moral deveria ser preservada, sendo esta entendida como a união heterossexual, baseada na fidelidade e estabilidade, no mito do amor romântico e materno:

O Dr. Adonias é pelo amor livre [o] que não quer dizer promiscuidade ou regresso à liberdade primitiva dos sexos; ao contrário, ela harmoniza perfeitamente os impulsos do amor e o ideal da monogamia moderna [...]. Mantida, pois, a forma monogâmica no regimento da união livre, está respeitado o princípio de perfeita moralidade.⁹²

Assim, a preocupação do estudo desse médico com a ascensão das mulheres aos direitos sociais, econômicos e políticos, e não com os aspectos concernentes aos seus corpos, parecia ser a marca relevante de um estudo que se aproximava das perspectivas dos movimentos feministas de primeira onda. Mesmo com suas limitações, delineava discursivamente uma maneira diferente de as mulheres fortalezenses se comportarem na cidade. Eram elas instigadas à emancipação social por meio da independência profissional e econômica, ainda que tomando a base heterossexual como um aspecto natural.

⁹¹ BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 12ª edição. Editora Nova Fronteira, 2002, p. 34 e 35.

⁹² BPMP, Setor Hemeroteca, Folha do Povo, 20/10/1931, p. 4.

Se tomarmos como base os trabalhos de Michel Foucault, ao invés de percebermos o sexo no sentido de repressão, mais interessante seria observar os discursos em torno da sexualidade como formas de controle, isto é, técnicas de poder alicerçadas em formas de saber.⁹³ A partir do século XVIII, psiquiatria, justiça penal e medicina apareceriam como produtores de diversos discursos sobre o sexo, regulando a população e disciplinando os corpos dos indivíduos.

Nesse sentido, o discurso do Dr. Adonias, baseado na autoridade do saber médico, surgia como uma nova forma de perceber e controlar o comportamento dos homens e, sobretudo, das mulheres. Ao questionar uma inferioridade natural feminina, poderia servir de moeda corrente nas relações sociais estabelecidas pelas mulheres, na medida em que elas dispunham daquele discurso como base para legitimarem suas ações. Mesmo assim, acabavam tendo seus atos marcados por limites explícitos presentes nesse mesmo discurso que delineava uma feminilidade específica, ao estar balizada pelo princípio da “perfeita moralidade”.

É importante compreendermos que a concepção e a representação realizadas pelo Dr. Adonias Lima não eram únicas quanto às relações estabelecidas entre mulheres e homens. No jornal, espaço de divulgação de trechos do seu livro, surgiam outras representações acerca do que significava ser mulher e homem para o período. Nesse sentido, atentamos para o termo representação, tal como refletido por Roger Chartier, ao afirmar que devemos

[Perceber] as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado. As representações

⁹³ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.

do mundo social assim construídas [...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam [daí a necessidade do] relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.⁹⁴

Se por um lado registravam-se, em nível nacional, avanços no debate em torno dos direitos das mulheres e, mesmo em nível local, a ascensão de algumas delas a espaços até então tidos como exclusivos dos homens, por outro lado, o desenvolvimento material da cidade de Fortaleza era acompanhado pela intensa tentativa de manutenção de hábitos e costumes de outrora, expressos principalmente na qualificação dos papéis sociais de acordo com o sexo dos indivíduos:

Fortaleza [era] uma cidade muito marcada por duas temporalidades conflitantes. A primeira diz respeito à sua progressiva expansão e modernização. A segunda corresponde às condutas e costumes de seus habitantes que, no discurso dos defensores da modernidade, não se coadunavam com a face 'moderna' e 'progressista' da cidade. [...] modernidade e tradição se apresentavam como pares opostos. Se o primeiro é o lugar do efêmero, do desequilíbrio, dos prazeres mundanos, das novidades corruptoras dos espíritos, o segundo representa o eterno, a estabilidade, a continuidade, é o que liga o presente ao passado e garante o futuro.⁹⁵

O tradicionalismo que estava presente de forma marcante nas representações expressas nos jornais recaía sobre as formas de as mulheres e os homens se relacionarem, detendo-se, sobretudo, nas posturas das primeiras. Diferentemente daqueles comportamentos apontados pelo Dr. Adonias Lima, vários eram os escritos que buscavam manter a divisão dos ofícios com base em uma rígida separação sexuada dos espaços, ao construírem o que era próprio do masculino e do feminino, remetendo-os aos homens e às mulheres respectivamente, além de perpetuarem de um modelo burguês familiar.

Desde os anúncios, aparentemente sem qualquer pretensão ideológica, até as piadas que se apresentavam por meio de um

⁹⁴ CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1998, p. 17.

⁹⁵ SEMEÃO E SILVA, Jane D. Op. Cit., p. 40 e 45.

caráter mais inofensivo, posto que divulgavam aquilo que era comum no meio social, encontramos disparidades entre os indivíduos alicerçadas na diferença sexual.

Nessa perspectiva, observamos no Jornal *Gazeta de Notícias* a propaganda de um refrigerador da marca *General Motors*. No tempo da modernização fortalezense, os imperiosos e modernos refrigeradores funcionados a querosene eram divulgados reproduzindo o tratamento conferido aos sujeitos no âmbito familiar:

Que deixou em casa/ Esposa ou escrava? Uma esposa naturalmente! [...] Uma esposa que protege os seus filhos, [faz] os pratos do dia, dirige a criadagem e ainda o recebe satisfeita quando, à tarde, retorna ao lar. Por isso tudo V.S. deve cercá-la do maior conforto, aliviando-a das preocupações exaustivas e evitáveis. Examine um refrigerador *Frigidaire* e ficará surpreso com as vantagens que ele oferecerá à sua esposa.⁹⁶

Esse anúncio merece destaque por demonstrar claramente o tipo de família idealizada e os atributos esperados da mulher no meio social. Como propaganda, deveria buscar o máximo de ressonância entre os leitores para que o seu intento, a venda do refrigerador, fosse realizado com êxito. Assim, o propagandista acabava tocando em pontos comuns aos cidadãos para fazer valer sua oferta.

Embora faça referência à esposa, o anúncio fora dirigido ao marido. Respeitando a lógica existente no próprio texto divulgado, o escritor referia-se ao homem como destinatário por ser ele o encarregado do provimento do lar e do labor externo. Continuando a argumentação em torno de um padrão familiar ideal, à mulher caberia o espaço doméstico de gerenciamento dos empregados e cuidado dos filhos, tarefas mais tênues frente ao trabalho masculino, as quais lhe permitiriam, inclusive, preparar uma recepção calorosa para o esposo caso este comprasse o produto.

A pergunta irônica no início do texto remetia ao século anterior quando havia o exercício da escravidão. Essa, de maneira

⁹⁶ BPMP, Setor Hemeroteca, *Gazeta de Notícias*, 20/06/1937, p. 9.

geral, condenada e não mais tomada em seu sentido positivo, foi lembrada para fazer diferença frente à condição de esposa, mulher. A ironia estava no fato de ter sido necessário, logo de início, tornar explícita a diferenciação existente entre ambas: “Uma esposa naturalmente!” afirmava o propagandista apressadamente, visto que pelos simples arrolar das tarefas poderia haver uma associação direta à condição de escrava, com exceção da tarefa de gerir a criadagem, o que a aproximava mais da condição das antigas senhoras donas de cativos.

A natural condição feminina era permeada por preocupações específicas do espaço de sua vivência: o *lócus* privado. Nessa representação devia a mulher-esposa estar atenta ao marido, aos filhos, mas também aos aparelhos domésticos e à criadagem. Aspectos que seriam menos importantes que os do mundo público, do trabalho dos homens, os quais, contudo, serviam para o cronista tentar vender objetos de uso doméstico, fazendo associações diretas ao que era valorizado na casa, pois se tratava do “[...] melhor presente a oferecer à sua esposa, a maior proteção a assegurar à sua família”.⁹⁷

Na tentativa de fazer valer ao máximo a propaganda e chamar a atenção dos leitores do jornal, o texto vinha ainda acompanhado de uma gravura que representava muito bem a divisão dos espaços com base nas premissas sexuais.⁹⁸ Uma senhora e sua filha acenavam da porta de casa para o marido-pai, que com sua maleta ia ao trabalho. Todos felizes e sorridentes, configurando a família homogênea e as relações sociais idealizadas e harmoniosas que tornavam a mulher reclusa no espaço da casa. Uma imagem que, muitas vezes, era tão distante das práticas por nós observadas.

Mesmo aquelas mulheres que se aproximavam desse padrão ideal de organização familiar poderiam apresentar queixas e se

⁹⁷ BPMP, Setor Hemeroteca, Gazeta de Notícias, 20/06/1937, p. 9.

⁹⁸ Infelizmente não foi possível reproduzir essa imagem por conta do desaparecimento do jornal em questão no decorrer da pesquisa.

mostrarem insatisfeitas. Foi nesse sentido, constatando frustrações constantes e indefinidas, que Betty Friedan desenvolveu suas pesquisas e estudos, publicando em 1963, *A Mística Feminina*. Ao recolher depoimentos de mulheres norte-americanas de classe média que correspondiam ao ideal de “rainha do lar”, isto é, senhoras casadas e mães que possuíam, entre outras coisas, lindas cozinhas (com refrigeradores modernos), além de segurança econômica, Friedan buscava entender que mal as afligia. Para ela, a insatisfação das mulheres advinha justamente de suas completas realizações como donas de casa. A mistificação em torno de uma “feminilidade” ocultava a ideologia que tentava naturalizar a construção do papel tradicional da mulher.

Retornando ao jornal *Folha do Povo* encontramos uma coluna de aspectos lúdicos que constantemente fazia referências às mulheres. O tom jocoso com que elas eram tratadas acabava por demonstrar, mediante a busca do riso, os elementos que poderiam enaltecer ou ridicularizar as mulheres na cidade de Fortaleza. A brincadeira inocente, estabelecida entre escritor e leitor, fazia referência aos aspectos que circulavam naquele meio social, buscando ressoar ao máximo em seu público alvo, tal como chamou atenção Joana Maria Pedro em análise dos periódicos:

[...] o escritor, o articulista de jornal, ao escrever, ao selecionar os textos, por mais que seja guiado por decisões objetivas, seria conduzido, pela existência do leitor, a escolhas que respondessem aos interesses, às visões de mundo que circulavam [na sociedade].⁹⁹

Assim, detivemo-nos à coluna *Notas Mundanas*, a qual apresentava características específicas sobre as expectativas em torno dos comportamentos feminino e masculino, a partir do tratamento dispensado às mulheres pelo jornal. Como exemplo dessa comicidade, podemos apontar o texto publicado no dia

⁹⁹ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2ª edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998b, 38.

05/10/1931. Sob o título “Bonecas Honestas”, assim era apresentada a piada:

- Eu queria, diz uma dama, num estabelecimento, uma boneca com vestido de longa cauda, bastante decotado, e com botinhas que lhe chegassem ao joelho, para dar de consoada [presente que se dá no Natal].
- Minha senhora, replicou o negociante, há lojas que tem desses artigos, mas, nós, aqui, só vendemos bonecas honestas.¹⁰⁰

A postura do negociante nessa crônica ia além da recusa de fornecer um simples objeto para a brincadeira de meninas. A mensagem que o texto buscava entregar ao leitor era a reprovação de certos comportamentos, nesse caso baseado na vestimenta. O escritor anônimo, através da personagem do negociante, acabava por censurar uma roupa que, para ele, parecia mais audaciosa e atentava contra os costumes, tendo em vista que essa seria de uso exclusivo de bonecas desonestas.

De fato, percebemos que a vestimenta era um fator importante de distinção social nessa Fortaleza, que se expandia calcada em uma evolução material capitalista. Tratando da moda, a historiadora Paula Diocleciana nos informa sobre a importância desse aspecto, ao percebê-la como um elemento de diferenciação da nova classe social burguesa emergente em Fortaleza, representada por seus comerciantes e profissionais liberais nas primeiras décadas do século XX.¹⁰¹

A moda, a constituição de novos espaços de lazer e a maior participação na imprensa local, entre outros, constituíam verdadeiras estratégias na tentativa de inserção e diferenciação do grupo burguês, ascendente graças à atividade comercial que alcançava cada vez mais espaço na cidade. As mulheres de camada abastada tentavam estabelecer a diferenciação cultural e inserção social através da moda, ditada pelos grandes centros nacionais e internacionais que, nos anos 20, ainda assistia ao

¹⁰⁰ BPMP, Setor Hemeroteca, Folha do Povo, 05/10/1931, p. 04.

¹⁰¹ DIOCLECIANA, Paula. *Do recato à moda: moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920*. Fortaleza, 2002. 241 p. Dissertação (Mestrado em História Social da UFC).

destaque parisiense. Sensualidade, beleza, vaidade, aparência e modernidade eram palavras recorrentes no vocabulário de algumas mulheres ricas da cidade de Fortaleza.

Entretanto, o avanço da moda na dinâmica urbana aconteceu eivado de contradições. Como dito anteriormente, se por um lado havia um grupo (ou grupos) que se alicerçava no desenvolvimento material e apontava para transformações de hábitos e costumes, por outro, os setores mais conservadores estavam atentos às mudanças, observando de perto o comportamento que se tentava conferir aos sujeitos e, principalmente, às mulheres:

Levando em consideração as nuances da moda, o seu jogo de imagem e símbolos e acentuada sedução pelo presente, emergiu aos poucos em Fortaleza na década de 1920 um perfil de mulher sensual, bonita, bem educada, prezada e que, acima de tudo, procurava destacar-se pelo uso da moda e dos equipamentos modernos [cinemas, praças, teatros e clubes]. Ao contrário do tipo comum da mulher do século XIX, quando os preceitos católicos de recato, decoro e submissão eram considerados pela Igreja quase inatos ao gênero feminino. Nesse sentido, [...] se estabeleceu um conflito de gerações entre os segmentos religiosos mais conservadores e aqueles que defendiam a modernidade a partir da ruptura de hábitos e comportamentos.¹⁰²

Essa dinâmica conflituosa em torno da idealização de um perfil feminino pôde ser observada na crônica aqui referendada. Embora soubesse da existência de estabelecimentos que comercializassem bonecas desonestas (talvez uma possível alusão e estigmatização às casas de meretrício), o negociante fez questão de frisar que em seu comércio só se vendiam bonecas honestas. Objetos que representavam mulheres com comportamentos adequados, com roupas que respeitassem os costumes antigos. A mulher, na visão do cronista anônimo metamorfoseado em negociante, deveria ter aparência e comportamento discretos, o que implicava também uma roupa *ajuizada*, sem grandes decotes.

¹⁰² DIOCLECIANA, Paula. *Do recato à moda: moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920*. Fortaleza, 2002. 241 p. Dissertação (Mestrado em História Social da UFC), p. 15.

Todavia, é válido lembrar que essa preocupação em torno da moda parecia atingir mais as mulheres de classe abastada do que as pobres, tendo em vista sua disponibilidade de capital para acompanhar o ritmo frenético das mudanças.

À imagem da mulher “rainha do lar”, vestida com roupas adequadas, eram acrescentados outros aspectos que gradualmente iam compondo uma representação conjunta e dominante sobre uma feminilidade específica que, diferentemente da moda, poderia romper limites socioeconômicos. Ainda no espaço *Notas Mundanas*, o cronista escrevia outra piada intitulada “A mulher e a trova popular”, a qual ratificava a diferença entre homens e mulheres:

Primeiro Deus fez o homem / E a mulher em segmento.
 Primeiro se faz a torre e depois o catavento.
 Não há quem possa entender / Os caprichos da mulher: /
 Quando não quer não diz nada... / Não diz nada quando quer.
 Eu te amaria, menina, / Se não fosse um senão: / Seres
 pia de água benta / Onde todos põem a mão.¹⁰³

A inferiorização da mulher era seguida pela vigilância e o cuidado em torno de sua sexualidade, visto que, diferente dos homens, elas não podiam estabelecer muitos relacionamentos amorosos, devendo primar pela sutileza e discrição no intuito de alcançar um bom matrimônio. Comportamentos por muitas vezes reiterados pelos jornais na medida em que se observava o estreitamento natural da mulher a uma personalidade frágil que voltava sua atenção para os caprichos e as coisas frívolas.

Tanto assim o era que nesse mesmo jornal havia uma seção específica para tratar de assuntos referentes ao âmbito feminino. Intitulado *Secção das Mulheres* e de autoria desconhecida, trazia na maior parte de seus artigos temas concernentes aos afazeres domésticos, sentimentalismo e cuidados maternos. Tratados como *conselhos úteis*, apareciam dicas de como tirar nódoas de gordura e limpar panelas de alumínio, ou ainda observar os cuidados da

¹⁰³ BPMP, Setor Hemeroteca, Folha do Povo, 07/10/1931, p. 4.

culinária, ensinando como fazer “[...] bombocados de queijo e o frango à vienense”.¹⁰⁴

Importante observarmos ainda que, mesmo nessa seção específica para as mulheres, também havia piadas que as depreciavam:

O que a mulher faz melhor do que o homem: Dizer não de tal modo que parece sim... Mais de seis falarem ao mesmo tempo e entenderem-se, o que a mais de dois homens é impossível... Colocar em si própria cem alfinetes sem espetar-se... Dançar a noite inteira com calos e sapatos...¹⁰⁵

De certo, não há como saber o alcance dessas representações construídas e divulgadas nos periódicos. Contudo, podemos sugerir que havia mulheres tomando a leitura desses jornais como forma de regulamentar suas condutas, adquirindo e reproduzindo comportamentos representados, por acreditar que eles eram os mais corretos, mesmo que viessem de maneira lúdica, afirmando diferenças entre os sexos e pautando as tarefas das mulheres. Nesse caso específico da jocosidade, o alcance dessas representações seriam ainda mais amplo excedendo os limites da palavra escrita:

[...] é possível que uma piada, uma quadrinha, um provérbio, sejam lidos com mais facilidade. Repetidos, poderão alargar o âmbito da mensagem para além dos leitores dos jornais. Os articulistas dos jornais, ao divulgar piadas desse tipo, as estavam escolhendo dentre a variada gama de temas [...]. Ao decidir sobre os temas, estavam voltados para o leitor [para fazer ressoar nele determinadas visões de mundo].¹⁰⁶

A ridicularização de condutas, sobretudo as de algumas mulheres, expressava-se como função pedagógica cerceando as ações dos indivíduos ao lhes ditar, por oposição, o que deveria ser evitado, o que era estigmatizado. Os atributos recaíam sobre os sexos formando, então, identidades de gênero mediante a

¹⁰⁴ BPMP, Setor Hemeroteca, Folha do Povo, 14 e 17/10/1931, p. 4.

¹⁰⁵ BPMP, Setor Hemeroteca, Folha do Povo, 28/10/1931, p. 3.

¹⁰⁶ PEDRO, Joana Maria (b). Op. Cit., p. 37 e 38.

instituição de modelos e anti-modelos, de rotulações e estigmatizações tanto de práticas como de sujeitos.¹⁰⁷

As estratégias utilizadas pelos homens editores e redatores dos jornais eram de cunho variado. Assim, o contraste de comportamentos ideais e estigmatizados poderia ocorrer em uma mesma crônica, isto é, em um texto único, como no anúncio e nas piadas vistos acima ou em textos diferentes, dispostos separadamente, mas de forma conjunta, a fim de reiterar o confronto de comportamentos e posturas.

Como exemplo dessa proposição, pudemos observar a coluna permanente da edição do jornal *Folha do Povo* do dia 08/10/1931, intitulada *Gaveta de Sapateiro* que, de forma contrastante, trouxe em dois espaços distintos, mas próximos, considerações sobre as condutas das mulheres em relação à maternidade: de um lado, a crônica nomeada de *ensinamento às mães* e do outro uma, espécie de resgate histórico que contava sobre a selvageria das amazonas.

Com a assinatura de Frei Caneco, um possível pseudônimo, o escritor (a) buscava um marco de origem para essa comunidade matriarcal reiterando a participação das amazonas na tradição grega, mas também chamando a atenção para a existência dessas guerreiras no Egito, Líbia e na Boêmia:

As amazonas (chamemo-las assim) começam a ter voga no Egito, depois que o exército faraônico, o que perseguiu o povo de Moisés, perece no mar Vermelho. [Nesta catástrofe] o Egito perdera a fina flor da sua gente. Perdera todos os seus homens eminentes, os seus grãos senhores, os seus príncipes. E então as viúvas [...], reuniram-se e elegeram sua rainha a uma filha de Zabú [...]. Quem deu começo as amazonas da Libia foi Pallas, mulher inclinada às armas. Organizou um exército de moças, assustando reis daquela época [...]. Na Bohemia. Formou-se o exército de guerreiras. Estas venceram os homens e Velasca tornou-se a rainha.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Ver: JULIANO, Dolores. *Excluídas y marginales: uma aproximación antropológica*. Ediciones Cátedra, 2004.

¹⁰⁸ BPMP, Setor Hemeroteca, *Folha do Povo*, 08/10/1931, p. 03.

Em cada uma dessas localidades se registrava a ascensão das mulheres-amazonas ao poder público, que ocorria ou pela morte e ausência dos homens ou pela derrota destes frente ao poder militar das guerreiras. Uma vez no poder, prosseguiram com estratégias atrozés para a manutenção do mesmo, incidindo, principalmente, sobre o corpo dos filhos homens:

Para que a nação não se extinguisse [na Líbia] as guerreiras, depois de certo tempo, tomavam maridos por alguns dias e alijavam os filhos varões tornando-se inábeis à guerra. [...] Afim de evitar que o reino de extinguisse as bohemias procuravam maridos. As filhas, essas mereciam lhe todos os desvelos. Aos filhos, porém, arrancava-se o olho direito. E mais ainda: cortava-se-lhe o polegar, para que quando homens feitos não pudessem manejar o arco, nem se servirem de outras armas.¹⁰⁹

Ao sinalizar a forma como as amazonas procediam com seus filhos, Frei Caneco enfatizava experiências de vida totalmente distintas daquelas idealizadas para as mulheres da cultura ocidental de sua época. Ao invés da esfera privada, do lar, da inferioridade física e da idéia de maternidade, com toda a sua afetividade vinculada, o que se realçava nessas sociedades era justamente o contrário: mulheres no poder público, usando os homens para reprodução com vistas à finalidade maior de manter seus exércitos, exercendo ainda uma superioridade física para sustentar os domínios e espaços conquistados. Contudo, o que acontecia nessa crônica não era uma exaltação desses tipos de comportamento para as mulheres, tal como vimos, de maneira mais contida, nas experiências diferenciadas enfatizadas pelo Dr. Adonias Lima.

Analisando os discursos históricos em torno das amazonas brasileiras, Tânia Navarro Swain se deteve sobre as possíveis significações que poderiam ter as possibilidades de sua existência. Assim, deixou de lado a busca por uma realidade perdida ou nunca encontrada e a procura da prova da existência de amazonas no

¹⁰⁹ BPMP, Setor Hemeroteca, Folha do Povo, 08/10/1931, p. 03.

Brasil, para focar as representações que se elaboravam em torno delas, muitas vezes, embasadas pelo “medo do Outro”:

A imagem das Amazonas assombra o imaginário social em sua negação absoluta da norma, e sua incorporação progressiva ao domínio do ilusório e do mítico assegura cada vez mais uma ordem patriarcal, masculina e heterossexual, onde os valores e as qualificações do feminino se centralizam na reprodução, logo, na maternidade. A exclusão das Amazonas do campo do racional e do conhecimento retira do imaginário sua existência eventual, enquanto brecha na ordem do falo e da dominação masculina; contribui, desta forma, à instauração de práticas normativas e institucionais de polarização de gêneros, baseadas no conceito do “natural”, do biológico determinante, de irresistível atração entre os sexos opostos, única trilha do possível.¹¹⁰

Ao apontar essas formas de organização como práticas da Antiguidade, Frei Caneco significava-as como sinais de uma temporalidade de barbárie em oposição à sociedade moderna, entendida a partir do amor materno. Distante das amazonas, o acesso à civilização se daria pela associação do amor romântico à instituição do casamento com fins à maternidade, o que trazia severas implicações para as mulheres casadas e mães, as quais o redator Pedro Barbosa, na crônica “Amor Materno”, buscava ensinar:

AMOR MATERNO

Dentro do lar sagrado ela se desvela, como pioneira da moral que é, em ensinar aos pequenos seres que desabroçam para a vida o seu primeiro e inocente sorriso, o caminho verdadeiro da honra e da virtude [...]. É na defesa do filho ameaçado que o amor materno se mostra nobre e pujante; desconhece sacrifícios, não mede obstáculos [para exercer] a grandeza moral e divina do amor materno [...].¹¹¹

Marcando o contraste em relação à barbárie promovida pelas guerreiras, o texto desse cronista assemelhava-se à maioria das outras representações femininas que eram feitas nesse e em outros jornais. Ao balizar a singularidade do tempo moderno,

¹¹⁰ SWAIN, Tânia Navarro. Amazonas Brasileiras: impossível realidade? *PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*, UniCEUB, FACJS, Vol.2, N.1/07. Brasília: 2007, p. 85.

¹¹¹ BPMP, Setor Hemeroteca, Folha do Povo, 08/10/1931, p. 03.

remetia ainda ao mito do amor materno que, segundo Giddens, foi criado no século XVIII e, necessariamente, estava vinculado a outras mudanças para as mulheres, tais como: a invenção do amor romântico, do lar e a modificação das relações estabelecidas entre pais e filhos.¹¹²

Assim, por meio desses jornais, ou seja, pelas escritas dos homens, a representação majoritária da mulher que ia se delineando para nós a partir das piadas, anúncios e crônicas aqui recortadas remetia a uma criação do século XVIII, em que a figura responsável da dona de casa e da boa mãe compunha um núcleo burguês familiar ideal. Mulheres cuja felicidade estaria na constituição de um lar perfeito com cozinhas e refrigeradores modernos e que utilizariam roupas modestas, a fim de manterem comportamentos discretos.

Não eram apenas os jornais que traziam essa *figura* da mulher fortalezense. Como dito anteriormente, nas décadas de 1920 e 30 era intenso o debate em torno dos direitos das mulheres que ganhavam destaque e tentavam modificar os alicerces formados no final do século XIX, momento da elaboração dos textos legislativos para o período republicano, que evidenciaram uma forma peculiar de pensar a igualdade entre os sexos, tal como a reproduzida nos jornais.¹¹³

Nesse sentido pudemos observar a Carta Magna de 1891, que trazia em seu corpo o conjunto de normas supremas na regulamentação do país, gerindo e limitando o poder, organizando o Estado e definindo direitos e deveres dos cidadãos da então República dos Estados Unidos do Brasil.

Segundo Sueann Caulfield, esse texto seria resultado das ações reformadoras dos juristas no início do período republicano,

¹¹² GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

¹¹³ A luta pelo voto feminino no Brasil, diferentemente de outros países, teve início tardio, a partir da década de 1910. Nela, entre muitas mulheres, tiveram participação fundamental Deolinda Daltro fundadora do Partido Republicano Feminino e Bertha Luz que desenvolveu a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ver: ALVES, Branca Moreira. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

os quais se baseavam na vertente progressista do Direito Clássico.¹¹⁴ Todavia, mesmo calcados no liberalismo como diretriz política que visava à igualdade entre os cidadãos, o que se observava, na prática, foi o desenvolvimento de uma legislação que diferenciava os indivíduos com base na condição social e nas relações de gênero.

Na tentativa de confluir os interesses tradicionais católicos e patriarcalistas de longa duração existentes no Brasil com os ideais democráticos de um incipiente projeto republicano, que tentava afirmar um Estado disciplinador, os legisladores reafirmaram a importância da família no desenvolvimento do país. Focavam os seus fundamentos básicos e, dessa forma, as mulheres, ou melhor, a honra feminina, implicando condutas e comportamentos específicos para elas.

Baseados naquela premissa científica que corroborava a inferioridade biológica da mulher, acreditava-se que a conquista da civilização passava pelo cuidado e defesa do “sexo frágil” e, por extensão, da família. Assim, o progresso nacional era baseado em questões elementares nas quais as mulheres eram fundamentais. Segundo o professor de higiene da época, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Afrânio Peixoto, em seu eminente livro *Sexologia Forense*, aos homens cabiam as vantagens sobre as mulheres por conta da valorização da virgindade feminina e, de forma oposta, da agressividade masculina pelo meio social, além da antiga tradição de relações sexuais pré-nupciais estabelecidas pelos homens.¹¹⁵

O tipo de tratamento conferido às mulheres pode ser observado quando abordamos de forma mais direta o texto constitucional. Nesse sentido, é importante a reprodução do Artigo 70 da Constituição de 1891, para visualizarmos as diferenciações

¹¹⁴ CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

¹¹⁵ PEIXOTO *apud* CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

estabelecidas com base na premissa social e, mesmo que de forma implícita, sexual:

Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei. § 1º Não podem alistar-se eleitores para as eleições federais, ou para as dos Estados: 1º Os mendigos; 2º Os analfabetos; 3º As praças [...], excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior; 4º Os religiosos de ordens monásticas [...], sujeitos a voto de obediência, regne ou estado que importe a renúncia da liberdade individual. § 2º São ilegíveis os não alistáveis.¹¹⁶

Esse artigo definia aqueles que possuíam direitos políticos. Conhecidos como cidadãos ativos, tinham o poder de intervenção na formação do governo brasileiro. O que devemos observar são as limitações de acesso, visto que os direitos políticos não eram extensivos a todos os indivíduos.

Da análise do texto, podemos perceber que o critério de exclusão tinha como base a dependência. No caso dos mendigos e loucos, o atrelamento se dava em relação ao Estado, e em relação aos analfabetos, a exclusão era justificada por estes não conseguirem acompanhar sozinhos a dinâmica do país.

Quanto às mulheres, mesmo não referendadas diretamente nesse artigo, seu estado de dependência estava diretamente relacionado ao homem, ao *pater poder*. De modo idealizado, enquanto jovem a mulher deveria ser provida pelo pai ou, na ausência deste, pelo irmão, até casar-se e constituir uma família que giraria em torno do marido. Segundo um jurista de época, a mulher “[...] não têm sequer a plenitude dos direitos civis, não contrai obrigações; depende jurídica e socialmente do marido”, sendo a idéia do voto feminino observada como “desastrada, fatal e anárquica”.¹¹⁷

Assim, de forma implícita, a mulher pertencia ao grupo dos cidadãos inativos por conta do não direito ao voto, estando equiparada, por seu caráter de dependência, aos mendigos e loucos. Reproduzia-se, então, o tratamento conferido aos

¹¹⁶ MAXIMILIANO, Carlos. *Comentários à Constituição brasileira de 1891*. Brasília: Senado Federal. Conselho Editorial, 2005. Edição fac-similar, p. 676-680.

¹¹⁷ Id. *Ibidem.*, p. 677-700.

indivíduos de forma diferenciado, com base em premissas de gênero, ao serem definidos padrões com bases sexuadas, atrelando-lhes predicados específicos.

A Constituição servia como matriz para a elaboração de outros códigos legislativos, nos quais também pudemos observar a reprodução das formas de pensar os direitos e deveres das mulheres e dos homens. Conforme afirmamos anteriormente, o Código Civil de 1916 reiterava a divisão do trabalho e dos espaços tendo como parâmetro a diferença entre os sexos, ao definir o papel do esposo como dirigente familiar e o dever da esposa como sua colaboradora.¹¹⁸

Através desse código, é interessante observarmos o controle que o homem poderia dispor sobre sua esposa. Segundo o Artigo 247, a mulher que quisesse trabalhar deveria requerer a anuência de seu parceiro, pois, mesmo liberada previamente pela lei, o chefe familiar poderia desautorizar a ação de sua senhora: “Presume-se a mulher autorizada pelo marido: [...] III – para contrair as obrigações concernentes à indústria, ou profissão que exercer com autorização do marido, ou suprimento do juiz” (grifo nosso).¹¹⁹

Além da condição de incapaz, as legislações do período tratavam a mulher como cidadã inativa, ao concederem poderes que condicionavam sua liberdade individual à decisão dos homens. Aos maridos, pelo menos no âmbito da representação, era possível gerir a vida de seus dependentes: esposa e filhos.

Na busca por tentar matizar os preceitos elaborados por esse código, procuramos realizar uma abordagem partindo de uma perspectiva relacional, em que homens e mulheres influenciam-se mutuamente, como nos sugerem alguns estudos de gênero.¹²⁰ Assim, mesmo evidenciando as idealizações acerca das relações entre homens e mulheres de forma recíproca, essas se davam de maneira desigual.

¹¹⁸ *Código Civil de 1916*. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1721.

¹¹⁹ *Código Civil de 1916*. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1723.

¹²⁰ Ver: SAMARA, E. et al. *Gênero em debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1988; PEDRO, Joana Maria (c). Op. Cit..

Enquanto que o Capítulo III, do Código Civil de 1916, tratava “Dos Direitos e Deveres da Mulher”, o Capítulo II era responsável por abordar a questão “Dos Direitos e Deveres do Marido”. Assim, pudemos verificar a especificidade do Art. 235, o qual apontava aquilo que o marido não poderia realizar sem a aprovação da mulher:

Art. 235. O marido não pode, sem consentimento da mulher, qualquer que seja o regime de bens: I – alienar, hipotecar ou gravar de ônus real os bens imóveis, ou direitos reais sobre imóveis alheios; II – pleitear como autor ou réu, acerca desses bens e direitos; III – prestar fiança; IV – fazer doação, não sendo remuneratória ou de pequeno valor, com os bens ou rendimentos comuns.¹²¹

A partir desse artigo, observamos que o impedimento da ação do homem pela mulher somente poderia ocorrer quando tal atitude resultasse na depreciação da família. Assim, era decisão do casal, e não somente do marido, o que deveria ser feito com os bens comuns, embora fosse ele o chefe da casa. O Código Civil acabava por endossar a importância atribuída à família pela Constituição de 1891, como meta para alcançar o estágio pleno de civilização.

Diferentemente da mulher, os cerceamentos que recaíam sobre o homem em nada tinham a ver com suas opções individuais. Era ele livre para agir da maneira como quisesse e bem entendesse, desde que isso, claro, não trouxesse aspectos nocivos para o lar, para o desenvolvimento familiar. À mulher, ao contrário, cabiam códigos específicos de conduta sobre sua vida individual, íntima, visto ser ela a base moral familiar. Desse modo, os direitos e deveres assumiam colorações específicas conforme o sexo, idealizando relações de gênero específicas em que os homens tinham privilégios sociais ao serem comparados com as mulheres, o que, todavia, não significava na prática uma total sobreposição deles em relação a elas.

¹²¹ *Código Civil de 1916*. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1721.

Mesmo não sendo tão rotineiro, algumas vezes as mulheres se valiam das leis para pôr em prática seus direitos diante dos homens, recorrendo à polícia. Talvez tenha sido a percepção dos deveres cabíveis ao seu cônjuge o que encorajou Dona Josepha Soares de Oliveira a ir à Delegacia prestar queixa “contra seu marido Francisco Soares de Oliveira, pelo motivo deste querer vender uma casa sem seu consentimento”.¹²² Nesse sentido, percebemos que o mesmo código civil, redutor da mulher a uma posição coadjuvante frente ao homem, valorizava a família e, dessa forma, a manutenção do lar, podendo a mulher utilizar esse dispositivo em defesa própria e de seus filhos, limitando, assim, a ação do homem em algumas situações.

Ressaltada essa ambigüidade do Código Civil, o que nos importou observar foram as proximidades quanto às representações dos homens e mulheres, elaboradas tanto pelos editores e redatores dos jornais como pelos legisladores e juristas na construção dos códigos da época. Assim, verificamos uma idealização das relações estabelecidas entre os sujeitos que, na maioria das vezes, apontava para a subserviência da mulher em relação ao homem, restringindo-lhe os locais de acesso e nomeando-lhe condutas e comportamentos específicos. A mulher ideal nesses papéis era aquela que exercia o papel da esposa e mãe responsável pelas tarefas domésticas.

Mesmo assim, ainda pudemos registrar vozes dissonantes como a do Dr. Adonias Lima que, embora com certas limitações, criticava a exploração das mulheres e apontava meios de profissionalização e autonomia financeira para a emancipação social, os quais pareciam ter sido postos em prática pelas profissionais liberais aqui evidenciadas.

Destacadas por parte da historiografia como profissões desprezadas socialmente pelos homens e de baixa remuneração, acreditamos que as experiências de vida aqui assinaladas, mesmo de forma reduzida, viabilizavam mudanças nas formas de as

¹²² APEC, Livro de Registro de Queixas da I Delegacia, (10.1921 a 06.1922), fl. 75.

mulheres e homens se relacionarem. Possibilitavam, ainda, outras experiências que destoavam das representações evidenciadas nos jornais e textos legislativos de época.

Ainda que essas rupturas e práticas diferenciadas ocorressem de forma restrita e limitada no campo das profissões liberais e em outras práticas comerciais e urbanas, a participação das mulheres parece ter ocorrido de uma maneira diferenciada, mais ampla e enfática, mas não com menos problemas e contradições. Estamos falando das mulheres negociantes de terras e imóveis, sobre as quais nos deteremos a partir de agora.

II – AS MULHERES PROPRIETÁRIAS: da casa para a rua

As atividades comerciais envolvendo imóveis e terrenos da cidade de Fortaleza e de algumas regiões próximas eram registradas nos Cartórios de Nota da Capital. Como prática recorrente desde o século XIX, muitas vezes o tabelião ou escrivão ia até a casa do vendedor (a) para efetivar a negociação, o que não cessou por inteiro no século seguinte, mas sendo acompanhada cada vez mais pela celebração das transações nos próprios cartórios. Ali eram registradas não apenas o comércio de casas e terras, mas as mais variadas situações no intuito de conferir formalidade às decisões dos sujeitos envolvidos. No Cartório Diógenes & Martins, que parece ter reunido todos os registros notários a partir da década de 1830, e durante quase todo aquele século, encontramos mais de trinta tipos de escrituras diferentes: desde registros de ação comercial hipotecária até ao reconhecimento público de paternidade.¹²³

De fato a prática escriturária, envolvendo situações diversas, manteve-se em constante ascensão ao longo das décadas sendo reforçada por determinados aspectos e conjunturas. No âmbito local, podemos afirmar que o desenvolvimento econômico de Fortaleza acompanhado pela migração de latifundiários e pelo estabelecimento de praça de firmas estrangeiras na cidade, sobretudo, após os anos 40 do século XIX, como já dito, favoreceram uma incipiente dinamização comercial e, por extensão, o aumento de registros cartoriais. Já em nível nacional, acreditamos que a Lei 601 (Lei de Terras) acabou contribuindo para uma maior formalização dessas atividades ao estabelecer parâmetros e formas de controle sobre a propriedade de terra.

Um breve levantamento dos atos de compras e vendas registrados naquele Cartório parece corroborar esse apontamento: enquanto no intervalo de onze anos da primeira metade do século

¹²³ APEC, Cartório de Notas Diógenes e Martins, Escrituras, Livros 01 a 21.

(1838 – 1849) foram anotadas 111 negociações, já nas décadas de 1850 e 60, no interim de doze anos (1854 – 1866), as buscas pelos registros aumentaram para 304 transações, possivelmente indicando uma valorização da terra e uma maior dinamização sócio-urbana de Fortaleza.¹²⁴

O retorno ao século XIX, através do âmbito cartorial, possibilitou-nos visualizar mais enfaticamente as transformações ocorridas em Fortaleza na primeira metade do século XX, principalmente nos decênios de 1920 e 30. Enquanto todas as anotações de compra e venda daquela primeira centúria somavam 1.734, nos decênios de 1910, 1920 e 1930 foram registradas, em um único cartório (Ponte), respectivamente, as quantias de 200, 1.009 e 3.868 transações.¹²⁵

Essas diferenças ficaram ainda mais evidentes quando atentamos para o fato de que por quase todo o século XIX, a atividade escriturária de registros de negociações de imóveis e terras esteve a cargo de um único cartório (Diógenes & Martins), sendo acrescida no século XX, com o intuito de atender o aumento da demanda das negociações por três outros ofícios notários: Cartório Ponte, Pergentino Maia e Martins Fontes.¹²⁶

O aumento do número de negociações, especialmente nos anos 30, apontava não apenas para um sugestivo crescimento da

¹²⁴ APEC, Cartório de Notas Diógenes e Martins, Escrituras, Livros 01 a 04A.

¹²⁵ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Livros 02 a 42. A maior parte das escrituras utilizadas neste trabalho foram aquelas denominadas particulares. O Código Civil de 1916 não traz diferença entre escritura pública e privada: “Art. 135. O instrumento particular, feito e assinado [...], sendo subscrito por 2 (duas) testemunhas, prova as obrigações convencionais de qualquer valor.” Contudo, na prática, observamos que as escrituras privadas eram aquelas concernentes aos menores valores negociados, aproximando-se de forma mais precisa do imediatismo cotidiano, o que nos possibilitou perceber diversas peculiaridades no processo de expansão da cidade. As escrituras públicas envolviam negociações de cifras bem mais elevadas: a soma mais alta encontrada nas escrituras privadas foi de 5:000\$000 (Caixa 08, livro 31, p. 01) - valor não comum, sendo a maioria dos negócios efetuados na casa decimal dos mil réis - confrontados com os 85:000\$000 de uma única escritura pública (Livro 18, p. 52v). A argumentação de que seria a ausência de impostos o incentivo da elaboração dos documentos particulares não se sustenta, pois mesmo nessa documentação visualizamos o pagamento de tributos municipais, estaduais e federais.

¹²⁶ É pertinente a especulação quanto à existência de outros cartórios. Contudo são apenas esses três que compõem o acervo cartorial do Arquivo Público do Estado do Ceará para o exercício notário. Às vezes poderia acontecer de cartórios menores e registros esporádicos serem incorporados pelos cartórios maiores.

cidade em relação à centúria passada, mas, inclusive, em comparação às décadas anteriores. De acordo com Sebastião Rogério da Ponte, o espaço urbano passava por transformações de caráter singular:

[Foi] entre 1902 (ano em que teve início a remodelação das praças mais centrais) e 1930, que Fortaleza conheceu sua fase de maior esplendor em termos de uniformidade urbana. Depois dos anos 30, a Capital passou a crescer desordenadamente, sem planos urbanísticos capazes de lhe fornecer soluções racionais e estilísticas, mas com uma voraz especulação imobiliária [...] (Grifo nosso).¹²⁷

Dessa forma, para além do registro seco da escritura, a força dos proprietários (as) de terra e imóveis se fazia sentir nas transformações do espaço urbano, entrando, muitas vezes, em discordância com os ditames governamentais que buscavam ordenar a cidade. Ao fomentarem a especulação imobiliária, valorizando determinados espaços em detrimento de outros, gradualmente os homens e também um elevado e significativo número de mulheres negociantes iam configurando novas formas de esquadramento urbano e dilatando os limites da cidade.

A ampliação homogênea sugerida acima para os primeiros decênios do século XX pareceu ocorrer muito mais em termos de ocupação dos espaços, isto é, através de um regular preenchimento dos lotes urbanos encravados na maioria das vezes na parte central da cidade. A uniformidade não se dava de forma alguma quanto aos aspectos sociais, às características materiais dos domicílios e aos sujeitos que neles habitavam. A cidade era, antes, plural em termos culturais, sociais e econômicos. No centro da cidade, por exemplo, não era difícil encontrar casas de meretrício ao lado de pomposas residências de ricos comerciantes ou perto de praças movimentadas, denotando essa

¹²⁷ PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3ª edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001, p. 180.

heterogeneidade espacial.¹²⁸ Esses aspectos se estendiam até mesmo aos bairros considerados mais luxuosos da cidade:

Seria ingenuidade pensar em separar a área ocupada pela pobreza como um espaço de fronteiras definidas. Em Fortaleza, desde 1888, constava na planta da cidade o registro de casas dispersas no arraial Moura Brasil [...]. O número de edificações aumentava, principalmente com casas pobres, geralmente apertadas, sem quintais, classificadas como focos de propagação de doenças infecto-contagiosas.¹²⁹

Dessa forma, o que nos chamou atenção nos anos 30 não foi a quebra de delineamentos sociais que parecem ter estado presentes desde os primeiros momentos de ocupação do solo fortalezense. Despertou-nos interesse, antes, o alargamento heterogêneo dos espaços de vivência da cidade com ênfase no papel ativo dos proprietários e, sobretudo, das proprietárias, que ampliaram seu poderio econômico pondo em movimento uma inaudita e intensa especulação imobiliária permitindo, entre outros aspectos, importantes variações no âmbito das relações de gênero que se traduziram em uma maior autonomia e emancipação de algumas mulheres fortalezenses.

¹²⁸ GUEDES, Mardônio e Silva. *O preço da Recusa: Violência e Limites Morais do Meretrício em Fortaleza 1930-40*. 1999. 175p. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP.

¹²⁹ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza: 1945-1960*. São Paulo: Annablume, 2000, p. 42.

2.1 A participação das mulheres na especulação imobiliária: peculiaridades e paradoxos de uma expansão

O aumento no número de negociações de imóveis podia ser indicativo da elevação da disputa territorial e do deslocamento dos indivíduos, principalmente das camadas mais abastadas. De acordo com Dantas, os conflitos em torno do espaço se tornaram cada vez mais nítidos nos anos 20 e 30.¹³⁰ Nesse interim, inicialmente, evidenciou-se um lento processo de deslocamento elitista para as zonas norte e leste da cidade, sobretudo na Praia de Iracema, em busca de espaços de lazer e veraneio. Concomitantemente, as regiões sul e oeste foram procuradas como espaços de moradia, o que, muitas vezes, acabava gerando embates com as camadas mais pobres que ali habitavam (Ver Imagem 05).

Todavia, essa movimentação não ocorreu de forma homogênea. Mesmo sendo o Jacarecanga considerado um dos bairros mais elegantes de Fortaleza até os anos 40, já a partir da década de 1930, o deslocamento elitista, iniciado para aquela área (região oeste), foi redirecionado para o Benfica e, posteriormente, para a Praia de Iracema e Aldeota, devido ao estabelecimento de indústrias naquele primeiro bairro, “desvalorizando os terrenos do entorno [e permitindo] o acesso habitacional aos trabalhadores”.¹³¹

Nesses movimentos, vários esquadrinhamentos foram realizados em diferentes regiões da cidade. Aqueles ocorridos mais ao sul, para além dos limites do Benfica, e distantes do centro da cidade pareciam assumir uma lógica singular. A pressão exercida pela expansão material da cidade possibilitou a constituição de vilas e loteamentos de sítios antigos para a constituição de espaços de moradia, havendo uma decomposição

¹³⁰ DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.

¹³¹ FUCK JÚNIOR, S. C. F.. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará - Brasil. *Caminhos da Geografia* (UFU. Online), Uberlândia-MG, v. 13, p. 141-157, 2004, p. 147.

de vários latifúndios. Visualizados como formas de empreendimento e investimento, esses espaços atraíam os capitais dos (as) negociantes de terras. Dentre as vilas e sítios mais recorrentes podemos citar os seguintes:

Tabela 01 - Vilas e Sítios		
Espaços	Proprietários (as)	Localização
Vila Damasco e Vila Santo Antonio	Manoel Satiro e José Monteiro Filho	Porangaba/Damas
Vila Ipiranga	José Monteiro Filho	Porangaba/Damas
Vila Amaral	Raul Amaral Alhadas	Porangaba/Damas
Vila Belo Horizonte	Rosendo da Costa Bindá	Porangaba/Damas
Vila Rio de Janeiro	Empresa Dummar e Cia.	Porangaba/Damas
Vila Seareida	Herdeiros de Antonio Bezerra	Barro Vermelho/Antonio Bezerra
Sítio Saint Cloud	Carlos da Costa Ribeiro	Estrada da Pajuçara
Sítio Genibahú	Edith Vasconcelos Barroso	Barro Vermelho/Antonio Bezerra

Fonte: APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, 1920-40

O afastamento destes peculiares locais de morada em relação à zona mais urbanizada estava em sintonia com os ditames do Código Municipal de 1932. De acordo com Jucá, este instrumento de regulamentação do espaço era específico dos anos 30 e correspondia a um retorno da atenção do poder público aos problemas da cidade, visto que “nas primeiras décadas do século XX, quase nada foi realizado em Fortaleza que a favorecesse de uma moderna estrutura urbana apesar do crescimento de seu espaço, que se deveu muito mais à iniciativa privada [...]”.¹³² Tal legislação dividia o município em quatro áreas a partir do centro da cidade: áreas central, urbana, suburbana e rural. Dispunha ainda sobre os aspectos externos e as características internas das casas que ali fossem construídas, delimitando medidas e sanções para as mesmas:

Art. 346 – Os grupos de habitações denominados “vilas” somente poderão ser construídos fora da zona urbana;
 Art. 350 – As casas situadas em “vilas” deverão satisfazer [as prescrições] seguintes: 1- apresentarão, na

¹³² JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Op. Cit., p. 33.

sua frente, rua calçada iluminada, com a largura mínima de seis metros; 2- a altura das fachadas será no máximo, igual a vez e meia a largura da respectiva rua interior; 3- terão nos fundos, áreas não inferior a doze metros quadrados [...]; 4- deverão apresentar, no mínimo, dois compartimentos de área não inferior a oito metros quadrados, gabinete sanitário, banheiro e tanque; 5- será feito por meio de calhas e condutores o respectivo esgotamento das águas pluviais; [...].¹³³

Além dessas disposições, para a construção das vilas era necessária licença, o que fazia com que os proprietários (as) recorressem aos engenheiros registrados na Prefeitura, denominados “mestre de obras construtor”,¹³⁴ a fim de procederem à confecção das plantas e, dessa forma, atenderem aos pareceres do poder municipal. Nesses documentos se reconhecia não apenas os limites das vilas, mas também o esquadramento do espaço interno em lotes que seriam postos à venda. O não respeito a essa lógica burocrática para a concessão de alvará poderia implicar multa:

Art. 82 – Toda construção, reconstrução, acréscimo ou reforma se fará mediante projeto aprovado pela Prefeitura [...]. Art. 83 - O projeto deve ser apresentado com o requerimento de licença e constará, segundo a natureza da obra a executar, [de] planta. Art. 79 – Será embargada toda obra clandestina e, quando se tratar de construção ou reconstrução, ficará o infrator sujeito a multa de 500\$000 [...].¹³⁵

Imprescindíveis foram as observações do Código. Seguindo os ditames legais, foi assim que José Monteiro Filho, proprietário da Vila Ipiranga, mandou levantar e registrar no ano de 1925, a planta desse espaço. Contratou, para tanto, o engenheiro José Valente Lima. Embora tenha registrado em cartório a venda de um único lote antes de 1925, foi apenas depois de sua legalização junto ao município que esse proprietário pôde dispor mais aberta e

¹³³ Código Municipal (Decreto nº 70, de 13 de Dezembro de 1932). Tipografia Minerva. Fortaleza, 1932, Das vilas, Capítulo XI, p. 90.

¹³⁴ Código Municipal (Decreto nº 70, de 13 de Dezembro de 1932). Tipografia Minerva. Fortaleza, 1932, p. 20.

¹³⁵ Código Municipal (Decreto nº 70, de 13 de Dezembro de 1932). Tipografia Minerva. Fortaleza, 1932, p. 23 e 24.

livremente daquele espaço, vendendo inúmeras porções de terra de maneira legalizada.¹³⁶

Assim como ele nessas atividades também se destacaram muitas mulheres. Provavelmente observando essa movimentação e ampliação em torno dos espaços na cidade, elas também dividiram suas terras em lotes, comercializando-os. Foi assim que agiu Edith Vasconcelos Barroso. Na condição de viúva, essa senhora recebeu como herança de seu sogro, o Coronel Francisco Barroso Valente, vários terrenos no Barro Vermelho que eram conhecidos como Sítio Genibahú, limítrofe à Rodovia Fortaleza-Sobral e próximo à Vila Seareida. Ambas localizadas no Barro Vermelho/Antonio Bezerra (região sudoeste e posterior ao Bairro Farias Brito – Ver Imagem 05).

No curto período de cinco anos, essa proprietária registrou 22 vendas que correspondiam a lotes inteiros ou fragmentos desses, possuindo ou não benfeitorias. Os tipos de negociações efetivadas por essa senhora apontavam para algumas tendências que estavam vinculadas às características dos terrenos comercializados. Em um primeiro momento, observamos que os lotes que dispunham de casa construída eram na maior parte das vezes negociados com pessoas que buscavam moradia, tal como fez Francisca Fonseca ao adquirir um terreno com uma casa de taipa e telha pelo valor de 800\$000 para estabelecer residência.¹³⁷

De maneira diferente, existiam comercializações em que já se destacavam as pessoas que compravam a terra para fins de especulação e lucro. Preferindo os lotes *limpos*, isto é, aqueles que não dispunham de nenhuma construção, geralmente os (as) negociantes os adquiriam por certo período para uma futura venda com valor mais elevado, podendo ainda investir na construção de benfeitorias nesses espaços a fim de aumentarem os lucros finais.

Nesse sentido parece ter atuado Francisco Fausto da Fonseca. Ao investir enfaticamente em um mesmo espaço,

¹³⁶ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Livro 14, p. 42, 1924.

¹³⁷ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 06, Livro 23, p. 76, 1933.

Francisco participou de seis das 22 negociações feitas pela viúva Edith Vasconcelos, pagando a essa senhora a quantia final de 3:207\$000, correspondentes a mais de 900 palmos de frente de terra por 2.100 de fundo em lotes variados.¹³⁸

A estratégia utilizada por esse proprietário era comprar muitos lotes, dividi-los em escalas menores e edificar espaços de moradia. Assim, em uma única negociação, correspondente à venda de uma casa de taipa e telha à Dilma Araújo Alcântara em terreno medindo 150 palmos de frente com fundos de um quarteirão (500 palmos), esse senhor conseguiu reaver quase um terço (1:000\$000) dos valores investidos inicialmente nos terrenos.¹³⁹ De fato, Francisco Fausto parecia ser um negociante dedicado intensamente a essas atividades, nivelando-se em termos de investimentos e *status* socioeconômico aos grandes proprietários (as) donos (as) das vilas, tal como Edith Vasconcelos.

Em uma perspectiva de investimento não tão agressivo e amplo, algumas pessoas adquiriam menores extratos de terra sem cogitar transações imediatas. Assim, mantinham paralisados os investimentos feitos nos terrenos por alguns anos, o que, contudo, não inviabilizava ganhos, ainda que tardios. Dentro dessa lógica estavam várias mulheres como Maria Joana da Fonte, Adelaide Chaves Guimarães e Sebastiana Sales.

¹³⁸ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 07, Livro 26, p. 3, 21 e 54, 1934, Caixa 08, Livro 31, p. 113, 1936, Caixa 08, Livro 33, p. 127, 1937, Caixa 09, Livro 34, p. 31, 1937, Caixa 09, Livro 35, p. 138, 1938 e Caixa 10, Livro 38, p. 4, 1939. A equivalência entre palmos e metros se dava aproximadamente na seguinte proporção: um metro significava quase 4,5 palmos. Assim, nesse caso específico Francisco Fausto comprou quase 93.200 m², o equivalente à área de quase nove campos de futebol atuais.

¹³⁹ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 07, Livro 29, p. 38 e 44, 1935 e Caixa 10, Livro 37, p. 29, 1936.

Imagem 05



Fonte: Biblioteca Pública Menezes Pimentel, Obras Raras, Guia Turístico de Fortaleza (1939). Legenda: 1- Jacarecanga; 2- Alagadiço; 3- Farias Brito; 4- Soares Moreno; 5- Centro; 6- Benfica; 7- Joaquim Távora; 8- Outeiro; 9- Prainha; 10- Praia de Iracema; 11 - Meireles.

A primeira delas adquiriu de Carlos da Costa Ribeiro, no Sítio Saint Cloud, um terreno medindo 40 por 250 palmos de terra no ano de 1931, pela quantia de 400\$000. Utilizando uma parte desse espaço (25 por 250 palmos), ela mandou construir uma casa de tijolo, taipa e telha que foi vendida sete anos mais tarde, em 1938, pela quantia de 1:000\$000. Além do lucro sugerido de 600\$000, Maria Joana ainda ficou com uma parte do terreno ao seu dispor para negociar como quisesse.¹⁴⁰

Adelaide Chaves, por sua vez, utilizou-se de outros artifícios. No ano de 1931, comprou um terreno na Avenida João Pessoa medindo 490 palmos de frente pelo valor de 1:000\$000. Aparentemente, manteve-o intacto até 1937, quando, mediante uma suposta valorização local das terras, vendeu uma parcela do mesmo, equivalente a 125 palmos, à Aurélia Vieira Chaves pela mesma quantia que comprou todo o terreno inicialmente.¹⁴¹

De forma semelhante autuou Sebastiana Sales. No ano de 1936, essa senhora comprou um terreno na Vila Damasco junto aos seus proprietários pela quantia de 600\$000. Em 1940, realizou a divisão do mesmo fomentando duas vendas: uma no valor de 300\$000 e outra somando 1:000\$000. Desse modo, embora não tivesse construído nenhuma benfeitoria nesse espaço, quatro anos depois da compra, os ganhos dessa senhora eram equivalentes aos de Maria Joana ao somarem 700\$000.¹⁴²

Às vezes essas transações podiam ocorrer de maneira mais pontual, sem grandes investimentos. Certamente eram pessoas que não se lançavam de forma mais detida às negociações de terras e imóveis. Mas ainda que o retorno demorasse anos, ao perceberem possibilidades de lucro, essas mulheres colocavam em exercício tal prática comercial. De modo autônomo se inseriam e participavam da economia cidadina.

¹⁴⁰ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 05, Livro 21, p. 115, 1931 e Caixa 09, Livro 36, p. 149, 1938.

¹⁴¹ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 05, Livro 21, p. 106, 1931 e Caixa 08, Livro 33, p. 119.

¹⁴² APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 08, Livro 31, p. 185 e Caixa 10, Livro 39, p. 44 e 60.

Todavia, mesmos nesses casos mais localizados, quando os (as) negociantes não eram *profissionais* na área de compra e venda de terras e imóveis (diferentemente do que sugerem as experiências de Francisco Fausto) poderia haver retorno rápido. Para algumas transações, logo que o investidor (a) achasse que houvera uma valorização considerável do imóvel adquirido, a compra era seguida de uma venda brusca.

Dentre várias negociações desse tipo, podemos citar o caso da viúva Maria José Chaves. No mês de agosto do ano de 1935, ela comprou do negociante Carlos da Costa Ribeiro uma casa de taipa, tijolo e telha localizada na Rua Padre Francisco Pinto, n°. 722, mais uma vez no Sítio Saint Cloud, localizado na Estrada da Pajuçara, pela quantia de 200\$000. Em menos de um mês, ela vendeu essa casa para a senhora Tereza Pereira dos Santos, casada, pela quantia de 600\$000. Essa experiência comercial parecia ter sido tão positiva para Maria José que, cinco meses mais tarde (janeiro de 1936), ela começou a investir em lotes em uma vila próxima dali, a Vila Santo Antonio em Porangaba, negociando diretamente com os proprietários citados acima: Manoel Satiro e José Monteiro Filho.¹⁴³

Assim, fossem em negociações mais rápidas ou em transações mais demoradas, envolvendo pequenos ou grandes investimentos, as mulheres fortalezenses participavam de uma parcela significativa do processo de especulação imobiliária sugerido para esse período. Muitas delas, inclusive, tomavam essas experiências no âmbito econômico como meios fundamentais para o sustento de si e da família, ou ainda como forma de expandir e diversificar o patrimônio pessoal aumentando suas riquezas materiais.

Como meio de subsistência, várias mulheres que recebiam terrenos de herança dos pais ou dos maridos acabavam vendendo tudo ou quase tudo que tinham em um curto espaço de tempo.

¹⁴³ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Livro 31, p. 14, 1936.

Provavelmente, era esta a situação da viúva Joana de Moraes Lima que recebeu vários terrenos e casas do espólio de seu falecido marido e, entre os anos de 1935 e 40, realizou sete vendas escalonadas no Bairro do Benfica, um dos mais elegantes da cidade da época, no perímetro entre as ruas Marechal Deodoro e Adolfo Hebster.¹⁴⁴

Recorrendo ao Banco dos Proprietários da Capital e, dessa forma, evitando a negociação entre particulares, o que poderia significar uma transação mais demorada, possivelmente ela buscava uma venda mais ágil e rápida. O banco, entendido como uma instituição financeira que estabelecia praça na cena urbana, cuidava das diferentes negociações que envolviam o comércio de terra e imóveis. Tais ações denotavam um aumento do fluxo dessas operações comerciais, além da crescente importância que o mercado imobiliário passava a ter, cada vez mais, no meio socioeconômico, conforme podemos visualizar no anúncio abaixo:

Aviso aos proprietários:
Confiai vossas casas à Carteira de cobrança de aluguéis do Banco dos Proprietários. Cobrador ativos; Advogado por conta do banco; Prestações de conta diariamente; Comissões de cobrança de 2° a 5°. Informações com a Gerência, 103, à Rua Barão do Rio Branco, n. 388.¹⁴⁵

Entre as negociantes existiam também as que vendiam suas heranças em Fortaleza, por morarem em outra cidade, arregimentando o capital que aqui dispunham para investimento em outra localidade, o que parece ter ocorrido com a viúva Júlia Ferreira Parrião. Recebendo o legado do marido e da mãe em forma de terras dispostas em vários locais da cidade, sobretudo, na Porangaba, essa senhora, que morava em Quixadá, contratou diferentes procuradores para venderem suas posses em Fortaleza. Assim, seus representantes Thomaz Pompeu Magalhães e Francisco de Oliveira Chagas enviaram-lhe no intervalo de seis

¹⁴⁴ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 07, Livro 29, p. 109, 1935, Caixa 08, Livro 32, p. 201 e 294, 1936, Caixa 09, Livros 35 e 36, p. 204 e 101, 1938, Caixa 10, Livro 37, p. 88, 1939 e Caixa 10, Livro 39, p. 109 e 114, 1940.

¹⁴⁵ BPMP, Setor Hemeroteca, Folha do Povo, 01/10/1931, p. 02.

anos quase 7:000\$000 referente à venda de 17 terrenos e uma casa de taipa e telha.¹⁴⁶ Júlia, nesse interim, deixou de vir a Fortaleza residindo somente em Quixadá.

Mas, essa não era uma regra. Algumas mulheres dispunham do capital financeiro contraído para aumentarem as suas posses materiais através de imóveis dentro da capital. Comprando em uma mesma localidade ou em espaços distintos, também participavam e contribuía para a exploração imobiliária e alargavam seus patrimônios, tal como a senhora casada Rosa Falcão Ribeiro que comprou, em dois anos, duas casas e um terreno no distrito de Porangaba, Sítio Bom Futuro, investindo a quantia de 1:740\$000.¹⁴⁷

Esse gradual aumento da comercialização de terras correspondentes às vilas e sítios nas regiões sul e sudoeste se tornava cada vez mais importante para a dinamização da cidade. Considerando a espacialidade urbana de Fortaleza, neste período, as vilas e os sítios estavam afastados do que era considerado o espaço urbanizado da cidade, em particular do Centro, ocupando seus arrabaldes distantes. Tal processo parecia estar intimamente relacionado ao acréscimo populacional entre os anos de 1920 e 1940, que forçava uma migração para outras áreas e, provavelmente, à seca de 1932.

Segundo Jucá (2000), os períodos de estiagem acabavam propiciando mão de obra mais barata na capital, favorecendo o aumento do índice de edificações que, como veremos mais adiante, foi extraordinariamente superior no segundo quinquênio da década de 1930.¹⁴⁸ Além disso, o aumento de circulação de pessoas e veículos nas estradas e ferrovias que davam acesso à capital fazia com que suas áreas periféricas fossem habitadas, o

¹⁴⁶ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 06, Livro 25, p. 86, 1934, Caixa 07, Livro 26, p. 23, 1934, Caixa 07, Livro 28, p. ?, 1936, Caixa 08, Livro 33, p. 111 e 238, 1937, Caixa 09, Livro 35, p. 34, 1938, Caixa 09, Livro 36, p. 150, 152, 153, 158, 170, 174, 177, 181 e 261, 1938, Caixa 10, Livro 37, p. 67, 1939, Caixa 10, Livro 38, p. 149, 1939 e Caixa 11, Livro 42, p. 190, 1940.

¹⁴⁷ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 08, Livro 33, p. 89, 1937, Caixa 09, Livro 34, p. 102, 1937 e Caixa 09, Livro 35, p. 37, 1938.

¹⁴⁸ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Op. Cit..

que possibilitou que muitas vilas se localizassem próximas a essas vias, como o Sítio Saint Cloud, contíguo à Estrada de Pajuçara, e as Vilas Seareida e Genibahú, limitrofes à Rodovia Fortaleza-Sobral.

Mas a intensificação das negociações de terras e imóveis não estava restrita a essas áreas. A forte especulação imobiliária ultrapassava vários limites no meio citadino. Algumas vezes a ambição dos (as) negociantes implicava indisposição com o poder público ou mesmo com alguns moradores fortalezenses, o que ficou registrado por alguns cronistas. Mozart Soriano Aderaldo lembrava com insatisfação o crescimento desordenado da cidade a partir dos anos de 1930, e que estava diretamente associado à ganância dos (as) proprietários (as):

[...] a inexistência de um Plano Diretor para a cidade fazia com que ela crecesse desordenadamente. Essa a razão por que alguns amigos da cidade diligenciaram no sentido de que a Prefeitura encomendasse ao urbanista Sabóia Ribeiro um novo Plano para Fortaleza [que] também não foi executado por motivos ainda relacionados com a ganância dos proprietários [...] (grifo nosso).¹⁴⁹

Escrevendo na década de 1950, esse cronista rememorava os problemas oriundos da expansão da cidade nos anos de 1930. Conforme suas observações, desde o governo de Tibúrcio Cavalcante (1931-33), tentavam-se implantar planos diretores para ordenar o crescimento urbano o que acabava sendo inviabilizado, sobretudo, pela ação especuladora dos proprietários (as). Durante quatro décadas tornaram-se ineficazes ou tiveram seu alcance reduzido os projetos de Nestor de Figueiredo, Sabóia Ribeiro e Hélio Modesto, urbanistas dos governos de Raimundo Girão (1933-34), Clóvis Matos (1946-47) e Cordeiro Neto (1959-63), respectivamente.

Para Mozart Soriano Aderaldo as elites não estavam cumprindo seu papel de preservar e defender as tradições materiais urbanas. Atuavam justamente de maneira contrária. Era

¹⁴⁹ ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993, p. 45.

assim, por exemplo, que ele argumentava sobre a demolição, em 1938, “da velha Sé, rico patrimônio histórico e artístico da cidade”.¹⁵⁰ Todavia, não eram apenas as atitudes das chamadas camadas elitistas e suas expectativas em torno do comércio de imóveis que eram condenadas por esse cronista. A depreciação da *urbes* também ocorria pela ação dos mais pobres, principalmente das levas de imigrantes que perambulavam pela área central ocupando, também, diferentes espaços em torno da cidade e constituindo aglomerados que ficaram conhecidos como favelas.

Segundo Gisafran Nazareno Jucá os bairros pobres se tornavam cada vez mais visíveis nos anos 30:

De 1930 a 1950, além das favelas do Pirambu e do Mucuripe, havia o Cercado do Zé Padre, o Lagamar, o Morro do Ouro, situado entre o açude João Lopes e o atual Monte Casteço, além da Varjota, Meireles, Papoquinho e a da Estrada de Ferro. Também era ocupado pela população carente o Morro do Moinho, entre a estação ferroviária e o cemitério São João Batista, o bairro do Seminário, o de São João do Tauape, que se estendia à área mais baixa do Lagamar.¹⁵¹

Nessa perspectiva, o próprio crescimento populacional acompanhado das transformações materiais e dos dilatamentos espaciais fazia com que, pouco a pouco, o centro da cidade fosse perdendo seu caráter residencial e assumindo cada vez mais uma feição comercial. Ainda segundo Jucá, foi apenas em 1956 que surgiu um movimento liderado pelo vereador Bezaliel Teixeira a fim de descentralizar o comércio de Fortaleza e dinamizar as ações comerciais nos subúrbios.

Lembrando dos tempos em que residiu na antiga Rua Formosa (Barão do Rio Branco), Mozart Soriano indicava modificações na funcionalidade de muitos imóveis dentro desse processo de concentração das atividades comerciais no centro. Das várias transformações, podemos destacar a da casa de número 1.146 que, na década de 1920, serviu de residência para

¹⁵⁰ ADERALDO, Mozart Soriano. Op. Cit., p. 49.

¹⁵¹ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Op. Cit., p. 42.

diferentes famílias, mas que ao longo dos anos acabou transformada em espaço de comércio. Passaram a funcionar ali a Movelaria Confiança (nas duas primeiras portas) e a Ourivesaria Bandeira (na terceira porta).¹⁵²

Essa constituição dos imóveis comerciais de forma mista, quanto às atividades exercidas, parece ter se tornado cada vez mais recorrente e contribuído para o aumento da especulação imobiliária em Fortaleza. Como vimos anteriormente, a ocupação dos edifícios poderia ocorrer de forma concomitante por diferentes profissionais, como médicos (as) e farmacêuticos (as), prestadores de serviços, entre outros, que ao se lançarem nos ofícios urbanos fomentavam o mercado de imóveis na medida em que necessitavam de espaços para oferecerem seus trabalhos. Quanto mais se acentuava o caráter comercial do centro, mais os proprietários (as) dispunham de suas edificações ou de parte delas em forma de locação ou venda.

Para compreendermos melhor essa dinâmica são bastante ilustrativas as negociações realizadas por Dona Eliza Diogo. No dia 17/07/1933, essa senhora comprou um pomposo prédio situado na Praça Capistrano de Abreu, conforme escritura abaixo:

[...] em meu cartório compareceram partes entre si justas e contratadas: de um lado como outorgantes vendedores F. Lopes F. Francês, solteiro, maior, Izabel Ferreira, Anna Ferreira, solteiras, maiores [e outros (as) herdeiros (as) do Dr. Joaquim Sebastião Alves Ferreira]; de outro lado, como outorgada compradora, Dona Eliza Antonio Diogo de Siqueira, [viúva] todos brasileiros, proprietários, residentes nesta cidade, conhecidos de mim tabelião cuja idoneidade dou fé; perante as quais pelos outorgantes me foi dito que são senhores e possuidores de um prédio construído de tijolo e telha, com três portas de frente e fundos pertencentes, com dois pavimentos, sita nesta cidade à Praça Capistrano de Abreu, nº 104, imóvel que se acha livre e desembaraçado de qualquer ônus [...]. E como assim o possuem, vendeu, como de fato vendido bem, como toda as suas benfeitorias, o prédio acima descrito, à outorgada Dona Eliza Antonia Diogo de Siqueira pelo preço e quantia certa de quarenta e dois contos de réis (42:000\$000) [...].¹⁵³

¹⁵² ADERALDO, Mozart Soriano. Op. Cit., p. 58.

¹⁵³ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Públicas, Livro 18, fls. 4 e 4v.

Além da volumosa quantia liquidada a vista, Dona Eliza pagava ainda o imposto de transmissão ao Estado, equivalente a 10% do valor negociado, e outros tributos e contribuições necessárias totalizando o manuseio da exorbitante soma de 47:250\$000 para a aquisição desse imóvel. De fato, valores extremamente altos para a época que essa senhora dispunha com fins de empreendimento e de possíveis lucros futuros com a locação desse prédio transformando-o em um espaço de atividades mistas.

Menos de um mês depois, em 12/08/1933, Dona Eliza Diogo retornou ao mesmo cartório para efetivar o contrato de locação do prédio com a empresa Machado & Cia. Fixava, assim, o valor do aluguel em 500\$000 mensais em acordo com duração de cinco anos, para o qual era necessária a existência de um fiador. Contrato referente não ao prédio todo, mas a apenas uma parte do pavimento térreo, correspondente a duas portas, que os locatários poderiam dispor como quisessem desde que, no ato da devolução, entregassem o espaço como receberam:

[...] a outorgante locadora, Dona Eliza Antonio Diogo de Siqueira dá, em locação, aos outorgantes Machado & Cia., o pavimento térreo, de duas (2) portas de frente, do prédio de sua propriedade, sito à Praça Capistrano de Abreu, número 104, nesta cidade, mediante as cláusulas seguintes: 1º- O prazo da locação é de cinco (5) anos [...]; 2º- A renda mensal será de quinhentos mil réis (500\$000) [...], constituindo a falta desse pagamento na época fixada, por si só, a moa dos locatários; 3º- Os locatários poderão fazer no pavimento locado os melhoramentos, divisões e adaptações que acharem convenientes, à sua custa, obrigando-se, porém, a repor tudo no seu estado anterior [...]. Presentes a este ato José Oriano Menescal, brasileiro, casado, funcionário aduaneiro, e sua mulher Dona Adelia Jatahy Menescal, [...] na qualidade de fiadores e principais pagadores dos locatários, Machado & Cia, obrigavam-se solidariamente com estes ao fiel cumprimento das cláusulas e condições estipuladas na presente locação.¹⁵⁴

¹⁵⁴ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Públicas, Livro 18, fls. 33 e 33v.

Diante dessas ações, Dona Eliza aparecia como uma mulher que estava atenta a valorização do centro da cidade em termos comerciais, na medida em que adquiria um edifício para fins de aluguel. Assim, inseria-se no âmbito das negociações de imóveis lucrando com essas atividades, mas sendo cautelosa, na medida em que exigia, tal como os outros locatários (as), a presença de fiadores para efetivar a transação comercial.

É importante lembrarmos que a provocação de atividades mercantis na região central da cidade não era exercício exclusivo das classes abastadas que dispunham de elevado capital financeiro para investirem naquela área. Nesse perímetro também existiam possibilidades para negociações que envolvessem menores valores. Este espaço, bem como os sujeitos que nele circulavam eram plurais.

Uma prática que pareceu ter sido comum em Fortaleza e que envolvia empreendimentos comerciais menos pomposos era a locação ou venda de quartos para fins comerciais. Esses cômodos poderiam ser utilizados tanto para morada como para o estabelecimento de pequenas mercearias, bodegas, botequins, como aqueles já ressaltados. Neles era possível o comércio de iguarias que contemplassem o cotidiano dos (as) fortalezenses, como a venda de doces, quitutes, guloseimas, petiscos entre outros gêneros que também eram vendidos de forma itinerante na cidade pelos (as) ambulantes.¹⁵⁵

Nessa perspectiva, pudemos observar um cômodo negociado mais de uma vez na Rua 25 de Março, parte centro-leste da cidade. Compondo a residência da viúva e proprietária Maria Senhorinha Viana, esse “quartinho de tijolo e telha” teve sua primeira venda registrada em 12/02/1929, à Maria Alice Papi que o utilizou para fins comerciais por um período de três meses. Passado esse período, deu andamento a venda do mesmo à proprietária e negociante Inês de Castro que, dentre outras

¹⁵⁵ ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de ontem e anteontem*. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1972.

atividades, comprava lotes na região sul da cidade, especificamente na Vila Damasco, sem perder de vista os possíveis lucros que o comércio naquele imóvel poderiam gerar.¹⁵⁶ Algumas quadras mais ao leste, talvez percebendo a dilatação da área central em relação àquela região em 1925, uma outra senhora, Etelvina do Amor Divino, também comprou um quarto de taipa coberto de telha pela quantia de 200\$000 com objetivos comerciais.¹⁵⁷

É importante frisarmos que nesse movimento a região central não foi totalmente transformada em espaço de comércio. Muitos (as) permaneceram habitando essa área e outros, inclusive, migravam para lá constituindo espaços de morada. Dependendo das condições do terreno, das situações das casas, da existência ou não de foros, da rua, isto é, da proximidade em relação a espaços mais apreciados, o valor das negociações poderia variar bastante permitindo, inclusive, que pessoas mais pobres morassem nesse perímetro.

Procedeu, assim, Maria Anunciada da Silva, solteira, que em 1931, comprou da Arquidiocese de Fortaleza, um terreno para a construção de sua casa pela quantia de 200\$000 localizado na Rua Governador Sampaio, próxima a 25 de Março. Essa jovem, anos mais tarde, chamou sua irmã Margarida Severina da Silva, também solteira, para residir com ela e vendeu, em 1937, ao operário Alfredo Pereira de Oliveira e sua esposa uma parte dos fundos de sua casa pelo baixo valor de 80\$000 para que ali pudessem habitar.¹⁵⁸ Assim, a divisão da residência com outras pessoas aparecia como uma estratégia que, mesmo não resultando em altos lucros, dirimia os encargos financeiros da manutenção do lar.

Ainda que, observadas migrações mais amplas e genéricas, não havia regras nesse processo de circulação dos indivíduos pela

¹⁵⁶ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Livro 19, p. 12, p. 49 e Livro 34, p. 97.

¹⁵⁷ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Livro 15, p. 78, 1925.

¹⁵⁸ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 05, Livro 21, p. 112, 1931 e Livro 34, p. 168, 1937.

cidade na busca de residências. De fato, a procura por espaços de morada, principalmente pelos setores elitistas, parece ter resultado em uma ocupação da zona oeste e sul da cidade correspondendo aos bairros do Jacarecanga e Benfica, os mais elegantes até os anos 40. Mas esse movimento não se deu em uma única direção e também não foi linear. Encontramos registros de que assim como a região sul, o leste também já não era espaço exclusivo de atividades de lazer e veraneio correspondentes a Praia de Iracema. Ali, principalmente na Aldeota, também se estabeleciam esquadrinhamentos de lotes urbanos para a edificação de casas nos anos de 1930, apresentando significativo crescimento nos anos 40 para, na década de 1950, passar “a representar o bairro predileto da classe alta”.¹⁵⁹

Dentro desse processo podemos apontar as ações de Luiza Montenegro Leite da Luz. Proprietária, casada com o Dr. Antonio Leite da Luz e residente na Rua Dona Leopoldina, nº 200 Essa senhora estabeleceu seis transações na parte leste da cidade (Aldeota e Estrada para o Cocó – Rua Padre Valdevino). Dentre elas, adquiriu em 1935, uma casa de taipa e telha pela quantia de 1:000\$000, um lote medindo 247 por 250 palmos em 1937 por 500\$000, além de ter vendido nesse mesmo ano uma casa pelo valor de 1:000\$000 onde funcionaria uma padaria da qual ela seria sócia: “Declaro ainda que um forno de alvenaria, telheiro e alpendre e cerca que guarda o quintal, pertencem exclusivamente ao comprador que, de parceria comigo, pretendia montar uma padaria”.¹⁶⁰ Além dessas transações, a idéia de montar um comércio de produtos alimentícios talvez estivesse associada ao aumento do número de pessoas (possíveis consumidores) que passavam a habitar essa região nos anos 30, e que aumentariam substancialmente nos anos 40, com a implementação do calçamento da Rua Padre Valdevino e a abertura de ruas como a José Vilar e a Nunes Valente,

¹⁵⁹ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Op. Cit., p. 39.

¹⁶⁰ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 07, Livro 29, p. 72, 1935, Livro 34, p. 17, 1937 e Livro 34, p. 53, 1937.

pagos à proprietária.¹⁶² Nem sempre as negociações aconteciam de forma direta com essa senhora, contudo, sendo ela a dona da terra, os contratos geralmente faziam menção ao seu nome para que a arrecadação fosse legitimada. Em diversas transações, tais como as compras realizadas por Joaquim da Silva Barbosa, José André do Nascimento, Adélia Alves e muitos outros (as), vários foram os sujeitos que se viram obrigados a pagar foros anuais à Dona Elisa da Fonseca Mota conforme os tamanhos dos terrenos negociados.¹⁶³

Tomadas em conjunto, essas ações de compra e venda de casas e terrenos na parte leste e nordeste de Fortaleza, nos permitem ter uma visão panorâmica das transformações graduais e progressivas que essa região sofria, sobretudo, pela ação de destacadas proprietárias e pelo estabelecimento de comércio e moradia, o que já era reconhecido, inclusive, pelos gestores do município, conforme apontou Mozart Soriano Aderaldo: “É de 1931 a planta da cidade encomendada pelo Governo Revolucionário, onde se nota a crescente expansão da capital cearense, que já alcançava, então, para o lado leste, o atual Colégio Militar”, limítrofe com a Rua Dona Leopoldina e distante cinco quadras da Rua Barão de Aracati (Ver Imagem 06).¹⁶⁴

Essa expansão para o leste e para outras áreas acontecia concomitantemente às melhorias materiais da cidade nas décadas de 1920 e 30, que de certa maneira, ainda se concentravam na região central. Na Aldeota, mesmo nos anos 40, contudo, o luxo e a riqueza de algumas residências rivalizavam com a existência de inúmeros casebres além da carência “de uma infra-estrutura urbana, que não contou com o apoio da iniciativa privada”.¹⁶⁵

Como dito anteriormente, foi em 1935 que se iniciaram os trabalhos de aperfeiçoamento da iluminação através da

¹⁶² APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 10, Livro 37, p. 71, 1939.

¹⁶³ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 05, Livro 22, p. 179, 1932; Livro 24, p. 06, 1933; Livro 29, p. 50.

¹⁶⁴ ADERALDO, Mozart Soriano. Op. Cit., p. 42.

¹⁶⁵ JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. Op. Cit., p. 39.

substituição do sistema de gás carbônico pelo de energia elétrica. No bojo desses avanços aconteceram mudanças, inclusive no acesso à água, visto que em 1924, a cidade de Fortaleza foi contemplada com o sistema de abastecimento de água e esgotos, com destaque para a tubulação adutora de água do açude Acarape do Meio, possibilitando um maior conforto para aqueles (as) que podiam pagar por esses serviços.

Não por acaso datam de 1927, os primeiros contratos de empreitada registrados pela empresa Conrado Cabral & Cia localizada em um sobrado na mesma rua em que morou Mozart Soriano Aderaldo e na qual o Banco dos Proprietários estabeleceu praça: Rua Barão do Rio Branco. A partir dos anos de 1920, a oferta e ascensão dos serviços de empreitada bem como o sistema de abastecimento aquífero representaram um importante elemento no quadro de expansão e melhoria no aparelhamento técnico da cidade pondo em destaque grandes empreendimentos, movimentando altas somas, e novos materiais de construção.

A ascensão de novas formas de serviço para a edificação de prédios era observada de perto por algumas mulheres ricas que investiam na atividade imobiliária. Tanto assim o era que, no ano 1927, dos 93 registros de contrato de empreitadoria analisados e pertencentes à empresa Conrado Cabral & Cia., 22 eram assinados por mulheres. Dentre elas, destacava-se a proprietária Maria da Cunha Accioly. Negociando também em outras regiões da cidade, como na venda de um vasto terreno na Vila do Mondubim por 1:000\$000,¹⁶⁶ era assim que ela firmava sua escritura de empreitada:

Contrato de empreita que entre si fazem os abaixo assinados, de um lado, como empreiteiros CONRADO CABRAL & CIA., comerciantes nesta cidade e do outro Maria da Cunha Accioly aqui denominada segundo contratante, na forma e sob as condições seguintes: 1º- Os empreiteiros se obrigam a construir as obras necessárias para a instalação no prédio à rua Gal. Sampaio, 120, nesta cidade, dos serviços de água e esgoto; 2º- Os empreiteiros concluirão as obras no prazo

¹⁶⁶ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 06, Livro 24, p. 74, 1933.

máximo de 30 dias; 4º- O preço das obras é de Rs. 2:448\$000 e o segundo contratante o pagará em trinta e seis prestações de 68\$000, a começar de 06/03/1927, já acrescida cada prestação do respectivo juro a taxa anual de 11% [...].¹⁶⁷

Essa procura pelos empreiteiros sinalizava, além da feitura e aquisição de um valioso bem, a garantia e segurança na forma da lei por quem estava contratando o serviço:

Art. 1.245. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideradas, o empreiteiro de materiais, e execução responderá, durante 5 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo, exceto, quanto a este, se, não o achando firme, preveniu em tempo o dono da obra.¹⁶⁸

Dessa maneira, o Código Civil de 1916, buscava corresponder aos anseios de desenvolvimento material e solidez que as classes elitistas almejavam. Pelos altos valores envolvidos nessas negociações, os balizamentos através da lei exigiam, inclusive, um melhor aparelhamento daqueles que se colocavam a disposição para a execução desses serviços. Assim, o tempo hábil, o empreendimento de materiais de boa qualidade, a observação dos parâmetros e regras para a edificação, a atenção com o sistema de água e esgotos, bem como o cumprimento das normas estabelecidas nas plantas registradas na Repartição de Obras Públicas, deveriam fazer parte das observações dos empreiteiros no conjunto dessas transações.

Uma peculiaridade desses trabalhos de empreitada era a singularidade quanto ao perímetro onde eram realizadas. Todos os serviços contratados pelas mulheres e também pelos homens, sem exceção, remetiam ao centro da cidade, reiterando a importância comercial e a valorização imobiliária pela qual esse espaço passava. Dessa forma, construía-se edifícios com mais de um andar que rompiam mais acentuadamente a horizontalidade da cidade em comparação com os sobrados de outrora. Dentre eles

¹⁶⁷ APEC, Cartório Ponte, Escrituras de Empreitada, Caixa 04, Livro 17, p. 06, 1927.

¹⁶⁸ *Código Civil de 1916*. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1866.

estavam edifícios como os de Pierina Rossi ou mesmo o prédio comprado e posto para aluguel pela senhora Elisa Antonio Diogo de Siqueira.

De acordo com Nestor Goulart Reis Filho, a evolução técnica em torno das habitações brasileiras intensificou-se, sobretudo, na segunda metade do século XIX, momento em que, com o gradual declínio do trabalho escravo e a maior presença do trabalhador imigrante, se deram melhorias no aparato tecnológico em torno das construções e mudanças na forma de ocupar o lote urbano:

Com a decadência do trabalho escravo e com o início da imigração européia, desenvolveu-se o trabalho remunerado e aperfeiçoaram-se as técnicas construtivas. As cidades e as residências são dotadas de serviços de água e esgoto, valendo-se de equipamentos importados. Surgem nessa época as casas urbanas com novos esquemas de implantação, afastados dos vizinhos e com jardins laterais.¹⁶⁹

Respeitadas as peculiaridades de cada cidade, em Fortaleza esse processo de melhoramento do aparato tecnológico em torno das construções parece ter acontecido mais tardiamente, principalmente nos decênios de 1920 e 30, ocorrendo ainda de forma limitada e circunscrita ao âmbito central da cidade e respondendo aos desejos de um grupo elitista seletivo que se empenhou em contratar os serviços de empreitadas.

As transformações nas construções em nível nacional ocorridas no período sinalizado por Reis Filhos para o século XIX eram diminutas em Fortaleza. Conforme apontamentos de Raimundo Girão, as principais modificações no aspecto arquitetônico na segunda metade daquela centúria se davam pela construção de sobrados o que quebrava com a monotonia estética das habitações além de denotar o fim do preconceito de que o solo fortalezense não suportaria construções com mais de um pavimento. Todavia, eram poucas as edificações desse tipo. Em

¹⁶⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970, p. 43.

1872, para 4.943 casas térreas e 1.178 choupanas existiam apenas 72 sobrados um só andar.¹⁷⁰

Assim, enquanto no período do Segundo Império diversos centros urbanos (Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre) já expressavam um aperfeiçoamento técnico e arquitetônico através da quebra da uniformidade das construções urbanas, do aparelhamento mais complexo de abastecimento de água e, sobretudo, da maior liberdade de edificação em relação aos limites do lote urbano, em Fortaleza esses aspectos parecem ter sido considerados mais enfaticamente a partir do século XX, sobretudo na década de 30, quando o refinamento técnico começou a ganhar mais espaço através do novo sistema de abastecimento somado as atividades de empreitada.

Foi justamente nesta década, com a elaboração do Código Municipal de 1932, que se empreendeu o combate mais sistêmico as antigas formas de habitação. Essas eram edificadas sobre o alinhamento da via pública e tinham na justaposição das paredes contíguas com os vizinhos suas principais expressões. A partir desse Código, somente os prédios com características comerciais deveriam ser construídos nos limites da via pública:

Art. 107 – Respeitadas as exceções deste Código e os casos especiais verificados em exame administrativo, as obras em geral poderão ser feitas no limite da via pública ou dele recuadas [...]; Art. 108 – Nas ruas de caráter evidentemente residencial as edificações serão sempre recuadas do limite da via pública e isoladas dos lotes ou edifícios vizinhos por meio de áreas laterais; Art. 110 – Na parte comercial da cidade não serão permitidos edificações recuadas do alinhamento.

O recuo para dentro do lote urbano, guardando distanciamento em relação à rua, juntamente com o desenvolvimento de instalações hidráulicas mais modernas que permitiam o acesso a água dentro de casa acabou conferindo às habitações um maior grau de intimidade e reclusão dos sujeitos,

¹⁷⁰ GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1979.

principalmente aqueles mais ricos (as). Entretanto, essa busca de maior intimidade e conforto não era exclusiva desse momento histórico. Anteriormente aqueles (as) com melhores condições financeiras mandavam construir dentro de suas próprias residências cacimbas particulares. Aos mais pobres restavam os chafarizes e as cacimbas particular-conjugadas ou públicas, espaços de intensa sociabilidade:

As cacimbas constituíam as principais fontes aquíferas de Fortaleza. Em torno delas escravos e escravas, homens e mulheres pobres livres se ajuntavam para transportar água para as casas e estabelecimentos comerciais. [...] Cacimbas, poços e chafarizes públicos constituíam lugares de intensa sociabilidade num período em que a cidade ainda não dispunha de um sistema subterrâneo de abastecimento d'água para as residências [...].¹⁷¹

Endossando essa proposta, em seu estudo José Tanísio Vieira Bezerra apontava o século XIX, como momento de ascensão dos chafarizes e cacimbas no intuito do poder público tentar conceber uma tonalidade de progresso à cidade. Contudo, havia problemas quanto à implementação dos mesmos. Às dificuldades financeiras somavam-se problemas como a desconfiança em torno da qualidade da água oferecida, a exemplo dos chafarizes de Lagoinha e Jacarecanga, além das secas que dificultavam o abastecimento:

Em meados de 1877, a seca impossibilitou a continuidade dos serviços [...]: a completa falta d'água nos reservatórios do Benfica. A cidade retorna, melancolicamente, aos “tempos de atrasos técnicos” e tais serviços voltaram a ser feitos através do somatório de equipamentos rudimentares: baldes, cordas e cacimbas.¹⁷²

O que mudava no século seguinte era a maneira como o serviço era ofertado. Tomados de maneira conjunta, o

¹⁷¹ SILVA FILHO, Antonio Luiz e. *A cidade e o patrimônio histórico*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003b, p. 20.

¹⁷² VIEIRA BEZERRA, José Tanísio. *Quando a ambição vira projeto: Fortaleza, entre o progresso e o caos (1846/1879)*. São Paulo, 2000. 185 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP, p. 94.

abastecimento subterrâneo de água das residências particulares e o advento dos serviços de empreitada possibilitaram uma mudança na percepção dos valores das propriedades. Nos anos 20, cada vez mais as residências com cacimbas próprias eram desvalorizadas diante daquelas que dispunham de um melhor aparelhamento técnico. As atenções agora estavam voltadas para os serviços de empreitada que garantissem o acesso ao sistema de água encanada.

A contratação desses trabalhos era um serviço muito caro, ficando a cargo dos sujeitos mais ricos. A transformação dos antigos domicílios com os novos aparelhos ou a migração para aqueles que dispunham desse benefício transformou-se em elemento de especulação trazendo em seu bojo um aumento das atividades de empreitada e, concomitantemente, uma crescente desvalorização dos domicílios com cacimbas e servidões de água própria.

Assim, enquanto os mais ricos (as) buscavam casas com sistema de abastecimento próprio, os (as) mais pobres tentavam adquirir os domicílios postos de lado por aqueles sujeitos. Tal processo resultou em um aumento no volume de negociações dos imóveis com poços e cacimbas na medida em que, a preços mais baixos, eram mais fáceis de serem adquiridos. Nos foi possível compreender o aumento do número de transações comerciais que envolviam casas com cacimbas próprias ou conjugadas ocorrido logo após a conclusão do sistema de abastecimento de água e esgotos em 1924. Das oito negociações registradas, apenas a venda de uma casa de taipa, com uma cacimba de servidão para a cozinha, feita por Jasismina Nonato Braga a Otavio Chagas, foi realizada antes daquele ano.¹⁷³ Todas as outras sete ocorreram depois de 1924.

O que ocorria nesse momento histórico era a valorização de novos hábitos e costumes por uma parcela da população expressa

¹⁷³ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 03, livro 13, p. 67, 1923.

em uma materialidade específica que, inserida em um processo de especulação imobiliária mais amplo, acabava proporcionando mudanças em diferentes segmentos sociais. De fato, para esse período, as transformações eram bastante significativas no espaço da cidade conferindo-lhe uma estética diferenciada que, como vimos, já acontecia em outros centros urbanos desde o Segundo Império:

As residências maiores já não eram simples ampliações ou multiplicações dos modelos mais modestos. Ao aumento das possibilidades financeiras dos proprietários mais abastados correspondia um refinamento técnico, uma integração crescente dos benefícios da civilização industrial e, conseqüentemente, um refinamento de usos até então desconhecidos.¹⁷⁴

Mas, as edificações de grande monta não eram uma regra nesse espaço. Pareciam estar reclusas à área central da cidade e, quando muito em outras regiões escolhidas pelos ricos proprietários (as) para residir ou estabelecer comércio. Os prédios, dessa forma, refletiam a realidade socioeconômica de seus proprietários (as) e, na Fortaleza daquele período, as desigualdades sociais eram bastante acentuadas. Se, por um lado, existia um grupo seleto de mulheres que dispunham de capital financeiro para investir em construções mais pomposas, por outra, a grande maioria esforçava-se para conferir as suas edificações parâmetros mínimos que viabilizassem a morada. Contudo, fosse em um extremo ou em outro, essas pareciam circular autônoma e intensamente pelos cartórios comprando e vendendo imóveis.

A situação da imensa maioria dos imóveis negociados remetia a terrenos limpos, casinhas de taipa, muitas em estado de ruínas. Tomados em forma comparativa, o número de domicílios, formados por tijolo e telha, eram reduzidos. Como exemplo, as negociações realizadas no ano de 1925. Do total de 32 registros efetuados, 15 transações se referiam a terrenos, 14 a casas de

¹⁷⁴ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit., p. 50.

taipa e telha e somente 3 eram os negócios envolvendo casas de tijolo e telha.¹⁷⁵

Essa majoritária simplicidade no emprego das técnicas de construção denotava explicitamente as contradições de um processo de expansão citadino alicerçado em determinadas características que, de acordo com Nestor Goulart Reis Filho, remetiam aos precários procedimentos dos tempos coloniais:

As técnicas construtivas eram geralmente primitivas. Nos casos mais simples as paredes eram de pau-a-pique, adobe ou taipa de pilão e nas residências mais importantes empregava-se pedra e barro, mais raramente tijolos ou ainda pedra e cal. O sistema de cobertura, em telhado de duas águas, procurava lançar uma parte da chuva recebida sobre a rua e a outra sobre o quintal, cuja extensão garantia, de modo geral, a sua absorção pelo terreno [características que remetiam] ao primitivismo tecnológico de nossa sociedade colonial.¹⁷⁶

A caracterização das edificações parecia guardar um estreitamento e continuísmo em relação às edificações do século XIX, período em que, de acordo com Raimundo Girão “[...] as casas se enfileiravam monotonamente justapostas, estreitas e achatadas, construídas de taipa - madeira amarrada por cipós, com enxameio de barro – mostrando duas águas só, de telha vã caindo para trás e para frente”.¹⁷⁷

O reconhecimento da precariedade das construções se dava, inclusive, pelo poder público que, mais uma vez, através do Código Municipal tentava enquadrar e balizar os procedimentos de edificação das casas mais simples, tentando empurrá-las para longe da área considerada urbana:

Art. 345- Na zona suburbana, a uma distância nunca inferior a cem metros da zona urbana, e na zona rural será permitida a construção de casas populares de um só pavimento, obedecendo as seguintes condições: 1- deve ser feita em solo seco ou artificialmente dessecado; 2- deve ser afastada dos logradouros públicos no mínimo 4

¹⁷⁵ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 03, livro 15, 1925. Embora estejamos citando apenas um ano, podemos afirmar que essa era uma constante das décadas de 1920 e 30 quando observadas as escrituras de caráter particular, as quais nos permitem uma visualização dos imóveis de menor valor de mercado.

¹⁷⁶ REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit., p. 26.

¹⁷⁷ GIRÃO, Raimundo. Op. Cit., 78.

metros.; [...] 7- o piso poderá ser de tijolo ou de cimento; 8- a cobertura será de telha ou material incombustível, não sendo obrigatório o forro; [...] 11- podará ser empregada argamassa de barro. (grifo nosso).¹⁷⁸

As argamassas permitidas eram de dois tipos basicamente. A primeira delas era adotada nas edificações mais refinadas e constituía-se de cimento e areia, na dimensão de uma parte de cimento para cinco de areia. A outra base material era composta de barro, cal e areia. Conhecida usualmente como taipa era a mais utilizada nas pequenas obras e residências com seu empreendimento sendo regrado pelo Código Municipal na proporção de uma parte de barro para uma e meia de areia.¹⁷⁹

Essa preocupação de controlar e tornar proporcional o emprego dessa argamassa explicava-se pelo fato da maioria das construções serem apenas de taipa e telha. De aproximadamente 315 negociações em escrituras particulares envolvendo mulheres por toda a década de 1920, 131 remetiam a terrenos, 124 eram construções de taipa e telha, sete eram casas de tijolo, taipa e telha e apenas duas de tijolo e telha.¹⁸⁰ Já as negociações envolvendo apenas os homens apresentavam proporção semelhante em relação às características dos bens comercializados.

Essas variadas divergências no espaço citadino eram citadas por Eduardo Campos ao rememorar seus tempos de meninice e buscar fazer um inventário dos costumes e hábitos do cotidiano fortalezense nas décadas de 1920 e 30. Explicitamente, esse cronista abordava as diferenças existentes entre as habitações dos indivíduos ricos e pobres, apontando para uma minoria de residências mais refinadas. Era assim, por exemplo, que ele recordava o bairro do Benfica, chamando atenção para os detalhes dos prédios mais pomposos:

¹⁷⁸ Código Municipal (Decreto nº 70, de 13 de Dezembro de 1932). Tipografia Minerva. Fortaleza, 1932, p. 89.

¹⁷⁹ Código Municipal (Decreto nº 70, de 13 de Dezembro de 1932). Tipografia Minerva. Fortaleza, 1932, Art. 133, p. 164.

¹⁸⁰ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Livro 10-19.

Tempo de ver casas elegantes do Benfica. Não eram muitas, mas dessas, nas proximidades da reitoria da UFC, duas; os telhados acumeados, altos, telhas tipo Marselha [...]. Por outros bairros, a esses dias dos anos trinta [...], alternavam-se algumas residências desse tipo [...]. Casa de boa presença, convenhamos [...].¹⁸¹

Todavia, logo esses prédios eram confrontados com as construções mais precárias e comuns à maioria da população que sofria com as variações climáticas:

Mas casa de quem tinha dinheiro, posição. Muito longe de quem morava parede e meia [...]. Quando chegava a estação das águas, uma tragédia. Meu pai nem olhava para o alto. Ignorava o desastre, enquanto eu me distraía contando o número de goteiras. Bastavam três ou quatro para arruinar aquele possível conforto doméstico [...]. Desciam rumorejantes do telhado (a coberta de duas caídas, uma para a rua e outra para o fundo do quintal...) e vinham juntar-se em receptáculo (espécie de bacia) [...].¹⁸²

De uma forma geral e panorâmica, a cidade que se queria verticalizada parecia estar circunscrita a área central, materializada em não muitos prédios quando comparados com a imensidão de construções de um só pavimento que tinham como principal elemento de base a taipa. Todavia, o que queremos chamar atenção nesse processo é a participação das mulheres. Assim, fossem em negociações que envolviam prédios mais suntuosos, como naquelas em que eram contratados os serviços dos empreiteiros, ou mesmo em transações que tratavam de terrenos ou casas mais modestas, a presença das mulheres se dava de forma ativa.

De certo o envolvimento nesses negócios nem sempre gerava benefícios e retornos. Muitas vezes, a falta de experiência comercial ou mesmo alguma necessidade financeira mais imediata poderia provocar prejuízos para aquelas que deles participavam.

¹⁸¹ CAMPOS, Eduardo. *O inventário do cotidiano* (breve memória da cidade de Fortaleza). Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza/PMF, 1996. De acordo com Nestor Goulart, o telhado de Marselha juntamente com os tijolos representavam a sofisticação arquitetônica possível por intermédio da mecanização da produção dos materiais de construção. Ver: REIS FILHO, Nestor Goulart. Op. Cit..

¹⁸² Id. *Ibidem.*, p. 59 e 60.

Isso ocorreu com Maria Achilles da Silva que, comprando um terreno com uma casa de taipa e telha na Rua José Lourenço, pelo valor de 400\$000, acabou vendendo-o quatro anos depois, em 1928, pela metade do valor investido inicialmente.¹⁸³

Todavia, essa não era uma constante. O número de mulheres que conseguia tirar algum benefício desse comércio de imóveis e terras era expressivo. Fossem em grandes negociações ou em pequenas transações, na maior parte das vezes as transações geradas por elas traziam retorno. Para tanto, criavam estratégias, estabeleciam laços de solidariedade entre si, se serviam e, ao mesmo tempo, burlavam a lei, e em alguns casos impunham e cobravam respeito social mediante seus poderes econômicos além de tomarem diversas outras ações que parecem ter engendrado relações de gênero diferenciadas com as suas maiores participações no âmbito público, na esfera dos negócios de imóveis e terras. Algumas delas se constituíam como importantes negociantes e apresentavam-se com destaque na cena social.

2.2 O significado e a força das mulheres negociantes: o imóvel como moeda

As experiências das mulheres negociantes até aqui assinaladas tornam-se ainda mais intrigantes quando contrastadas com a legislação da época. Conforme assinalamos na primeira parte desse trabalho, a lei máxima do país, expressa no documento constitucional de 1891, indicava a mulher como um ser inferior ao classificá-la como incapaz e inativa. Como parâmetro legislativo, esse documento servia de plataforma para a feitura de outros textos legislativos tal como o Código Civil de 1916, que refinava e especificava ainda mais aspectos peculiares sobre as mulheres e os homens. No âmbito familiar, sobretudo, elas

¹⁸³ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Livro 14, p. 51, 1924 e Caixa 04, Livro 18, p. 17, 1928.

apareciam como dependentes jurídica e socialmente dos maridos, endossando seus aspectos de cidadãos incapazes:

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos. Art. 240. A mulher, com o casamento, assume a condição de companheira, consorte e colaboradora do marido nos encargos da família, cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta.¹⁸⁴

Dessa forma, ao reiterar os regramentos da Constituição, o Código Civil acabava delineando papéis sociais sexuados. Cabendo ao homem o espaço público, de labor externo para provimento da família, restava à mulher a responsabilidade pelo zelo moral desta, ficando com seu espaço de atuação circunscrito ao ambiente doméstico.

O domínio legal dos homens sobre as mulheres era definido ainda pela concepção do “pátrio poder”. De maneira específica, esse dispositivo representava a sujeição dos filhos (as) aos pais e as mães ficando, contudo, o seu exercício por conta do indivíduo do sexo masculino respeitando, assim, a hierarquia no âmbito familiar. De forma geral, a idéia era que as mulheres se mantivessem submissas aos pais ou, na falta desses, aos irmãos e, posteriormente, aos maridos:

Art. 379. Os filhos legítimos, os legitimados, os legalmente reconhecidos e os adotivos estão sujeitos ao pátrio poder, enquanto menores. Art. 380. Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. [...] Divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai [...].¹⁸⁵

Assim, os direitos e deveres assumiam colorações específicas conforme o sexo. Buscava-se significar as relações de gênero de maneira singular na medida em que os homens tinham privilégios tanto na vida conjugal como no âmbito social de maneira mais ampla ao serem comparados com as mulheres o que, todavia, na prática não representava uma total e verdadeira

¹⁸⁴ Código Civil de 1916. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1721.

¹⁸⁵ Código Civil de 1916. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1743.

submissão. Na sociedade fortalezense dos decênios de 1920 e 30, os aspectos econômicos, sobretudo, pareciam proporcionar outras formas de relacionamento, outros aspectos no âmbito do gênero.

Numa perspectiva de cotejamento dessas leis com as práticas sociais, enfatizamos mais uma vez a importância das escrituras comerciais da cidade que, como vimos, nos permitem compreender mais detidamente o desenvolvimento material da cidade e, também, as relações estabelecidas entre mulheres e homens através de negociações, tais como a compra, venda, aluguel e hipoteca de imóveis, onde aquelas aparecem em espaços e eventos tidos como exclusivamente do domínio masculino, rompendo hierarquias e apontando outros modos de vida.

Assim, nos foi possível ter uma visão panorâmica da cidade e sobre as peculiaridades do seu processo de expansão. O rastreamento do aumento no número de imóveis negociados entre os decênios de 1920 e, sobretudo, de 1930 nos possibilitou compreender o alargamento espacial da cidade e da concomitante ocupação de regiões mais afastadas do centro fortalezense, sendo de fundamental importância a participação das mulheres neste processo.

Das 4.877 escrituras encontradas em duas décadas, 3.868 (79%) estavam concentradas nos anos 30 reiterando as informações que apontam esta década como uma marca da expansão da cidade. Dentre elas, 1.590 registraram de alguma forma a participação de mulheres remetendo as 1.831 que realizaram algum tipo de contrato comercial imobiliário no período, perfazendo o total de 32,6% dos negócios realizados:¹⁸⁶

¹⁸⁶ A diferença entre o número de registros envolvendo mulheres (1.590) e o número efetivo de mulheres participantes (1.831) explica-se pelo fato de também ocorrerem negócios somente entre as mulheres, isto é, quando elas compravam e vendiam simultaneamente, duplicando a participação nos registros.

Tabela 02				
Análise Geral das escrituras e do número de entradas				
Período	1920	1930	Total	%
Número de escrituras	1009	3868	4877	100
Número de escrituras envolvendo homens	706	2581	3287	67,4
Número de escrituras envolvendo mulheres	303	1287	1590	32,6
Total de entradas nos registros ¹⁸⁷	2018	7014	9032	100
Número de entradas com homens	1678	5523	7201	79,7
Número de entradas com mulheres	340	1491	1831	20,3
- Solteiras			303	16,5
- Casadas			192	10,5
- Viúvas			595	32,5
- Não informadas			741	40,5

Fonte: APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, 1920-40.

Mesmo sendo mais numerosa a participação dos homens nesses tipos de negócios a presença das mulheres tinha grande destaque. Experiências que apontavam para a disparidade existente entre o perfil feminino delineado nos códigos legislativos, jornais e outros escritos de época e a real forma de vida dessas mulheres que configuravam múltiplas relações sociais.

A fim de percebermos a movimentação mais ampla das mulheres, um elemento que nos pareceu viável e interessante, foi o agrupamento e sistematização dos seus modos de participação no mercado de imóveis. Ao evidenciarmos que muitas proprietárias realizavam seus negócios através de heranças recebidas, realizamos uma tipificação a partir da caracterização comprador e vendedor. Pudemos, então, observar certa paridade com baixa variação entre o número de compradoras e vendedoras. Além disso, notamos que o negócio imobiliário, para muitas dessas mulheres, poderia significar um ofício ao qual elas se dedicavam de modo efetivo, buscando seus sustentos, mas também ampliando suas riquezas:

¹⁸⁷ Estamos chamando de “entrada” à referência feita aos sujeitos envolvidos nas negociações. Assim, das 9.032 entradas, 7.201 eram referentes a homens, enquanto que 1.831 a mulheres.

Tabela 03 Média de mulheres compradoras e vendedoras					
	1920-25	1926-30	1931-35	1936-40	Total
Vendedoras	102	93	203	496	894
Compradoras	85	101	207	544	937

Fonte: APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, 1920-40.

A leitura minuciosa desses documentos nos permitiu compreender, também, que longe de estarem apenas vendendo as heranças que lhes eram deixadas ou as posses adquiridas, como no caso da viúva Joana de Moraes Lima, visto anteriormente, significativa parcela dessas mulheres impetrava comércio, ampliava seus bens materiais e alcançava posições de destaque nesse meio.

Para algumas delas, o negócio imobiliário poderia significar um verdadeiro ofício de onde tiravam seus sustentos, mas também por meio do qual poderiam ampliar suas riquezas. Nessa perspectiva, dentre as 1.590 escrituras apontadas na Tabela 02, encontramos um grupo de 210 mulheres que participaram de mais de uma negociação atuando de forma efetiva e, às vezes rotineira, no mercado imobiliário.

Outro importante aspecto percebido para esse período e dentro desse processo girou em torno do estado civil das mulheres envolvidas. De maneira ampla, a partir da construção da Tabela 02 nos foi possível entender e apontar as mudanças mediante o agrupamento dos dois decênios, em que as mulheres solteiras, casadas e viúvas apareciam na proporção respectiva de 16,5%, 10,5% e 28,5%.¹⁸⁸

A majoritária presença de mulheres viúvas na negociação imobiliária foi uma constante por todo o período abordado (Ver Tabela 04). Mesmo na escala mais elementar, isto é, quando tomados os anos separadamente, em nenhum período as mulheres solteiras e casadas superaram em número a participação das

¹⁸⁸ É importante salientarmos o elevado número de mulheres negociantes que não tiveram o estado civil revelado, resultando em 40,5% das escrituras analisadas.

viúvas, as quais apareciam pessoalmente ou através de seus procuradores negociando os bens imóveis deixados por seus falecidos maridos, por seus pais e mães ou mesmo por outros parentes.¹⁸⁹ Assim, a situação de uma ausência masculina, nesses casos o marido, parecia resultar em um aumento da participação das mulheres no âmbito cartorial.

Contudo, nem sempre era a lacuna deixada pelo esposo que possibilitava o acesso delas a esses espaços. A porcentagem de 10,5% de senhoras casadas apontou para relações matrimoniais distintas daquelas sugeridas pelo Código de 1916, em que o marido era responsável por administrar os bens do casal (vide Tabela 02). Em muitos desses casos as mulheres agiam livremente sem precisar da anuência do esposo, negociando seus bens a revelia do cônjuge.

Na grande maioria dos registros os maridos sequer acompanhavam suas esposas ao cartório e, quando isso ocorria, atuavam como simples testemunhas: das 192 negociações realizadas por mulheres casadas, apenas três tiveram que pedir o consentimento do marido,¹⁹⁰ outras 22 senhoras foram acompanhadas por seus cônjuges fazendo-os de testemunhas, enquanto que 167 realizaram comércio sem qualquer intervenção de seus maridos.

Assim, mesmo que os 22 eventos, em que as mulheres tiveram a companhia dos seus maridos como testemunhas, sinalizassem na realidade espécies de arranjos nos quais as mulheres tinham seus imóveis negociados conforme a vontade do cônjuge, o elevado número de 167 registros sem qualquer

¹⁸⁹ Os procuradores, homens ou mulheres, eram espécies de despachantes que cuidavam dos negócios de seus clientes, representando-os nos cartórios e em outras instâncias. Assim, muitas vezes, eram contratados para a resolução de problemas de caráter burocrático, como a compra, venda e aluguel de imóveis. Alguns proprietários e proprietárias acumulavam essa função, como no caso de José Monteiro Filho, Manoel Satiro, Elvira Pinho, Júlia Amaral e Raquel Amaral.

¹⁹⁰ Como exemplo, podemos apontar a venda realizada por Ana Ferreira Costa em março de 1930: "Dizemos nós abaixo assinados Anna Ferreira Costa, com o consentimento de meu marido, João José Vieira da Costa [...] vendemos um terreno com 40 palmos de frente ao senhor José Cancio de Araújo" (grifo nosso). APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 05, livro 20, p. 17.

intervenção dos homens nos sugere uma possível e importante independência das mulheres na condução e disposição de seus bens materiais, principalmente quando atentamos para as disposições do Código Civil de 1916, que de acordo com Teresa Cristina de Novaes Marques:

[...]representou um verdadeiro obstáculo para a afirmação das mulheres, particularmente as casadas, como cidadãs autônomas, capazes de valer a sua vontade e de acionar a Justiça para defender os seus direitos. [...] No que diz respeito às mulheres casadas, o código de 1916 não tinha nada de moderno.¹⁹¹

A autonomia das fortalezenses possivelmente estava interligada ao fato de muitos pais e mães estabelecerem como cláusula, ao deixarem suas heranças, a independência dos bens das filhas frente ao marido que, assim, era imobilizado diante do testamento familiar. Isso pôde ser evidenciado, por exemplo, no testamento de Dona Jesuína Lima Vieira, a qual, em 1919, deixou todo o seu patrimônio para suas duas filhas Anna e Hilda, com as devidas ressalvas:

Declarou mais a testadora que os bens legados não farão parte da comunhão de bens do casal da legatária sua filha Anna, e nem da outra legatária sua filha Hilda quando vier a casar, permanecerão sempre inalienáveis, cabendo-lhes o usufruto, e por morte das legatárias passarão a seus legítimos herdeiros. As propriedades alugadas não poderão ser vendidas, doadas, permutadas, hypothecadas, ou alheias por outro qualquer título ou forma, e bem assim não serão penhoradas e nem sujeitos por dívidas ainda mesmo contrahidas pelas próprias legatárias (Grifo nosso).¹⁹²

Embora os bens recebidos fossem inalienáveis, Dona Jesuína deixou para as filhas a possibilidade de participação no comércio imobiliário, mediante a locação dos imóveis. Sua preocupação girava em torno do futuro bem estar de duas de suas três filhas ao referir-se a casada Anna e a solteira Hilda. Mesmo possuindo outros dois herdeiros homens (Antonio e Herculano

¹⁹¹ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes Marques. A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo. *Textos de História*, Brasília, v. 12, n. 1/2, p. 127-144, 2004, p. 141.

¹⁹² APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 02, livro 08, p. 16., 1926.

Pereira da Silva), esses não tiveram qualquer benefício na partilha dos bens. Nesse caso, em específico, é importante mencionarmos ainda que Dona Jesuína comprou a parte da herança que cabia a Antonio Pereira (parcela de uma casa), oito anos antes da feitura de seu testamento, deixando tal aquisição para Hilda, que com ela residia.¹⁹³

As descendentes dessa senhora eram beneficiadas de acordo com o estado civil e a proximidade em relação à mãe. Hilda, a filha solteira que morava e cuidava de Dona Jesuína, recebeu três casas de herança, enquanto Anna, casada, ficou com a posse de uma casa, não restando quaisquer outros bens para a filha Albertina (também casada) e os filhos Antonio e Herculano. Assim, mesmo que essas atitudes fossem fomentadas pela percepção das mães de verem as filhas mulheres como mais frágeis, o que ocorria era uma beneficiação delas diante da distribuição dos bens possibilitando ascensão econômica e, provavelmente, uma maior independência em relação aos seus maridos ou em relação aos futuros cônjuges.

Na primeira perspectiva parecia se enquadrar a história de vida de outra senhora chamada Vicentina Rocha Soares. Possuindo uma “[...] casa de taipa e telha havida de herança deixada por sua mãe”¹⁹⁴, esse mulher compareceu ao Cartório Ponte com seu marido Nelson Barros Villela em dezembro de 1930, para oficializar a venda de tal imóvel. Nessa ocasião o marido figurou apenas como testemunha da venda realizada por sua mulher, não sendo necessária a forma de autorização tratada no artigo 243 do Código Civil em que “A autorização do marido pode ser geral ou especial, mas deve constar de instrumento público ou particular previamente autenticado”. Nesse evento, sem a restrição da inalienação, Vicentina negociava livremente o seu imóvel havido por herança. Um exemplo de solidariedade estabelecida entre mulheres (nesse caso mãe e filha) que possibilitou a Vicentina um

¹⁹³ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 02, Livro 08, p. 16.

¹⁹⁴ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 05, livro 20, p. 122.

comportamento diferenciado daquele tido como ideal, além de certa independência diante do esposo.

Às vezes o comportamento relativamente autônomo de algumas mulheres solteiras poderia continuar mesmo depois do casamento expresso no âmbito das negociações envolvendo terras e imóveis. Isso ocorria com Josefa Ferreira Lima. Enquanto solteira essa mulher gerenciava autonomamente seu capital financeiro, como nos momentos em que adquiriu um terreno na Rua Adolfo Hebler, no ano de 1936, e uma casa de taipa e telha na Praça do Cristo Redentor, em 1938, pela quantia total de 1:800\$000. Mesmo contraindo matrimônio, essa senhora não interrompeu suas atividades comerciais, tanto que em 1939, vendeu um lote no Parque Coqueirinho sem a presença ou mesmo anuência do esposo.¹⁹⁵

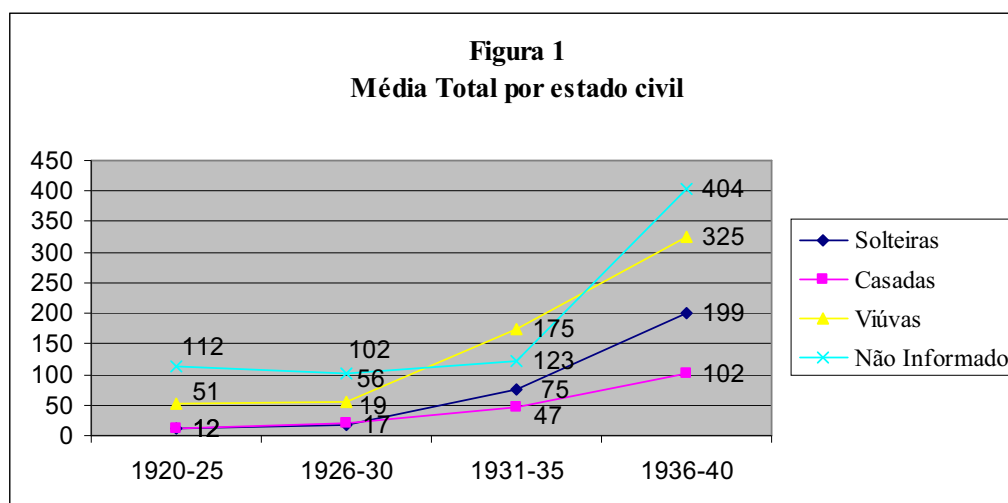
As relações diferenciadas estabelecida entre pais e filhos (as) e, sobretudo, entre mães e filhas no momento de transmissão da herança, proporcionando um maior acesso das descendentes mulheres aos bens materiais das famílias, parece ter possibilitado mudanças nas formas dessas mulheres conduzirem suas vidas, tal como a percepção em torno do matrimônio. Se, por muito tempo, o casamento significou uma das poucas opções de vida para as jovens moças, aquecendo o “mercado matrimonialista” de Fortaleza de 1920 e 30,¹⁹⁶ a transmissão direta das posses para as filhas herdeiras, com restrições de acesso, caso estas se casassem, possivelmente viabilizou a inserção das jovens solteiras nos negócios imobiliários com um gradativo e importante aumento de suas participações no decorrer dos anos:

¹⁹⁵ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 08, Livro 32, p. 125, 1936, Livro 35, p. 204, 1938 e Caixa 10, Livro 37, p. 261, 1939.

¹⁹⁶ SOUSA, Noélia Alves de. *A liberdade é vermelha?* Um estudo da violência contra as mulheres nas décadas de 20 e 30 do século XIX. São Paulo, 1997. 253 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP.

Tabela 04					
Média Total de mulheres considerando o estado civil					
	1920-25	1926-30	1931-35	1936-40	Total
Solteiras	12	17	75	199	303
Casadas	12	19	47	102	180
Viúvas	51	56	175	325	607
Não Informado	112	102	123	404	741
TOTAL	187	194	420	1030	1831

Fonte: APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, 1920-40.



Fonte: APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, 1920-40.

Ao indicarmos o incipiente mercado de imóveis como parâmetro de análise, podemos assinalar que essa inserção aconteceu principalmente na década de 1930, com especial atenção para o segundo quinquênio. De forma geral, foi nesse momento que o comércio de terras e imóveis sofreu um inédito acréscimo, refletindo o aumento populacional e a ampliação dos lugares ocupados na cidade (Ver Tabela 02). Assim, tomados os dois decênios em conjunto, os anos de 1930, foram responsáveis por 79% das transações efetivadas o que foi acompanhado fielmente por um aumento da participação de mulheres na mesma proporção: dos 1.831 registros de escrituras com a presença de mulheres negociantes, 1.450, isto é, 79% ocorreram nesse mesmo período.

Em meio a essas transformações, o poder financeiro-aquisitivo alcançado por muitas negociantes esteve em constante ascensão. Mais do que um simples enriquecimento das mulheres, tal processo acabava trazendo em seu bojo importantes modificações nas relações de gênero do período, na medida em que elas dispunham livremente de terras e imóveis para negociarem e conquistarem destaque no âmbito socioeconômico, engendrando outras experiências de vida que iam além daquelas circunscritas ao âmbito do lar e da vida doméstica.

Para as mulheres solteiras, na maioria jovens, as perspectivas de vida existentes apontavam alternativas em comparação àquelas que apareciam para muitas de suas mães. Expressavam, assim, possíveis formas de emancipação social.

É nesse sentido que destacamos o aumento da participação das solteiras na atividade imobiliária: 29 na década de 1920 e 274 na década posterior. Se, nos anos de 1920, o número de moças solteiras era equivalente a cifra de senhoras casadas, no primeiro quinquênio dos anos 30, houve uma inversão desses dados seguida de uma total superação entre os anos de 1936-40 (Ver Tabela 04). Tal evento, como dito acima, provavelmente estava relacionado ao fato de pais e mães destinarem suas heranças às jovens filhas com restrições na condução de suas riquezas, o que poderia retardar o casamento e ampliar a participação das novas mulheres solteiras no incipiente comércio de imóveis.

Tais transformações certamente estavam relacionadas às mudanças materiais da cidade, ao seu desenvolvimento e expansão, mas também à ausência masculina em determinados grupos familiares que ocorria desde o século anterior e que possibilitou que as muitas mulheres viúvas criassem e tivessem relações diferentes com suas filhas, em um meio também diferenciado, como no caso de Dona Jesuína e suas herdeiras Anna e Hilda

De forma geral, a crescente presença das mulheres no ramo imobiliário também nos pareceu uma mudança de comportamentos

entre gerações. Por todo o século XIX, as suas formas de participação nesse tipo de comércio sugeriam um tímido envolvimento o que, contudo, ainda carece de uma investigação mais aprofundada. Entre os anos de 1838 e 1858, no cartório Diógenes & Martins, foram registradas 215 negociações com a presença de 38 mulheres (17,6%). Entre elas, a maior parte (25) estava vendendo suas posses, enquanto apenas 13 compravam e investiam em novos imóveis ou terrenos.¹⁹⁷

De fato a presença pública das mulheres não era um evento tão novo. De acordo com Eni de Mesquita Samara, no final do século XIX, as mulheres correspondiam a 57,2% da população fortalezense sendo responsáveis pela direção de 30% das residências, das quais 51,6% eram conduzidas por viúvas. O baixo número de homens tinha como elemento principal a migração por conta das adversidades do cotidiano “[...] fator que contribuiu para uma desestruturação dos grupos familiares e para o predomínio de mulheres na população”.¹⁹⁸ Contudo, a participação das mulheres ocorria de forma limitada e geralmente associada a funções tidas tradicionalmente como típicas do sexo feminino, tais como as lavadeiras, engomadeiras, ambulantes, entre muitas outras. Através do Censo de 1887, Samara encontrou apenas oito mulheres que se diziam proprietárias-negociantes.

Todavia, no século XX, a presença delas na cena pública se dava de forma mais enfática, numerosa e ocupando diferentes espaços em virtude de outros fatores que não fossem apenas a necessidade de sobrevivência ou a ausência dos homens no espaço familiar. Nas primeiras décadas daquela centúria lançavam-se nos novos ambientes até então ocupados predominantemente pelos homens, preenchendo as renovadas necessidades e expectativas criadas pelo desenvolvimento comercial e urbano, em uma sociedade mercadológica que pregava

¹⁹⁷ Ver Escrituras do Cartório Diógenes & Martins referentes ao século XIX. APEC, Cartório Diógenes & Martins, Escrituras, Livros 01 a 21.

¹⁹⁸ SAMARA, Eni de Mesquita (c). Op. Cit., p. 42 e 43.

a liberdade individual de opção e o direito ao desenvolvimento pessoal.

Distantes temporalmente dos momentos vivenciados pelas mulheres do século anterior, as negociantes da primeira metade do século XX, pareciam apresentar, inclusive, percepções diferentes em relação ao casamento. Entre as que se consideravam proprietárias, sobretudo, o matrimônio poderia não representar mais uma opção tão privilegiada.¹⁹⁹ Mas é evidente que isso não significava que as mulheres não cassassem mais. A escusa do matrimônio não era uma regra, visto que o próprio número de mulheres casadas também apresentou crescimento, embora em menor percentagem (Ver Tabela 04). Todavia, o substancial aumento da presença de mulheres solteiras que eram negociantes, acrescido de um formato de transmissão de herança específico em que havia restrições caso elas contraíssem núpcias, nos permitiu pensar que possivelmente houve uma inibição ou retardamento das práticas legais de casamento entre um grupo específico de mulheres que eram negociantes.

Isso implicava, inclusive, temporalidades e espacialidades distintas para esses sujeitos. Não era mais somente a esfera do lar e o tempo dos afazeres domésticos que faziam parte de suas vidas. O tempo e espaço delas era também aquele do comércio, para além dos liames da casa. Essa, longe de significar espaço de clausura e aprisionamento para as mulheres, era tida, pelas negociantes, como moeda corrente, fonte de lucros e riquezas.

Certamente o *mercado matrimonial* tinha fortes alicerces e ainda representava uma forte opção de vida para a maioria das mulheres ricas e pobres. Todavia, essa não era mais uma opção tão homogênea e singular entre as proprietárias que eram

¹⁹⁹ Essa afirmação deve ser matizada na medida em que estamos trabalhando com um grupo específico de mulheres negociantes. Assim, a escusa do matrimônio não era uma regra geral, visto que o próprio número de mulheres casadas também apresentou crescimento, embora em menor percentagem (vide Tabela 05).

solteiras. Também conhecidas como *sui júrís*,²⁰⁰ as mulheres celibatárias haviam aumentado sua presença nas negociações da cidade e, desta forma, outro mercado se tornara proeminente para elas: o mercado comercial. Como já dito, dele também participavam as viúvas e casadas. Para estes três estados civis existiam profissões variadas que, quando agrupadas, nos permitiram visualizar de forma mais detalhada que mulheres eram essas que se dedicavam a esses tipos de transações comerciais, como conduziam suas vidas, quais outras atividades exerciam e que avanços em termo de autonomia e independência engendraram.

Em sua grande maioria, as mulheres que negociavam terras e imóveis se denominavam domésticas e proprietárias, aparecendo de forma mais tímida as negociantes que se apresentavam como funcionárias públicas, profissionais do comércio e profissionais liberais. Existiam ainda, de maneira mais diminuta, as negociantes estudantes *sui júrís*, freira, costureiras, operárias e agricultoras.

Com exceção de uma única mulher que negociava e se apresentava como freira, a irmã Maria Luiz, e embora somando apenas 3,6% do total das profissões encontradas, as funcionárias públicas, comerciantes, trabalhadoras liberais, entre outras profissões relacionadas, apontavam para uma incipiente dinamização dos ofícios tidos como exclusivamente da esfera masculina (Ver Tabela 05). Assim, tal como as mulheres médicas, dentistas, farmacêuticas, donas de hotéis entre várias outras aqui assinaladas, essas trabalhadoras que impetravam registro escriturário possivelmente faziam parte de um processo crescente, ainda que lento, de acesso das mulheres a espaços e trabalhos outros que tradicionalmente eram ocupados pelos homens.

Dentre eles, mais uma vez, chamou-nos atenção o modo de participação das mulheres solteiras tomadas em contraste com

²⁰⁰ *Sui juris* - Locução latina que indica quem tem capacidade jurídica para praticar, por si, os atos da vida civil. Disponível em: < <http://www.seevissp.org.br/dic%20s.htm>>. Acesso em: 18/10/2007.

aquelas que eram casadas. Enquanto na primeira década não houve nenhum registro de mulheres celibatárias que se apresentassem como funcionárias públicas, profissionais liberais, trabalhadoras do comércio, entre outras atividades, existiam três mulheres casadas entre essas profissões. Todavia, na década seguinte o quadro sofreu uma inversão na relação estado civil-profissão: dez mulheres solteiras exerciam algumas daquelas atividades, enquanto que o número de casadas para esse mesmo grupo era apenas cinco (Ver Tabela 05). Assim, algumas dessas jovens pareciam alcançar, concomitante, um maior acesso aos bens e riquezas, ainda que de maneira incipiente, um maior espaço em âmbitos profissionais que até então lhes eram estranhos possibilitando, inclusive, que elas investissem no mercado imobiliário.

Contudo, eram as mulheres enquadradas como domésticas e proprietárias as responsáveis pelo maior volume de negociações realizadas no cartório de notas. Tomadas de formas agrupadas, respectivamente, representavam 19,12% das participações em 1920 e 45,61% em 1930. Nessas duas qualificações também ocorreu uma ampliação das mulheres solteiras em relação às casadas no segundo decênio, enquanto que a percentagem de viúvas se manteve em constante ascensão e superior aos outros estados civis durante as duas décadas, denotando a importância dessas mulheres na atividade comercial cidadina graças aos bens deixados pelos parentes, sobretudo pelos maridos (Ver Tabela 05). Senhoras que muitas vezes inferiam mudanças nas formas de se relacionarem com os homens e outras mulheres, haja vista que a algumas dessas viúvas, ou mesmo solteiras e casadas, era possível assumir posições de destaque frente aos homens no âmbito das relações comerciais e pessoais, como no caso de Pierina Rossi, por conta de suas vantagens econômicas.

Tabela 05				
Atuação das mulheres nos negócios de imóveis segundo o estado civil e profissão				
Profissão X Estado civil	Nº de mulheres 1920	% em relação ao número total de mulheres	Nº de mulheres 1930	% em relação ao número total de mulheres
Domésticas	7	2,06	291	19,52
Solteiras	1	14,29	94	32,30
Casadas	4	57,14	50	17,18
Viúvas	2	28,57	131	45,02
não informadas	0	0,00	16	5,50
Proprietárias	58	17,06	389	26,09
Solteiras	2	3,45	75	19,28
Casadas	3	5,17	33	8,48
Viúvas	43	74,14	262	67,35
não informadas	10	17,24	19	4,88
Funcionárias Públicas	1	0,29	5	0,34
Solteiras	0	0,00	3	60,00
Casadas	1	100,00	1	20,00
Viúvas	0	0,00	0	0,00
não informadas	0	0,00	1	20,00
Do comércio	3	0,88	6	0,40
Solteiras	0	0,00	1	16,67
Casadas	1	33,50	2	33,33
Viúvas	0	0,00	1	16,67
não informadas	2	66,50	2	33,33
Profissionais Liberais	1	0,29	7	0,47
Solteiras	0	0,00	1	14,29
Casadas	0	0,00	2	28,57
Viúvas	0	0,00	1	14,29
não informadas	1	100,00	3	42,86
Outros	2	0,59	5	0,34
Solteiras	0	0,00	5	100,00
Casadas	1	50,00	0	0,00
Viúvas	1	50,00	0	0,00
não informadas	0	0,00	0	0,00
Não informado	267	78,53	788	52,85
Solteiras	19	7,12	102	12,94
Casadas	15	5,62	79	10,03
Viúvas	45	16,85	109	13,83
não informadas	188	70,41	498	63,20
Total de mulheres	340	100	1491	100

Fonte: APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, 1920-40.

No intenso processo de crescimento urbano, a expansão da cidade acabava tocando os sujeitos de forma variada. De fato, existiam as que tiravam proveito desse movimento. Mas as formas de inserção das mulheres diante das transformações citadinas

eram plurais. Paralela às diferenças de gênero, as diferenças de classe também interferiam no modo como as pessoas sentiam o desenvolvimento citadino. Mesmo assim, um número expressivo de mulheres aparentemente conseguiu observar, se inserir e tirar proveito desse movimento. No grande grupo de domésticas e proprietárias estavam hipotecárias, credoras capitalistas, locatárias de imóveis e especuladoras comerciais que aumentavam suas fortunas cotidianamente.

Entre as solteiras, que se denominavam domésticas e exerciam atividades no ramo das negociações de terras e imóveis, podemos lembrar, por exemplo, a senhorinha Júlia Cavalcante e a jovem Josefa Ferreira Lima, aqui já citadas, além das duas irmãs Júlia e Raquel Amaral, Margarida de Oliveira e muitas outras.²⁰¹ Assim, existia um número relativamente expressivo de jovens solteiras que ainda se denominavam ou eram denominadas domésticas mesmo se lançando na atividade imobiliária, isto é, mesmo sendo negociantes e fazendo parte de uma geração de moças independentes que percebiam o comércio como opção de vida diante de outras perspectivas (Ver Tabela 04 e Figura 01).

Tendo em vista essa situação, em que várias eram as domésticas que exerciam comércio de imóveis, impetramos análises e problematizações sobre as considerações inerentes àquelas que eram assim qualificadas, visualizando modos de vida diferentes da idéia que o ofício de doméstica poderia implicar. Assim, para além das muretas do lar, da idéia tradicional de dona de casa, as domésticas aqui identificadas ampliaram suas ações, possivelmente implicando novos comportamentos e relações sociais. Ser doméstica, necessariamente não significava a reprodução de um estereótipo, de estar reclusa ao lar. Nos casos aqui assinalados parecia ocorrer justamente o contrário: possível liberdade em relação ao lar, visto que muitas vendiam, alugavam,

²⁰¹APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 07, Livro 26, p. 63, 1934, Caixa 09, Livro 34, p. 106, 1937, Caixa 08, Livro 33, p. 15, 1937 e Caixa 09, Livro 36, p. 124, 1938.

compravam e trocavam domicílios em experiências no espaço público.²⁰²

É válido lembrarmos que a definição em torno das profissões das envolvidas em transações de terras e imóveis não era um aspecto sólido e imutável. Às vezes acontecia de uma mulher afirmar realizar um ofício e no momento de outra negociação dizer exercer outra profissão, como no caso de Maria Terceiro de Farias Evangelista que ao comprar e vender um mesmo terreno se denominou inicialmente como doméstica e posteriormente como proprietária.²⁰³ Cabia aos escrivães a tarefa de registrar a opção de profissão assinalada pelos envolvidos nas negociações, sendo a função de proprietário (a) reconhecida por eles como aquela em que o sujeito possuía terras e imóveis e os dispunha em uma perspectiva comercial.

Dessa forma, era sobre este segundo aspecto, qualificado pelos notários como ofício, que recaíam as principais transações comerciais e os maiores benefícios, independente do estado civil das mulheres que estavam envolvidas. Assim, podemos citar os casos das proprietárias Dona Cândida de Moraes e sua filha Alice Cândida de Moraes onde ambas eram locadoras de imóveis no centro da capital cearense.

Na condição de solteira, maior e *sui júrís*, Alice Cândida de Moraes integrava a geração de mulheres solteiras independentes e se anunciava não como doméstica, mas como proprietária. Alugou ao comerciante sírio Wadih Ady (representante e sócio da empresa Amim Ary & Filhos) um prédio de sua propriedade, estimado em 10:000\$000, localizado na Praça Capistrano de Abreu, nº 127, com duas portas de frente, pela temporada de um ano à quantia mensal de 160\$000.²⁰⁴

²⁰² Nas fontes cartoriais, majoritariamente, o termo “doméstica” remetia a situação de “dona de casa”. Contudo, no caso de mulheres mais pobres, também poderia indicar a profissão de empregada doméstica. Nos casos aqui analisados a primeira interpretação parece mais coerente em virtude da posição socioeconômica das negociantes.

²⁰³ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 09, Livro 34, p. 44, 1937 e Caixa 09, Livro 36, p. 7, 1938.

²⁰⁴ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Públicas, livro 18, p. 30 e 30v, 1933.

Já a sua mãe, Dona Cândida de Moraes, viúva, em 04/08/1933, seis dias antes, havia alugado um prédio sobrado no valor de 56:000\$000, também localizado em pleno centro da cidade, por um período de quatro anos pela quantia mensal de 600\$000 que deveriam ser pagos pelos locadores Doutores Américo Picanço (cirurgião dentista) e José Ramalho de Alarcor e Santiago (farmacêutico):

Escritura de contrato e locação que entre si fazem e assinam de um lado, como outorgante locadora Dona Candida de Moraes, e de outro lado como outorgados os Drs. Américo Picanço e José Ramalho de Alarcor e Santiago [referente ao] prédio sobrado, sito à Rua Major Facundo, nº 173, nesta cidade, com todas as suas dependências, pela qual a outorgante dá em locação aos outorgados o mencionado imóvel, observadas as cláusulas e condições seguintes: 1- O prazo de arrendamento é de quatro (4) anos [...]. 2- A renda mensal é de seiscentos mil réis (600\$000), cujo pagamento será feito dentro dos cinco primeiros dias do mês seguinte ao vencido, à proprietária, em sua residência, à rua São Paulo nº 5, nesta cidade. A simples falta desse pagamento na época fixada, por si só constituirá a mora independente de qualquer interpelação judicial ou aviso extrajudicial e só por força do presente contrato. 3- Os locatários [...], obrigam-se a pagar, durante o prazo deste contrato, à proprietária [...], não só todos os impostos estaduais, municipais, prêmio de seguro contra fogo do prédio locado no valor de cinquenta e seis contos de réis (56:000\$000), assim como qualquer outro imposto que, para o futuro, venha a recair sobre o aludido prédio [...].²⁰⁵

Dessa maneira, essas duas mulheres tiravam proveito da especulação imobiliária e da valorização do centro em termos comerciais através da locação de seus imóveis o que lhes gerava boas rendas mensais e possibilidade de aumento de suas riquezas materiais.

Dentro das formas de negociação outra maneira de lucratividade eram os empréstimos com garantia de hipoteca de bens, aonde também atuou Dona Cândida de Moraes. Em uma única negociação essa senhora emprestou a quatro irmãs da família Burlamaque a elevada quantia de 60:000\$000 que deveria

²⁰⁵ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Públicas, livro 18, p. 23 e 24, 1933.

ser paga em doze prestações de 5:000\$000, acrescidos os juros de 10%, em um período de um ano. Como garantia, as irmãs hipotecaram dois sobrados que possuíam na Rua Barão do Rio Branco, n.º 220, 222 e 227.²⁰⁶

Mas existiam ainda formas mais expressivas para obtenção de benefícios e lucros no mercado imobiliário que tornavam o ofício de proprietário e negociante mais atrativo e com maior reconhecimento social. Para este grupo existiam proeminentes diferenças e peculiaridades que lhes conferia imensos poderes quando comparado a outros ofícios. Estamos nos referindo aos dispositivos de enfiteuse e laudêmio, que o Código Civil de 1916, assim regia:

Art. 678. Dá-se a enfiteuse, aforamento, ou empraçamento, quando por ato entre vivos, ou de última vontade, o proprietário atribui a outrem o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa, que o adquire, e assim se constitui enfiteuta, ao senhorio direto uma pensão ou foro, anual, certo e invariável. Art. 679. O contrato de enfiteuse é perpétuo. A enfiteuse por tempo limitado considera-se arrendamento, e como tal se rege. Art. 683. O enfiteuta, ou foreiro, não pode vender nem dar em pagamento o domínio útil, sem prévio aviso ao senhorio direto, para que este exerça o direito de opção; [...] (grifo nosso).²⁰⁷

A enfiteuse, tal como o aforamento, era uma condição vitalícia de exploração da terra tomada sob o pagamento anual de uma taxa definida entre as partes: o enfiteuta e o senhorio direto. O contrato podia ainda assumir variações, como o acordo de subenfiteuse em que o enfitêutico fazia uma espécie realocação da terra para outrem. Nesse caso, era obrigatória a liquidação do laudêmio, outra taxa que não era imposto, mas era pago todas as vezes que o domínio útil da terra, adquirido em enfiteuse ou subenfiteuse, fosse transferido. Extintos pela legislação atual, estas contribuições aqueciam o mercado imobiliário local e aumentavam as riquezas de muitos proprietários e proprietárias.

²⁰⁶ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Públicas, livro 18, p. 49 e 50.

²⁰⁷ *Código Civil de 1916*. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1788 e 1789.

Para entendermos melhor essa prática, sua importância e a força que conferia às mulheres proprietárias, podemos citar as experiências comerciais de Dona Noemi Monte Quixadá. Inserida no importante grupo de viúvas negociantes (Ver Tabela 04 e Figura 01), essa senhora herdou do seu marido Adolfo Quixadá, falecido em 1916, um vasto domínio de terras para administrar sendo a maior parte delas situadas no Cocó, Meireles, Guajirú e Aldeota, área norte e leste da cidade, hoje área nobre (Ver Imagem 05). Ademais, Dona Noemi comprou e vendeu terrenos e casas, foi credora de inúmeras hipotecas, comprou dívidas de segundos e terceiros, nomeou e acionou procuradores, entre outras ações.

Dentre os seus inúmeros negócios, podemos citar a venda de um terreno ocorrida no ano de 1931, localizado na Rua Monsenhor Bruno de Figueiredo, realizada por Glória Sebastiana Dantas ao comprador José Aarão Cisne, pela quantia de 200\$000:

[...] terreno havido por subenfitense a D. Noemi Quixadá, medindo o dito terreno 75 palmos de frente por fundo de 250 palmos, extremando ao norte com a Estrada Joaquim Alves, ao leste com a rua Mons. Bruno, ao sul com o lote 15 A do quarteirão G. da planta levantada em março de 1926, pelo Dr. Plínio Perdigão, estando o dito terreno compreendido nos lotes 2 e 3 do quarteirão F da dita planta: vende o dito terreno ao segundo contratante pelo preço e quantia exata de 200\$000 (...), todo domínio útil, posse razão, direito e servidão que tinha no aludido terreno, que fica sendo de hoje para diante, ao referido segundo contratante, que só ficará obrigado o foro de oitenta reis por palmo de frente anualmente, a Dona Noemi Monte Quixadá, estando os foros do ano corrente já pago (Grifo nosso).²⁰⁸

Mesmo não participando de forma direta da negociação, Dona Noemi era citada. A venda realizada no valor de 200\$000 correspondia tão somente ao domínio útil da terra e não ao domínio direto. Quem detinha essa condição era outra pessoa, a qual Dona Noemi Monte Quixadá estabeleceu contrato. Dona Glória se tornara subenfitêutica em relação à Dona Noemi

²⁰⁸ APEC, Cartório Ponte, Escrituras particulares, Caixa 05, Livro 21, p. 34, 1931.

Quixadá, que havia tomado esse terreno de outrem, na condição de enfiteuta e que, por isso, era referendada na escritura.

O que ocorreu nesse caso foi uma espécie de realocação da terra. Dona Noemi Quixadá receberia anualmente o valor de 6\$000 como enfiteuta de toda a terra, tendo que pagar uma contribuição, também anual, ao senhorio direto da terra, o qual não foi citado na escritura, mas que recebia do comprador o laudêmio de 2,5%, conforme estabelecia a legislação:

Sempre que se realizar a transferência do domínio útil, por venda ou dação em pagamento, o senhorio direto, que não usar da opção, terá direito de receber do alienante o laudêmio, que será de 2,5% (dois e meio por cento) sobre o preço da alienação, se outro não se tiver fixado no título de aforamento.²⁰⁹

Embora, o laudêmio fosse uma taxa paga direta ao senhorio direto, a legislação abria margem para a fixação de adicionais que poderiam ser atribuídos e recebidos pelos enfiteuticista (a) e subenfiteuticista (a). Isso pôde ser visualizado, por exemplo, em outras transações como aquela realizada pela professora viúva e aposentada Hortência de Alencar que vendeu um terreno com “[...] 50 palmos de frente por fundo de meio quarteirão adquirido por compra a Dona Noemi Monte Quixadá, que lhes deu em subenfiteuse o lote 17, quarteirão H, extremado ao leste com a Rua Monsenhor Bruno”. A compradora, Maria Ambrosina de Oliveira, além de ter pagado 100\$000 deveria cumprir ainda a cláusula “c” do contrato: “O laudêmio, em casos devidos, será a taxa de três por cento (3%)”.²¹⁰

Assim, o que estava acontecendo era uma forma de sobretaxação efetuada pela enfiteuticista com fins lucrativos: além dos 2,5% pagos ao senhorio direto pela compra do domínio útil da terra, dos 10% de impostos referentes à transmissão da terra remetidos à Prefeitura e dos impostos expressos nas estampilhas (selos) federais e estaduais para contribuição à saúde e educação,

²⁰⁹ *Código Civil de 1916*. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1789.

²¹⁰ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 08, Livro 31, p. 67, 1936.

Dona Maria Ambrosina teria que pagar ainda a Noemi Monte Quixadá os valores de 0,5% referentes ao valor total da compra.

Utilizando-se da própria legislação, essa senhora empregava práticas legais desenvolvendo atividades lucrativas com base na venda da terra. Pelo laudêmio, mesmo não sendo dona direta da terra, recebia a quantia de \$500 associados à venda da terra e enquanto subenfitêutica lucrava 4\$000 anuais, referentes à \$80 réis por cada palmo de frente do terreno, denotando, assim, a dimensão e a importância socioeconômica do significado de ser proprietária na Fortaleza dos anos de 1920 e 30.

Em outra venda, realizada diretamente por Dona Noemi, o laudêmio estabelecido por ela era, inclusive, superior àquele pago ao senhorio da terra. Enquanto que este receberia os 2,5% estabelecidos na legislação, aquela senhora arrecadaria 3% cada vez que o terreno fosse vendido. Tratava-se da venda de um terreno medindo 33 palmos de frente por 250 palmos de fundo de terra, localizado na Rua Carlos Vasconcelos, que foi adquirido pelo vendedor ambulante Sebastião N. da Silva.²¹¹

Essas negociações concentradas na região leste e norte da cidade estavam em concordância com o processo de expansão citadino aqui referendado. Ao receber terras de seu falecido marido em 1916, foi apenas na década de 1920 que essa senhora contratou um engenheiro para esquadrihar os seus terrenos. De forma semelhante aos donos (as) das vilas e sítios, tornou-os loteamentos rentáveis a partir de 1926, mas, de maneira diferenciada, não erigiu uma vila visto o dispositivo no Código Municipal que proibia esses tipos de construção no perímetro urbano, ainda que a Aldeota e regiões circunscritas não apresentassem fortes aspectos de aparelhamento urbano e embora a lógica adotada por ela para dividir e vender a terra fosse bastante semelhante a das vilas.

²¹¹ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 09, Livro 34, p. 194, 1937.

Nessa perspectiva, Dona Noemi parecia estar atenta ao incipiente processo de valorização e dinamização daquela região obtendo benefícios com as transações efetivadas, tal como fizeram outras duas negociantes aqui apontadas, Luiza Montenegro Leite da Luz e Elisa da Fonseca Mota, ainda que de forma mais tímida em relação à Noemi.

Como importante e destacada proprietária e negociante, Noemi Quixadá lucrava com a venda dos domínios úteis das terras, com os contratos de subenfitense e ainda com os laudêmios cobrados que, mesmo envolvendo pequenas somas, eram na maior parte das vezes taxações perpétuas e, quando tomadas em conjunto acrescidas dos numerosos terrenos que ela possuía, significavam valores elevados.

Administrando pessoalmente seus bens, agiu também como uma importante credora em Fortaleza e não restringiu seu espaço de atuação a região norte e leste da cidade. Tanto assim o era que no breve intervalo de vinte meses (setembro de 1927 a abril de 1929) ela foi credora de 12 hipotecas,²¹² nas quais os hipotecantes deram seus imóveis em garantia de cumprimento do contrato, como no caso de Francisco Faustino da Silva que tomou emprestado 14:000\$000 e deu como fiança uma “[...] casa de tijolo com 83 palmos de frente e 500 de fundo, um quarto para comércio e mais quatro casas de taipa e telha com muros e cacimbas [...] pagando os juros de 1 e 1/2% com o prazo de três anos para quitação”.²¹³

Percebemos que a área de atuação dessas negociações era plural. No total, ao emprestar o exorbitante valor de 61:000\$000 nas hipotecas citadas acima, ela adquiriria, caso não fossem sanadas as dívidas, oito bens no centro da cidade, um no Benfica, um em Porangaba e dois na Aldeota, totalizando dez casas, um terreno, um prédio e dois chalés.

Suas transações muitas vezes envolviam ainda importantes proprietários (as) que atuavam no espaço da cidade. Dentre os

²¹² APEC, Cartório Ponte, Escrituras Públicas, Livros 7 a 10.

²¹³ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Públicas, Livro 7, p. 53.

contratos comerciais relevantes podemos citar a compra de um terreno localizado na Rua Demosthenes Rockert (continuação da Guilherme Rocha) pela quantia de 500\$000. Tal propriedade pertencia a Maria Amélia Pinheiro, mas era foreira aos herdeiros (as) da família Braga Torres, importantes negociantes proprietários (as) que dispunham de muitas terras na região centro-oeste da cidade, tais como no perímetro da Avenida Imperador, Rua Padre Mororó, Travessa do Cemitério e, sobretudo, em áreas do Jacarecanga no Morro do Croatá, Pirambú e Arraial Moura Brasil, onde até hoje conserva-se uma rua com o nome de Braga Torres²¹⁴ e se faz referência a terras foreiras a essa família.²¹⁵

Dona Noemi também realizou negociações com José Monteiro Filho e Manoel Satiro, importantes proprietários que dentre várias transações constituíram vilas ao sul da cidade.²¹⁶ A este último foram cedidos aforamentos, no qual aquela senhora dispôs um terreno medindo 500 palmos de frente e fundos correspondentes pela quantia de \$200 por cada palmo de terra, equivalendo a 10\$000 anuais.²¹⁷

Sua atenção para a venda, a compra e concessão de créditos por meio de hipotecas era seguida de uma vigília sobre os rumos que as negociações poderiam tomar. Nesse sentido, não deixava de executar letras comerciais vencidas nem de acionar os meios legais caso houvesse quaisquer problemas com as negociações estabelecidas.

Foi assim, que em março de 1939, ela procurou o escritório de advocacia dos Doutores Sudá de Andrade e Antonio de Barros a fim de impetrar uma ação por conta do “comisso” de Esmerindo da

²¹⁴ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 04, Livro 17, p. 155, 1927.

²¹⁵ Estamos nos referindo a um leilão público de um terreno localizado na Av. do Imperador medindo 1.040, 60 m² e avaliado em R\$ 250.000 que foi realizado em segunda praça no dia 29/04/2008. Trata-se do espólio de Francisco Martins de Moraes foreiro ao patrimônio da família Braga Torres. Tribunal de Justiça do Ceará, 6º Vara Civil da Comarca de Fortaleza, Processo n.º: 2000.0138.0145-8, 2008. Disponível em: http://www.tj.ce.gov.br/forum_clovis/pdf/procedimento_hasta_publica_20080415_e_20080429.pdf. Acesso em 20/10/2008.

²¹⁶ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 05, Livro 20, p. 107, 1930.

²¹⁷ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 04, Livro 17, p. 101, 1928.

Cunha Araújo.²¹⁸ Este senhor havia contraído em sub-aforamento um terreno medindo 50 palmos de frente por 250 de fundo correspondente ao lote n° 8, do quarteirão D, na Rua Barão de Aracati, pertencente à Dona Noemi. Ao deixar de pagar as taxações desde 1934, o senhor Esmerindo abria a possibilidade da proprietária acionar a Justiça, requisitar a desocupação da terra e solicitar a cobrança dos valores atrasadas:

Requer a suplicante, [...] a citação do Sr. Esmerindo da Cunha Araújo e sua mulher, se casado for, residentes nesta cidade, para, na primeira ordinária desse juízo seguinte à citação, ver-selhe (sic) propor competente ação sumária de comisso, para o fim de ser o dito sub-aforamento declarado extinto, consolidando-se, desta maneira, o domínio direto bem como o domínio útil, para passar o prédio aforado a suplicante em plena propriedade. [...] Dá-se a causa, para os efeitos de direito, o valor de 10:000\$000.²¹⁹

Assim, possuindo diversas terras, casas e prédios nem sempre as relações estabelecidas entre Dona Noemi e seus clientes eram amistosas. Contudo, mesmo nesses casos parecia que essa senhora estava bastante atenta aos dispositivos da Lei com o objetivo de não sofrer grandes prejuízos e perdas materiais.

Embora, tenhamos nos detido nas experiências dessa senhora, elas nos servem para ilustrar um conjunto de situações semelhantes nas quais as mulheres negociantes tinham importante participação, atuando de forma efetiva na expansão citadina e inferindo modificações relevantes nas relações de gênero. Assim como Dona Noemi Monte Quixadá, existiam 43 registros na década de 1920 e outros 262 nos anos 30 de outras proprietárias viúvas que enveredavam nessas atividades (Ver Tabela 05).

Contudo, em um meio em que cada vez mais as mulheres solteiras e independentes tinham ascensão, nem sempre ser viúva-

²¹⁸ De acordo com o Código Civil o “comisso” se referia à extinção do contrato de enfiteuse por falta de pagamentos em um período superior a três anos: “Art. 692. A enfiteuse extingue-se: [...] II- pelo comisso, deixando o foreiro de as pensões devidas, por 3 (três) anos consecutivos, caso em que o senhor o indenizará das benfeitorias necessárias”. *Código Civil de 1916*. 54° edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1790.

²¹⁹ APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Cobrança de Dívidas, Caixa 04, processo n° 1939/38.

proprietária era garantia de bem estar social e tranqüilidade econômica. Em um encontro de gerações, algumas mulheres jovens e solteiras já atuavam como credoras daquelas mais velhas e viúvas que passavam por alguma carência financeira. Como exemplo, podemos citar o caso de empréstimo de 10:000\$000 concedido por Regina Buchões Ramos, solteira, maior, à Maria José Moraes Borges, viúva. A hipoteca tinha como garantia uma casa de tijolo e telha situada na Praça José de Alencar.²²⁰

A própria condição de proprietária, independente do estado civil das envolvidas e assinalada pelos escrivães como profissão no momento das transações comerciais, não era indicativo de segurança financeira e nem de pertencimento a uma classe socioeconômica privilegiada, embora existissem mulheres nessa condição. Como já dito anteriormente, diante da carestia material e na busca pela sobrevivência, muitas mulheres realizavam negociações, vendendo seus bens. Em situações específicas e diante de significativa perda do patrimônio, algumas acionavam a Justiça a fim de reaverem casas e terras alugadas para realizarem mais vendas ou, em casos mais extremos, para a constituição de morada própria.

Francisca Ferreira Ramos, anexando um atestado de pobreza em sua petição e argumentando que precisava de um local para morar, buscava romper o acordo de aluguel acertado com o Sr. Vicente Maia:

[...] Francisca Ferreira Ramos, proprietária da casinha de duas portas de frente situada à Rua Padre Mororó, nº 2368, que estando ela alugada ao Sr. Vicente Maia, [...] a razão de RS. 50\$000 por mês, acontece que não convém à suplicante continuar com a locação de tempo indeterminado, pois precisa da referida casa para morar e, por isso, de conformidade [da Lei], requer que se digne, mandar notificar ao Sr. Vicente Maia, atual inquilino, para dentro de 30 dias desocupar referida casa.²²¹

²²⁰ APEC, Escrituras Públicas, Livro 18, p. 47 e 47v, 1933.

²²¹ APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Ofícios Diversos, Caixa 14, processo nº 1940/09.

Movida por motivo totalmente diferente de Dona Noemi, a senhora Francisca Ferreira Ramos pedia a desocupação de sua casa não para alugar para outrem, ou para uma venda imediata objetivando o lucro. Estava ela sem lugar para morar e, assim, buscava reaver, talvez, o seu último imóvel. Ainda que fossem duas proprietárias, as situações pelas quais passavam, os motivos que a levavam a participar do mercado de imóveis e, a classe social a que pertenciam pareciam ser distintos.

Dessa forma, fossem solteiras, casadas ou viúvas, de diferentes profissões, ricas ou pobres, o que unia a vida das mulheres fortalezenses, que se apresentavam ou eram denominadas por outros (as) como proprietárias, parecia ser a autonomia e independência com que conduziam suas vidas, configurando experiências plurais, que apontavam na direção de práticas sociais consoantes entre si. Além disso, tais práticas revelavam-se distantes e, muitas vezes, contrárias daquelas idealizadas pelos códigos e jornais de época que indicavam passividade ao fazerem referência à atuação das mulheres.

Em suma, o que pudemos observar foi que o processo de evolução material cidadina possibilitou e foi propiciado por um aumento da participação das mulheres na esfera pública dos negócios de terras e imóveis, diminuindo as rígidas limitações com base nas diferenças percebidas entre os sexos e modificando de forma significativa as relações estabelecidas entre alguns homens e mulheres, na medida em que o nivelamento econômico entre eles parecia proporcionar um nivelamento social conferindo poder de barganha as mulheres proprietárias.

É válido lembrar que a associação entre o desenvolvimento material da cidade e a possibilidade de maior participação das mulheres negociantes na esfera pública aconteceu em um tempo e um espaço específico, isto é, na Fortaleza dos anos de 1920 e 1930. Dessa maneira, não estamos sugerindo que esse acréscimo da presença de mulheres deva ser tomado como regra para outros contextos. De forma conjunta, esses fatores poderiam implicar

relações diferentes. Comparativamente, podemos citar os estudos de Catherine Hall sobre a Inglaterra do século XIX. Segundo a autora, a evolução material inglesa propiciada pela ascensão burguesa e seus novos ofícios, ao invés de dirimir as diferenças entre os sexos acabou por acentuá-las:

Enquanto os homens tinham a oportunidade cada vez mais freqüente de ampliar e diversificar os setores de suas empresas e se definiam por suas profissões e atividades públicas, as mulheres se distanciavam desse mundo e faziam da maternidade e da administração doméstica uma profissão.²²²

Assim, observamos que em Fortaleza se constituiu uma história singular, com elementos próprios que aqui tentamos evidenciar e analisar, buscando desfazer arquétipos e contribuir para o estudo das relações de gênero, na medida em que identificamos uma maior atuação das mulheres em espaços e ofícios tidos como exclusivos dos homens quebrando, dessa forma, com hierarquias e atributos estabelecidos com base na diferença sexual.

Contudo, nem sempre as atuações das mulheres fortalezenses resultaram em conquistas e aumento de participação nos processos de decisões no âmbito socioeconômico implicando experiências de vida mais livres e independentes. Muitas, ao disporem de tempo para atividades extra-lar e labores externos, acabavam reforçando aspectos tradicionais das relações de gênero no espaço doméstico, submetendo ou tentando submeter outras mulheres.

A casa, que por diversas vezes tornou-se moeda corrente na mão das proprietárias, ampliando seus poderes econômicos e sociais, possibilitando rupturas nas formas convencionais de se tratar as mulheres, também poderia representar justamente o contrário. Poderia ser ela um local de conflitos diários entre proprietárias e profissionais diversas que, nesse espaço, passavam a ser conhecidas como patroas e empregadas

²²² HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle *et al.* *História da vida privada*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.4, p. 70.

domésticas e onde as primeiras tentavam por em prática formas de controle e exploração esbarrando, muitas vezes, nas táticas de resistências engendradas pelas trabalhadoras domésticas. Problemáticas que tendem a ser ocultadas dentro do amplo processo de crescimento da cidade por estarem ao nível do âmbito privado e sobre as quais nos debruçaremos mais detidamente no próximo capítulo.

III – AS MULHERES PROPRIETÁRIAS: da rua para a casa

No dia 15 de março de 1923, a senhora Maria Vivência da Conceição, declarando-se proprietária e viúva de Manoel Domingos do Nascimento, compareceu ao Cartório Ponte, a fim de vender uma casa de taipa e telha ao senhor Gabriel Elias pela quantia de 200\$000. A casa ficava no Tauhape, nas proximidades da “Estrada de Rodagem” que ia para Mecejana.²²³

As ações de venda dessa senhora iriam se repetir por mais doze vezes no interim de quatorze anos, envolvendo aproximadamente a quantia de 3:000\$000. Dentre os bens negociados estavam casas de taipa e telha, tijolo e telha e “faixas” de terras limpas. Fosse mediante a sua própria presença no espaço do cartório ou através de seus legítimos procuradores (João Nonato da Costa e Fernandes Nogueira), a prática de compra, venda e aluguel de terrenos e casas era uma constante na vida dessa senhora. Tratava direta ou indiretamente com homens e mulheres que com ela estabeleciam negócios.

Outras vezes chegou a entrar em acordo e sociedade com seus próprios filhos, a fim de viabilizar os contratos e aumentar os ganhos, como em setembro de 1925, quando vendeu “[...] uma casa de tijolo e telha encravada no terreno de José Domingues do Nascimento”. Embora a casa fosse sua, o terreno pertencia ao seu filho José. Dessa forma, ela lucrava com a venda direta do bem material também aumentando as possibilidades de ganho de seu filho que permanecia com o direito de cobrar os foros da terra perpetuamente de outros (as) que ali fossem residir. Um acordo de venda em que ambos obtinham lucros.²²⁴

Nas diferentes negociações realizadas, quando inquirida sobre a sua profissão, Maria Vivência da Conceição ora se declarava como doméstica ora se apresentava como proprietária.

²²³ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 03, Livro 13, p. 50, 1923.

²²⁴ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 03, Livro 25, p. 82, 1925.

Observados os paradoxos desse aspecto e as possibilidades de interferência do Tabelião nesse momento, o fato é que essa senhora participava efetivamente do comércio no âmbito cartorial da cidade. Maria Vivência era, inclusive, destacada e reconhecida como importante comerciante e proprietária de salinas no Cocó.²²⁵

Talvez, nesse momento do texto, a história de vida dessa senhora já não traga tanto interesse ao leitor. Como tantas outras aqui já apresentadas e analisadas ela era viúva, proprietária e negociante ativa. Estabelecia contratos, assinava escrituras e parecia romper gradações sociais e ampliar sua atuação no espaço público em virtude de seu poder socioeconômico. Todavia, suas experiências não se reduziam à atividade comercial. Existiam aspectos e momentos da vida dessa mulher e de várias outras proprietárias que nos remetem a relações mais privadas, aonde as suas atitudes nem sempre apontavam formas de emancipação.

Em um esforço de imaginação histórica, talvez não fosse difícil visualizar o caminhar livre e autônomo de Maria Vivência pelo espaço urbano. Na medida em que possuía capital para contratar serviços e pagar empregados (as), tal como os procuradores assinalados, acabava dispondo de tempo para exercer outras atividades que não fossem aquelas exclusivas dos limites de sua casa e que rotineiramente eram apontadas por muitos indivíduos como ações típicas de mulheres. No espaço privado, inclusive, contava com vários outros (as) serviçais para realizarem atividades de cunho doméstico.

Provavelmente, este era um aspecto comum à vida de muitas das várias mulheres negociantes aqui investigadas. Ao ascenderem economicamente e guardando certo distanciamento em relação aos homens (no caso das viúvas e solteiras) podiam gerir livremente seus capitais implicando outras formas de estar no meio urbano, e também no espaço privado, conflitando com arquétipos de época e rompendo tabus sociais.

²²⁵ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 03, Livro 25, p. 82, 1925.

Mesmo no caso das mulheres casadas, talvez essa fosse uma realidade possível. Enquanto muitas dispunham e negociavam seus bens materiais sem a intervenção dos maridos, contando com recursos financeiros próprios para a contratação dos serviços domésticos, outras, ainda que dependentes economicamente de seus pares, poderiam ter a seu dispor uma *criadagem* mantida pelo cônjuge, conforme vimos no anúncio de jornal destacado na primeira parte deste trabalho onde era explícito o papel da esposa na condução e orientação das atividades dos (as) serviçais.

Entretanto, se no âmbito público o poder socioeconômico dessas mulheres lhes possibilitava ampliações e participações sociais diferenciadas, no espaço privado poderia ocorrer justamente o inverso mediante o reforço das divisões e dos distanciamentos entre os sujeitos com base não somente nos parâmetros sexuais, mas também nas diferenças de classe, de idade e mesmo de origem regional, na medida em que muitas empregadas domésticas contratadas eram oriundas do interior do Estado. Em muitos casos eram as próprias mulheres que reforçavam as divisões de gênero.

Diferente daquelas proprietárias que se declaravam domésticas, mas que não tiravam seus sustentos desta atividade, as que exerciam a profissão de empregada doméstica geralmente se viam em situações de exploração e em relações conflituosas com seus patrões e patroas, ainda que muitas vezes tais relações fossem amenizadas por configurações paternalistas. Os empregadores (as), por sua vez, poderiam ser os mesmos (as) que estavam fazendo fortuna no lucrativo comércio de terras e imóveis e, dispendo de capital financeiro elevado, contratando o serviço das trabalhadoras domésticas, tal como fez a proprietária de salinas no Cocó, Maria Vivência, ao aceitar a jovem de nome Maria de Lourdes para realizar trabalhos em sua residência.²²⁶

²²⁶ APEC, Livro de Registro de Queixas da I Delegacia (10.1921 a 06.1922), p. 75.

A ampliação das negociações atrelada à expansão material da cidade propiciava, inclusive, uma maior demanda por esses tipos de serviços. Na medida em que aumentava cada vez mais a quantidade de habitantes vivendo na cidade, elevando o número de residências e ampliando a ocupação dos espaços, abriam-se também diferentes possibilidades de ofícios para as mulheres na cena pública, tais como as profissionais liberais e as negociantes do setor imobiliário. Estas, ao se iniciarem no labor externo, provavelmente deixavam lacunas e trabalhos a serem preenchidos no espaço da casa.

Parecia ocorrer, então, um duplo movimento de deslocamento das mulheres. As que dispunham de bens, de capital financeiro, e as que possuíam instrução educacional, poderiam ocupar espaços e ofícios potencializados com a expansão da cidade, enquanto que as mais pobres observavam e tentavam ocupar os espaços deixados pelas primeiras. Evidentemente que isso não era uma regra, ainda que apontasse para uma maior dinamização no deslocamento das mulheres em diferentes e tradicionais trabalhos. Muitas *donas de casa*, por exemplo, poderiam continuar suas atividades domésticas contratando o serviço das empregadas como auxílio sem implicar o exercício de qualquer ofício fora do lar.

Para as mulheres economicamente mais carentes que exerciam atividades em outros domicílios, isso poderia significar um maior número de oportunidades de trabalho e, dessa maneira, de complementação da renda familiar. Entretanto, concomitantemente, tais atividades poderiam apontar situações de intensa exploração, principalmente para as mais jovens, para quem, por diversas vezes, o trabalho braçal não corresponderia a qualquer remuneração em dinheiro, mas tão simplesmente à oferta de moradia, roupa e alimentação. Jovens, até mesmo crianças, que eram tiradas ou ofertadas por suas famílias no interior do Estado para suprirem a carência de trabalho nas diferentes residências da Capital.

Uma prática que em tudo lembra a “soldada” do século anterior. Um sistema em que, mediante a autorização de um juiz competente, menores órfãos ou filhos de “pais de conduta irregular” poderiam ser entregues a pessoas idôneas, geralmente de posses, as quais se valiam dos serviços dos mesmos até a sua maioridade. Aos receptores cabiam alguns cuidados para com a criança como: alimentar, vestir e ministrar educação religiosa e moral, e a obrigatoriedade de depositar anualmente, nos cofres municipais, um valor estipulado pela autoridade legal, uma espécie de salário.

É interessante observar que em Fortaleza, em sessão de 11 de dezembro de 1881, foi discutido na Câmara o projeto de “posturas para o serviço doméstico”, pelo qual tornava obrigatório “[...] o registro do criado junto á secretaria de polícia e da atualização de uma caderneta registrando as atividades e as movimentações deste, a existência de multas e de penas de prisão em caso de não cumprimento dos artigos do código de posturas [...]”.²²⁷

Sobre as obrigações e penalidades a que estes trabalhadores (as) estavam sujeitos, são bastante relevantes os artigos 12 e 19:

Art. 12 - São justas [de penalidade] as causas seguintes: [...] 2º embriaguez; 3º recusa por parte do criado de cumprir suas obrigações, ou imperícia para o serviço ajustado; 4º negligencia ou desmazelo no serviço depois de advertido pelo patrão; 5º saída de casa sem licença ou ordem do patrão; 6º injúria, calúnia, ou qualquer outra ofensa criminosa feita ao patrão ou a qualquer pessoa da família desta; 7º a pratica de atos contrários a lei, a moral e aos bons costumes; 8º infidelidade; 9º excitar o criado discórdia na família.

Art. 19 – [Deve o criado] Obedecer com boa vontade a diligência a seu patrão em tendo que não ilícito ou contrario ao seu contrato. 2º. velar os interesses do patrão e evitar qualquer dano a que estejam expostas. 3º. responder pelas perdas e danos que por culpa sua sofrer seu patrão.²²⁸

Diante do exposto, fica evidente que desde o século XIX impetravam-se tentativas de controle das ações dos criados que em sua maioria eram mulheres.

As vidas das muitas empregadas domésticas eram marcadas por carestias socioeconômicas e dificuldades de relacionamento

²²⁷ FUNES, Eurípedes; RIBARD, Franck. Agregados e Criados: Paternalismo e Sujeição na Fortaleza da Belle Époque. *Comunicação apresentada no I Seminário PROCAD – História*, Fortaleza, 2003, pag.5.

²²⁸ Id. Ibidem..

com seus empregadores (as), expressas no relacionamento diário do espaço da casa e, assim, na proximidade física.

Ainda que em muitos momentos fosse possível que ocupassem os mesmos espaços da casa, conversassem diariamente ou, até mesmo, trocassem confidências, entre diversos outros aspectos que denotassem relações face a face, entre as patroas e empregadas existiam hiatos profundos. Aspectos de âmbito privado sobre os quais buscaremos nos deter mais especificamente a partir de agora, a fim de demonstrarmos os diferentes elementos que compunham uma expansão urbana eivada de contradições e conflitos, expressos pelas ações de diferentes mulheres e homens e que tocavam os sujeitos de maneira heterogênea.

Para este capítulo, o convite que fazemos, então, é de tentar observar as casas que eram ou poderiam ser negociadas a partir de outra ótica: da visão por dentro, das relações que ali eram tecidas e ainda fortemente alicerçadas nas experiências das diversas mulheres. Embora pareça uma simples modificação, essa proposta diferenciada de olhar investigativo nos pareceu bem rica e intrigante, na medida em que, pouco a pouco, as vidas dos sujeitos foram se mostrando entrecruzadas e apontando para teias de relações múltiplas que indicaram outros aspectos da expansão citadina e das relações de gênero, não sendo possíveis de serem percebidas nos movimentos mais amplos apontados até aqui.

Assim, nesse momento, os indivíduos, sobretudo as mulheres, serão percebidos e analisados em suas relações mais privadas, ainda que fortemente intercaladas com o espaço público. A casa, então, deixa de ser visualizada em seu aspecto econômico e como item de negociação para ser entendida como reduto, ponto convergente, eixo e local de intensas relações sociais expressas não apenas em conflitos, mas também em diferentes redes de solidariedade, traçadas tanto por patroas como pelas suas empregadas que também extrapolavam os limites das residências. Abramos, então, as várias portas das casas onde se encontravam

esses sujeitos, buscando não perder de vista suas extensões e conexões com o âmbito público.

3.1. Proprietárias (os) e Trabalhadoras Domésticas – relações sociais e de gêneros

Na Fortaleza dos anos de 1920 e 30, assim como ainda na atualidade, uma prática recorrente em várias residências familiares era a adoção do trabalho de mulheres no espaço doméstico que, nesse momento, parece ter sido intensificado em virtude do crescimento da cidade. Reforçando o ideal que apontava os afazeres da casa como sendo naturais do sexo feminino, e dessa forma desvalorizando-os, jovens mulheres, muitas vezes ainda meninas, vinham por conta própria ou eram trazidas por outras pessoas dos municípios e distritos do interior do Estado para a Capital, a fim de trabalharem em *casas de família*. Na busca por melhores condições de vida, acabavam propiciando formas específicas e diversas de relacionamentos mediante experiências cotidianas múltiplas que entravam em choque com os modos de vida de seus empregadores (as) e com as regras que estes (as) tentavam traçar e impor.

As trabalhadoras domésticas eram responsáveis por diversas atividades. Faziam o trabalho de limpeza da casa, da lavagem de roupa, da alimentação, do cuidado com os filhos da patroa, entre muitas outras tarefas diárias, que assim propiciavam a liberação dos empregadores (as) para relações e trabalhos, além dos limites das residências. Em boa parte das situações, eram mulheres que se relacionavam e percebiam o espaço privado da casa de forma diferenciada em comparação aos seus patrões (as).

Para a grande maioria das empregadas domésticas, aquele não era um bem negociável no movimentado e especulado comércio de imóveis dos anos de 1920 e, sobretudo, de 1930. Se, por um lado, era um ambiente da onde poderiam tirar o sustento de si próprias e também de suas famílias, concomitantemente,

poderia ser um espaço de labor e exploração, de acentuadas diferenças e, por diversas vezes, de conflitos privados que, através dos registros policiais, tornavam-se experiências públicas revelando diferentes paradoxos ali existentes.

Assim, embora constasse de um duplo movimento de busca de trabalho externo, as perspectivas que apareciam para as mulheres eram diferentes e consonantes de acordo com o segmento social a que pertenciam. As profissionais liberais e as diferentes comerciantes acabavam configurando diferentes ações no âmbito público que poderiam significar maior liberdade e formas de emancipação social trazidas, inclusive, para as suas relações mais íntimas. As empregadas domésticas, entretanto, ao saírem de suas casas para trabalharem em residências outras poderiam ter em seus patrões e patroas sujeitos que tentavam cercear suas atividades, impondo-lhes diferentes formas de controle. Enquanto as primeiras configuravam um movimento que ia do privado ao público, as segundas, ao buscarem sobrevivências no âmbito externo de suas casas, acabavam adentrando e trabalhando em outras residências, retornando ao *lócus* privado, mas sendo este gerido por outros sujeitos.

Para um melhor entendimento dessas ligações entre o espaço privado da casa e o âmbito público da rua, são bastante importantes as observações de Roberto Damatta. Segundo este autor, a compreensão do espaço da casa e das relações nela estabelecidas não poderia ocorrer isoladamente. A casa só faria sentido quando observada em contraste com o mundo exterior, em planos de oposição, isto é, em comparação com o universo da rua, ambas percebidas como categorias fundamentais e imbricadas nas redes de relações sociais e de valores:

Quando então, digo que “casa” e “rua” são categorias sociológicas para os brasileiros estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas [...], não estamos aqui diante de um contraste rígido e simples, dado por substâncias

invariantes contidas em cada termo, mas frente a um par estrutural que é constituído na própria dinâmica de sua relação [histórica].²²⁹

A casa, assim, assumia diferentes significados de acordo com os sujeitos que a percebiam e que com ela se relacionavam. Para as mulheres proprietárias e negociantes, que se aventuraram no espaço da rua, as casas, vistas de fora, representavam tanto possibilidades de venda, compra, aluguel e hipoteca, isto é, de multiplicação de suas riquezas como, quando observadas de dentro, espaços de reduto e relações familiares orientadas e regidas diversas vezes por elas mesmas, então conhecidas como arrimos de família ou “cabeças de casal”.²³⁰

Entretanto, para aquelas que labutavam nestes espaços, o domínio da casa poderia ser visualizado, tanto de dentro como de fora, como um espaço de trabalho, de busca de renda e também de exploração e, dessa forma, de conflitos em potencial. Percepção esta, que parecia fazer parte da vida tanto das mulheres que residiam onde trabalhavam como daquelas empregadas domésticas que, além dos afazeres em sua própria residência, realizavam atividades em outras casas, nas residências de seus patrões e patroas, configurando duplas jornadas de trabalho.

Segundo Joana Maria Pedro, as discussões em torno do espaço privado, entendendo-o como um perímetro eivado de relações de poder, são tributárias dos movimentos feministas de “segunda onda”, momento em que uma das palavras de ordem era: “o privado é político”, isto é, que as relações estabelecidas na intimidade dos lares eram conflituosas e deveriam ser levadas para o espaço público, a fim de serem debatidas e legisladas. Dentre os

²²⁹ DAMATTA, Roberto. *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 12 e 13.

²³⁰ SAMARA, Eni de. Mulheres chefes de família e de domicílio no Brasil: séculos XIX e XX. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura; AMARAL, Vera Lúcia. (orgs). *História econômica: reflexões e construção do conhecimento*. SP: Alameda, 2006c.

principais temas recorrentemente estavam as questões da exploração e da violência doméstica.²³¹

A separação entre público e privado seria, então, uma produção histórica e teria como principal finalidade focar atenção no primeiro, percebendo-o como palco único das relações de poder e, por esse motivo, de atuação dos homens. Deslocar-se-ia, assim, o cotidiano, o privado e, principalmente, o domicílio das análises históricas, por serem entendidos como momentos e espaços de experiências femininas. Divisão que seria, sobretudo, uma marcação e uma hierarquização sexual dos espaços:

A falsa universalidade dos limites entre público e privado fica mais clara se lembrarmos que estes foram mais definidos e precisos a partir da era vitoriana e construídos conjuntamente com a definição das esferas sexuais e da delimitação de espaços para os sexos. O século XIX representa o lar e a família em termos naturais, e a esfera pública, ao contrário, como instância histórica. A moderna separação entre público e privado é algo histórico e portanto não inevitável ou natural, tendo brotado de uma forma de organização social que, reafirmando o privado como espaço da mulher e a representando como vítima de sua própria natureza, destaca a maternidade como necessidade e o espaço privado como locus da realização das potencialidades femininas.²³²

Como vimos até aqui, essa rígida divisão na Fortaleza dos anos de 1920 e 30 constituía-se mais em mito do que em realidade histórica, visto que eram muitas as mulheres que atuavam na cena pública, ainda que houvesse posicionamentos e pensamentos contrários, e engendravam relações de poder que tradicionalmente eram atributos masculinos. Entretanto, não era apenas nessa esfera que se davam os conflitos e as tensões entre os sujeitos. Longe do conformismo e da passividade sugeridas pela dicotomia *público e privado*, as experiências de vida das mulheres trabalhadoras domésticas estavam imersas em diferentes formas de resistência e lutas diárias.

²³¹ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo: Editora UNESP, 2005c, vol. 24 (1), p. 77-98.

²³² MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002a.

Entre os diferentes grupos de mulheres, na medida em que existiam muitos distanciamentos também havia aproximações. Assim como muitas proprietárias e negociantes, as trabalhadoras domésticas transitavam entre os dois âmbitos demonstrando como eram tênues os seus limites e como eles estavam imbricados. Ainda que de maneiras diferentes, mostravam inclusive como poderiam ser falhas e limitadas as tentativas de controle que se tentavam exercer sobre elas.

Todavia, enquanto para as mulheres negociantes e profissionais liberais suas posições sociais e *status* econômico abriam possibilidades de relações outras de caráter menos ostensivo no âmbito comercial, dirimindo as divergências de gênero, para as empregadas domésticas, que saíam de suas casas para trabalharem em outras residências, a ausência de um nivelamento econômico e social possibilitava, por parte dos empregadores (as), a tentativa de exploração com base em divisões de gênero. Assim, ao lugar social das serviçais, onde eram enfatizadas as diferenças de classe, havia o acréscimo de outros elementos discriminatórios por meio dos quais se buscava manter a exploração das mesmas que, contudo, reagiam de diferentes maneiras.

Nas delegacias da cidade não eram raras a presença de homens e mulheres que prestavam queixas contra empregadas domésticas, contra as atitudes interpretadas como desrespeito e insubordinação gestadas por elas. As “criadas”, como geralmente eram chamadas, poderiam trabalhar ou não na casa dos queixosos (as), configurando conflitos mais públicos (no âmbito da rua) ou mais privados (no espaço da casa), dependendo da situação. Denunciando furtos, agressões e até mesmo tentativas de homicídio, os empregadores (as) acabavam revelando as possíveis tensões e conflitos que permeavam as relações entre estes dois grupos distintos.

Ao se apresentarem no espaço policial, intentavam reconstituir dentro de suas casas o ordenamento rompido que, de

acordo com eles (as), fora resultado tão somente das ações das trabalhadoras domésticas. Assim, convocavam a ação policial, um elemento exterior à esfera privada da residência, a fim de restituírem a harmonia íntima rompida. Segundo Roberto Damatta, estes seriam os momentos mais críticos e autoritários das possíveis relações entre os domínios da rua pública e da casa privada, na medida em que o primeiro âmbito, mediante leis impessoais, tentaria se impor ao segundo imerso em relações de caráter pessoal:

[...] a sociedade é englobada pelo eixo das leis impessoais (e pelo mundo da rua), ficando o domínio das relações pessoais (a província da casa) totalmente submerso. Diria [...] que quando a casa é englobada pela rua vivemos freqüentemente situações críticas e em geral autoritárias. Situações onde momentaneamente se faz um rompimento com a teia de relações que amacia um sistema cujo conjunto legal não parte da prática social, mas é feito visando justamente corrigi-la ou até mesmo instaurar novos hábitos sociais.²³³

De acordo com os padrões e patroas, a maior parte da quebra de serenidade no espaço doméstico era resultado de ações específicas das “criadas”, como os possíveis furtos que correspondiam ao maior número de denúncias. Esta perspectiva, de forma mais ampla, acabava convergindo com as expectativas dos crimes que ocorriam na Fortaleza daquele período, visto que poucos eram os roubos acompanhados de agressões e, menos ainda, práticas de assaltos violentos.²³⁴ Dentro das ações de furto pudemos identificar a queixa da proprietária citada, Maria Vivência da Conceição, contra sua empregada, em 20/10/1921:

Maria Vivencia da Conceição, residente à Rua da Concordia, veio a esta Delegacia queixar-se contra Maria de Lourdes, por ter roubado de sua residência uma máquina de mão marca 'Iracema'.²³⁵

Às vezes, com livre acesso e ampla circulação nos espaços internos das residências, as empregadas domésticas possuíam

²³³ DAMATTA, Roberto. Op. Cit., p. 15.

²³⁴ APEC, Tribunal de Justiça, Ações Criminais, Crimes contra a propriedade, 1920-1940.

²³⁵ APEC, Livro de Registro de Queixas da I Delegacia (10.1921 a 06.1922), p. 75, 20/10/1921.

conhecimento sobre o funcionamento das casas e a forma como os objetos estavam distribuídos nelas. Assim, não era difícil identificar e localizar aqueles artefatos de maior valor. Este parecia ser o caso envolvendo o furto da máquina de costura, marca “Iracema”, de Maria Vivência da Conceição e das jóias furtadas pela copeira Francisca Silva, da casa da viúva do senhor Luiz Gonzaga na Avenida do Imperador, n. 1.304.²³⁶

Dentre essas ações que denotavam o quanto era tenso o espaço onde conviviam patroas e empregadas, havia uma variação quanto à natureza e ao valor dos objetos furtados. Nem sempre eram os artefatos de maior valor os alvos das ações furtivas. Às vezes, os furtos envolviam objetos de caráter mais simples e corriqueiros utilizados no cotidiano familiar e sem grande prestígio econômico, mas que, justamente por essas características, eram vendidos rapidamente no espaço urbano. Foi assim que, segundo o Tabela, a “simples empregada Anna de Tal” conseguiu enganar e furto vários objetos da casa do Primeiro Tenente Maior do Exército, Agenor Menescal Campos:

O 1º Ten. Maior do Exército, Agenor Menescal Campos apresentou nesta 1ª Delegacia, às 2 horas, queixa contra sua empregada Anna de tal, que tendo passado uns cinco dias em sua residência, na Gentilândia (Benfica) nº 31, Rua Pe. Francisco Pinto, saiu ontem, tendo o queixoso verificado a ausência de diversos objetos, como sejam, 1 talher, 2 colheres, uma de chá e uma de café, 1 faca trinchante, 3 depósitos de cristal, contendo cada um deles canela, sal e pimenta moídos, objetos que por enquanto nota a sua falta crendo poder haver desaparecido mais alguma coisa (grifo nosso).²³⁷

Dentre os alvos dessas ações, eram as somas em dinheiro que endossavam a maior parte das reclamações dos queixosos (as) em relação às práticas furtivas. Os objetos surrupiados corriam o risco de serem identificados e comprometerem aquelas que praticavam o crime, o que não ocorria com tanta facilidade

²³⁶ APEC, Livro Apresentação De Delinqüentes Ao Gabinete De Identificação (04/1932 - 07/1937), p. 51, 05/09/1934.

²³⁷ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (06.1932 a 05.1935), p. 70v, 04/05/1934.

com o dinheiro em espécie. Dificilmente o dinheiro furtado era recuperado, sendo complexo provar, inclusive, a quem realmente pertencia as quantias envolvidas, como na ação envolvendo “Maria de Tal”. De acordo com Joaquim Peres Cavalcanti, residente no Sítio Esther, Bairro Pajeú, sua criada Maria havia lhe furtado 400\$000 em dinheiro. Por falta de evidências e pela fuga empreendida pela trabalhadora, ela não foi sequer autuada.²³⁸

Nem sempre as situações favoreciam as delituosas. Havia casos em que a ação dos empregadores (as) coadunados com as ações policiais resultava nas prisões das acusadas:

A senhora Silvia Braga, residente a rua 24 de Maio n° 119, queixou-se pelo telefone, que sua cozinheira de nome Laura Fernandes, havia furtado-lhe a importância de 200\$000, importância esta retirada pela menor Francisca Amancio Amorato de Souza, empregada da citada senhora e que dias passado já havia lhe roubado 700\$000, suspeitando da citada cozinheira.²³⁹

A estratégia traçada pela cozinheira Laura e a sua auxiliar menor Francisca, ambas empregadas de Silvia Braga, não deu certo. A astúcia da patroa resultou na prisão de Laura. Desconfiando dos furtos, a senhora Silvia Braga, sem sair de casa, ligou discretamente para a polícia prestando queixa contra a cozinheira. Laura, presa em flagrante, foi conduzida até a Delegacia e autuada mais tarde como “delinqüente” no Gabinete de Identificação da Cidade no mesmo dia, às 18h.²⁴⁰ Nesses casos as divergências estavam balizadas dentro dos limites internos das casas e chegavam à polícia em virtude da denúncia dos donos das residências.

Mas, havia contendas envolvendo empregadas domésticas que se davam na esfera da rua. Nesses momentos, a queixa podia partir não do empregador (a) ao qual estavam ligadas diretamente.

²³⁸ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (10.1921 a 06.1922), p. 84, 13/11/1921.

²³⁹ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (10.1921 a 06.1922), p. 10, queixa 49, 19/09/1932

²⁴⁰ APEC, Livro Apresentação De Delinqüentes Ao Gabinete De Identificação (04/1932 - 07/1937), p. 38.

Na rua os conflitos ocorriam envolvendo outros sujeitos levando mulheres e homens a denunciarem trabalhadoras domésticas que a eles (as) não estavam subordinadas. Os sujeitos vigilantes e denunciadores não eram os mesmos, mas muitas vezes pertenciam a grupos afins, à mesma classe que ditava e fiscalizava padrões comportamentais para aquelas mulheres.

Nessa perspectiva, podemos citar a queixa impetrada por Timóteo Araújo contra a “criada” da casa adjacente na Rua Senador Pompeu, nº 911. Ela, de nome desconhecido, teria dirigido ofensas e faltado com respeito a ele e a sua família por motivo que o queixoso afirmava desconhecer.

Em outro caso, também no espaço da rua, era a Dona Maria José do Nascimento que se queixava de Antonia Soares, doméstica de seu vizinho:

Maria José do Nascimento, [...] veio a esta Delegacia hoje às 14 horas, apresentar queixa contra a doméstica Antonia Soares, da casa do Dr. Adonias Lima, por ter com um tamanco, lhe agredido, produzindo-lhe contusões na testa.²⁴¹

Para além das agressões verbais, como na reclamação impetrada por Timóteo Araújo, nesse acontecimento a contenda havia resultado em violência física. Utilizando-se de um tamanco, Antonia Soares agrediu Maria José. Por ter sido resolvido no âmbito policial (como no caso da denúncia de Timóteo Araújo) e, dessa forma, não ter prosseguido para a esfera judicial, acreditamos que tal evento não tenha trazido tantos problemas para Antonia Soares.²⁴² Aliás, esta parecia ser uma característica comum aos conflitos envolvendo patrões (as) e empregadas: dificilmente tornavam-se processos-crime, excetuando-se, claro, aqueles casos envolvendo agressões mais graves e intensas.

Infelizmente, pelo caráter resumido da queixa-crime, não foi possível saber quais aspectos influenciaram tal conflito.

²⁴¹ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (06.1932 a 05.1935), p. 82v, Queixa 66, 27/09/1934.

²⁴² Àqueles casos que eram resolvidos na Delegacia acrescia-se, posteriormente, o termo “providenciado” ao lado da queixa.

Entretanto, a denúncia trazia outra informação essencial que merece nossa atenção. Antonia Soares era empregada doméstica da residência do Dr. Adonias Lima.

Como vimos na primeira parte deste trabalho, este médico foi responsável pela escrita de uma literatura vanguardista que guardava estreitamento com os pensamentos das feministas de “primeira onda”. Acreditava que o acesso à educação e aos direitos básicos possibilitaria a emancipação social das mulheres, as quais, em igualdade de condições, teriam as mesmas capacidades que os homens.

Não há como sabermos como as coisas realmente se passavam dentro da casa do Dr. Adonias. A contenda registrada que teve como protagonista a sua empregada ocorreu no espaço da rua envolvendo uma senhora que aparentemente não fazia parte das experiências privadas daquela residência. Contudo, ao tomarmos como parâmetros as características das relações estabelecidas em outras casas, talvez nos seja possível inferir sobre os prováveis aspectos que balizavam as relações estabelecidas entre o Dr. Adonias, patrão, e Antonia Soares, empregada.

Sendo este médico um defensor da emancipação social das mulheres e um elaborador de discursos que legitimavam muitas práticas sociais distintas e realizadas por elas, talvez, em virtude de sua consciência crítica, as relações estabelecidas com a sua “criadagem” no âmbito privado se dessem de forma mais amistosa. Todavia, de maneira mais ampla, ao observarmos os conflitos e os paradoxos das relações estabelecidas entre patrões (as) e empregadas que foram registradas nas delegacias, devemos ter o cuidado de matizar tal proposição.

As mulheres que o Dr. Adonias se referia como catalisadoras do processo de emancipação social estavam bem longe de serem as empregadas domésticas. Eram elas aquelas com instrução superior: engenheiras, industriais, comerciantes e funcionárias públicas, isto é, mulheres de outro segmento social,

econômico e educacional, e que no espaço fortalezense pareciam dirimir as diferenças de gênero em virtude da posição socioeconômica alcançada.

Assim, ao conflitarmos os discursos de defesa das mulheres com a prática social de adoção do trabalho de uma mulher na esfera doméstica, talvez seja possível evidenciar aí paradoxos na atuação desse médico. Para ele, a emancipação social ocorreria apenas para um segmento específico de mulheres: aquelas de camada abastada. Ao enxergar a mulher em oposição ao homem, de forma singular, em termos de oposição binária, o Dr. Adonias acabava deixando de lado a pluralidade, a variedade existente entre as diferentes mulheres. Nesse sentido, se no discurso público ele defendia a igualdade de direitos sociais entre homens e mulheres, no âmbito privado ele contratava uma jovem para realizar atividades tidas nos jornais e legislações de época como inerentes a uma *natureza feminina*.

Roberto Damatta, reafirmando a proposição de Erving Goffman de que os seres humanos tendem a mudar de opinião dependendo das circunstâncias, aprofunda esta questão ao abordar a relação entre casa e rua. Para ele, mais do que separar contextos e configurar atitudes “encenadas”, esses âmbitos contêm visões de mundo ou éticas que são particulares e influenciam diretamente os sujeitos:

Não se trata de cenários ou de máscaras que um sujeito usa ou desusa – como nos livros de Goffman – de acordo com suas estratégias diante da “realidade”, mas de esferas de sentido que constituem a própria realidade e que permitem normalizar e moralizar o comportamento por meio de perspectivas próprias. Sustento, então, [...] que o normal é que a *casa* [e] *rua* [...] demarquem fortemente atitudes, gestos, roupas, assuntos, papéis sociais e quadro de avaliação da existência em todos os membros de nossa sociedade.²⁴³

Dessa forma, ao tomarmos os discursos e as práticas do Dr. Adonias como elementos contraditórios, aproximamo-nos da

²⁴³ DAMATTA, Roberto. Op. Cit., p. 41.

perspectiva apontada por Roberto Damatta. Mais do que uma “encenação”, acreditamos que as ações daquele médico estavam fortemente interligadas aos âmbitos nos quais ele atuava. Somava-se a isso a sua percepção da “mulher” de maneira singularizada. Para ele, enquanto na esfera pública da rua seria um absurdo a criação e manutenção de obstáculos para a ascensão das mulheres, de um segmento específico, à instrução superior e a empregos de prestígio social, no espaço interno da casa a execução dos trabalhos domésticos por mulheres provavelmente era vista com um aspecto normal e corriqueiro de seu cotidiano.

Em outros momentos de tensões registradas no âmbito policial, as falas dos envolvidos (as), sobretudo dos empregadores (as), permitiram elucidar mais claramente as concepções de época em torno das quais os sujeitos deveriam se portar, ou mais especificamente, que expectativas existiam quanto ao comportamento e ação das trabalhadoras domésticas. Assim, paralelo à reclamação dos furtos de bens materiais, de agressões verbais ou físicas, entre outras denúncias, os indivíduos acabavam demonstrando os *parâmetros morais* em voga, focando, principalmente, na conduta idealizada das mulheres trabalhadoras.

Um caso específico de tentativa de homicídio nos permite refletir mais demoradamente sobre essas questões. Estamos nos referindo à comunicação de crime de infanticídio feita na Delegacia pelo importante proprietário e negociante de terras e imóveis, aqui já citado, José Monteiro Filho, envolvendo uma de suas “criadas”:

O senhor José Monteiro Filho, residente a Avenida João Pessoa, aquém do Asilo de Alienados, comunicou que às 3 horas da manhã de hoje uma empregada sua de nome Maria José, contando em 20 anos de idade e que a tinha como donzela, deu a luz a uma criança dentro da bacia [...] sendo visto por outra empregada que alarmou o ocorrido; que a empregada Maria José pelo que fez tinha intenção de ocultar a sua falta; que dito comunicante julga ter a suposta donzela intenção de matar a criança. A parturiente foi internada na Maternidade Dr. João Moreira onde se acha em tratamento.²⁴⁴

²⁴⁴ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (06.1932 a 05.1935), p. 43v, 15/4/1933.

Seguindo a lógica de adoção do trabalho de mulheres menores no espaço doméstico,²⁴⁵ José Monteiro deixava patente em sua fala, intermediada pela escrita do Tabelaio, a noção naturalizada da função materna atribuída às mulheres. Para a surpresa de seu patrão que a tinha como donzela, a falta de Maria José consistia em ter contraído relações sexuais sem ser casada. Era desde já, em um sentido moral, uma subversão. Não bastasse isto, sua falta maior era a negação de sua função natural como mulher e, dessa forma, como mãe. Assim, agia contra sua própria natureza.

Analisando os crimes de infanticídio da primeira metade do século XX em Fortaleza, Marla Albuquerque Atayde (2007) demonstrou que as teorias médicas e científicas de época tratavam o amor materno como sendo algo instintivo e inevitável a todas as mulheres. Conferia-se, assim, uma maior atenção e destaque em relação às imposições normativas que regulavam a conduta e a moral das mulheres:

[...] caso as mulheres não agissem conforme o que lhes predizia suas naturezas maternas, inerentes a seus corpos, tendo como exemplo notório as “mulheres infanticidas”, podia-se atestar com toda certeza que atitudes como essa, tratavam-se, na verdade, “de uma anomalia rara, de um vício orgânico, de um teratológico”. De acordo com [a Revista Brasil Médico], os crimes de infanticídios só poderiam ser entendidos dentro da perspectiva de doença, fosse esta mental ou física [...].²⁴⁶

Abordando essa temática, Roselane Neckel *et al.* destacou a importância da percepção da historicidade dos padrões sociais de comportamento, apontando as mudanças operadas pelo Código Penal de 1890 como fundamentais no incentivo da perseguição das práticas abortivas e infanticidas. Tratando o aborto como delito, o discurso jurídico e médico, tal como acima referendado, delineava

²⁴⁵ *Código Civil de 1916*. 54ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2003, p. 1672. “Art. 9º - Aos 21 (vinte e um) anos completos acaba a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil.”

²⁴⁶ ATAYDE, Marla Albuquerque. *MULHERES INFANTICIDAS: O Crime de Infanticídio na cidade de Fortaleza na Primeira Metade do Século XX*, p. 143. Fortaleza, 2007. 257 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, UFC.

comportamentos normais e contribuía para a afirmação de políticas de controle do corpo feminino mediante a divulgação da *naturalidade do amor materno*.

De fato, como bem salientou esta autora, o novo conjunto de leis que condenava o aborto, o infanticídio e a sonegação de cadáver não foi prontamente assimilado pela população. Houve toda uma exposição e divulgação propiciadas por diferentes instâncias que visavam coibir estas ações:

A subjetivação dessa prática, como criminosa, contou certamente com a divulgação que os casos recebiam pela imprensa, pela ação policial, bem como com as próprias sessões de julgamento, tornando-se, assim, instrumento de uma pedagogia que divulgou esse conhecimento a uma parcela mais ampla da população. Esta divulgação, possivelmente, foi um dos fatores que contribuíram para que a população denunciasse quem os praticava às delegacias de polícia.²⁴⁷

No caso da denúncia de Maria José, seu patrão José Monteiro Filho parecia corroborar a idéia de que o ato de sua “criada” era um delito, uma falta que deveria ser punida. Inserido no círculo de divulgação negativa dessas práticas acabava sendo conivente com o aparato jurídico-policial. Ao denunciar Maria José, não apenas expunha publicamente uma experiência íntima, reforçando ideais sobre o corpo da mulher, como também buscava se livrar de todo e qualquer envolvimento com os problemas que aquele ato poderia trazer, visto ser ele um importante e reconhecido comerciante de imóveis, dono de vilas.²⁴⁸

²⁴⁷ NECKEL, Roselane *et al.*. Aborto e infanticídio nos códigos penais e nos processos judiciais: a pedagogia de condutas femininas. In: PEDRO, Joana Maria (org.), *Práticas Abortivas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio do século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 85 – 110, p. 88 e 89.

²⁴⁸ Em uma perspectiva comparativa, podemos citar um caso ocorrido em Florianópolis que guardava certa proximidade com a denúncia de José Monteiro Filho. De acordo com Roselane Neckel, tal evento seria um indício da busca de distanciamento do patrão em relação ao “problema” de sua empregada, “coisas de mulher”: “[...] quem denuncia, em alguns casos, buscava também se livrar de um envolvimento com o processo. Paulina Chula, processada por infanticídio em 1929, trabalhava como cozinheira na residência de Hugo de Alvarenga Peixoto e, segundo o depoimento de seu patrão, este *foi cientificado pela sua empregada Conceição de tal, que a empregada Paulina [...] achava-se acamada em seu quarto, havia pelo chão grande quantidade de sangue*; após constatar esse fato, o patrão mandou chamar a mãe de Paulina. Esta, acompanhada de outra filha, encontrou o corpo da criança. E, após esse fato, o patrão dirigiu-se à delegacia de polícia, onde fez a

A empregada doméstica Maria José e várias outras mulheres acabavam sendo alvo de uma moral sexual gestada no Brasil no início do século XX, bem presente em Fortaleza. De maneira mais ampla, ela buscava ocultar a ação que poderia corromper sua “honestidade” e, de forma mais específica, tentava conservar o emprego que talvez fosse a fonte de sua sobrevivência. Ao não conseguir manter o silêncio e a reclusão desse ato nos limites íntimos da esfera privada e distantes dos olhos de seu patrão, talvez diante de complicações na hora do parto, sofria uma dupla estigmatização: aquela operada pelo seu patrão que provavelmente lhe mandaria embora do trabalho e aquela gestada pela sociedade materializada na ação da polícia que procederia ao enquadramento da sua ação como crime.

O caráter socioeconômico e o lugar social dos sujeitos pareciam significar, assim, aspectos fundamentais quanto às formas de relacionamento engendradas pelo proprietário e negociante José Monteiro Filho e muitos outros homens e mulheres comerciantes de imóveis em relação a outras mulheres. Assim, diante daquelas de elevado poder aquisitivo, possíveis clientes ou credoras em suas negociações, os parâmetros de tratamento e conduta eram totalmente diferentes daqueles conferidos àquelas que lhe serviam no âmbito privado.

Enquanto na esfera comercial as negociações poderiam significar um nivelamento de relações, onde as mulheres pareciam agir mais livremente, na relação patrão-empregada eram reforçados balizamento de gênero pela indicação de condutas que seriam naturais das mulheres. A classe social era, assim, um elemento importante que trazia variáveis às relações de gênero.

Explicitavam-se, dessa maneira, não apenas problemas concernentes a este âmbito. No bojo dessas relações de poder definiam-se também contrastes que envolviam a idade e o grupo

denúncia”. Ver: NECKEL, Roselane *et al.*. Aborto e infanticídio nos códigos penais e nos processos judiciais: a pedagogia de condutas femininas. In: PEDRO, Joana Maria (org.). *Práticas Abortivas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio do século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 85 – 110, p. 88 e 89.

social. De um lado, estavam patrões e patroas no espaço doméstico, muitas vezes ricos proprietários e negociantes, delineando formas de explorações distintas. Do outro lado, mulheres pobres, adolescentes em muitos casos, que disponibilizavam seus serviços para os primeiros (as) na busca da sobrevivência diária em uma cidade que se expandia com muitas contradições.

Um universo conflituoso que guardava ainda outras peculiaridades, como as estratégias traçadas pelos empregadores (as) para obter mão de obra barata em suas residências, materializadas na busca de jovens trabalhadoras migrantes oriundas do interior do Estado. Nesse sentido, não eram apenas as estratégias comerciais que interessavam aos proprietários (as) e negociantes. Vistos como patrões e patroas, empenhavam-se na busca por trabalhadoras que executassem as atividades domésticas em suas residências delineando relacionamentos específicos.

3.2. Patroas, Patrões e Criadas – Vigilâncias e Insubordinações

O deslocamento de indivíduos do sertão para Capital em busca de melhores condições de vida não era um novidade do início do século XX. Desde a centúria anterior, a movimentação migratória estava presente na história fortalezense, principalmente em virtude dos problemas advindos das inconstâncias do clima, como os períodos das severas estiagens.

No século XIX, de acordo com Samara e Freitas Sousa, muitas mulheres, sobretudo viúvas, migravam para a Capital constituindo moradas nos arrabaldes da cidade, através de precárias choupanas que eram alvo de ataques do poder público municipal e estadual. Para sobreviverem e sustentarem suas famílias, acabavam enveredando em trabalhos ambulantes ou exercendo atividades domésticas em residências na área central da cidade:

Assim, as viúvas se tornaram chefes de seus domicílios e moravam em casebres e palhoças, ao longo do perímetro marginal da cidade. [...] As mulheres, para sobreviver, trabalhavam no serviço doméstico nas residências da área central, vendiam bolos, doces e carne verde nas ruas.²⁴⁹

De certo, tal aspecto estava presente nas primeiras décadas do século XX e, talvez, ainda na atualidade. Entretanto, cada vez mais se intensificavam estratégias para a obtenção de mulheres trabalhadoras domésticas do interior, sem que fosse necessária a espera pelos momentos críticos de secas e sem que as empregadas fossem exclusivamente aquelas mulheres viúvas com idades mais avançadas. Em um momento de expansão material da cidade onde a atuação dos (as) negociantes era fundamental, aumentava amplamente a demanda por esses trabalhos.

Os empregadores (as) que buscavam pessoas para suprir os serviços domésticos focavam, sobretudo, aqueles ofertados de

²⁴⁹ SAMARA, Eni de Mesquita; FREITAS SOUSA, José Weyne de. Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, século XIX. *Trajetos*: Revista do Departamento de História UFC. Fortaleza: Departamento de História da UFC, vol.4, nº 7, p. 14 – 68, 2006d, p. 50.

forma ainda mais barata, sendo corriqueira a procura por mulheres mais jovens que trabalhassem em troca de morada, comida e roupas, configurando, assim, dispositivos de imigração e trabalho que, embora pudessem ter suas raízes no século XIX, assumiam nuances diferenciadas nas primeiras décadas do século XX.

Discutindo acerca dos problemas inerentes aos vários e diversos tipos de processos de migração das mulheres e percebendo que muitas vezes o epíteto de “imigrante” serviria como uma espécie de estigma social, Dolores Juliano (2004) afirmou a necessidade de compreensão dos padrões de migração específicos das mulheres. De acordo com ela, essa empreitada encontraria dificuldades principalmente pela perspectiva de estudos antigos e contemporâneos no campo das ciências humanas que tenderiam a submeter o fenômeno migratório das mulheres a um apêndice da migração dos homens.

A especificidade dos problemas da migração feminina implica desafios teóricos e metodológicos [...]. Os modelos a que se recorrem no caso de imigrantes e artistas homens são os modelos heróicos. As sociedades andrógenas não proporcionam estes modelos de valorização das mulheres, que emigram assim sendo, mas são vistas como se não emigrassem, transgredindo sem questionar [...]. Porém não só o modelo de migração é diferente, mas o são também os tempos em que se realiza (que não coincidem com os dos deslocamentos masculinos) e as redes em que se apóia [...].²⁵⁰

Sem objetivar exaurir a problemática, ela apontou como exemplo três grandes fatores que influenciariam esses movimentos migratórios específicos. O primeiro deles seria a “patrilocalidade”, fator cultural presente no mundo ocidental que obrigaria as mulheres casadas a fixarem suas residências longe de

²⁵⁰ JULIANO, Dolores. *Excluídas y marginales: una aproximación antropológica*. Ediciones Cátedra, 2004, p. 184. Tradução livre: “La especificidad de los problemas de la migración femenina implica desafíos teórico metodológicos[...]. Los modelos a los que se recurre en caso de inmigrantes y artistas hombres son los modelos heróicos. Las sociedades androcentradas no proporcionan esos modelos de valoración a las mujeres, que emigran entonces, pero son vistas como si no emigraran, transgrediendo sin cuestionar [...]. Pero no sólo el modelo de migración es diferente, sino que lo son también los tiempos en que se realiza (que no coinciden con los de los desplazamientos masculinos) y las redes en que se apoya [...]”.

seus locais de nascimento. Um segundo fator seriam a incompatibilidade e conflito dos anseios das mulheres com aqueles indicados como “normais” para o perímetro em que residiam. Suas aspirações seriam desvalorizadas socialmente. Um último elemento, interligado com o segundo, trataria da atribuição social de tarefas diferentes de acordo com o sexo. Para este aspecto são exemplares os abandonos das zonas rurais “[...] pelas mulheres que buscam nas cidades trabalho no setor de serviços e melhores condições de vida”.²⁵¹

A partir destas indicações, buscamos entender como se davam as migrações das jovens trabalhadoras para a cidade de Fortaleza, no seu momento de forte expansão, mediante uma abordagem histórica que evitasse generalizações em demasia e definisse as particularidades desse interim. Assim, mais do que o livre deslocar das mulheres em busca de melhores oportunidades, pudemos observar peculiaridades de um movimento exploratório e desigual que tinha as suas bases nas ações das famílias das mulheres imigrantes coadunadas com as atitudes dos patrões e patroas. Sujeitos que, como Maria Vivência, José Monteiro Filho e, provavelmente, muitos outros (as), poderiam estar ligados ao comércio de terras e prédios em Fortaleza, mas, em determinados momentos, acabavam lançando suas atenções para a contratação de empregadas para os serviços domésticos.

Como indícios dessa realidade, várias foram as queixas e comunicações de desaparecimento encontradas de jovens mulheres apontadas como trabalhadoras domésticas que endossavam o conjunto de conflitos sinalizados, além de apontarem para outras tensões nas relações de poder cotidianas atreladas às empregadas, aos patrões (as) e à polícia. Aspectos pertencentes ao mesmo contexto de expansão urbana da cidade em que se destacavam as importantes negociantes de imóveis e as profissionais liberais, mas que denotavam o quão desigual era esse processo, tocando os sujeitos de maneira diferenciada.

²⁵¹ JULIANO, Dolores. Op. Cit., 179.

Para entendermos melhor como isso ocorria podemos observar, inicialmente, o registro de desaparecimento da jovem trabalhadora Francisca de Paula:

O senhor José Batista [...], comunicou que sendo encarregado de vigiar a menor Francisca Paula, com 16 anos de idade, que se achava empregada em casa do sr. José Bernardo Vasque [...], sendo o pai da mesma, o sr. Francisco Bernardo, residente em Quixadá, que autorizou o queixoso, que é seu primo, ir sempre na casa que a menor era empregada afim de saber do respectivo patrão qual o procedimento da citada menor, e indo hoje, chegando lá não encontrou a referida menor, tendo a sua patroa respondido que a mesma havia saído de sua casa a 17 dias, não sabendo para onde, sabendo entretanto que a referida menor havia sido seduzida por um rapaz [...](grifo nosso).²⁵²

A citação dessa queixa, quase por completa, é importante porque consegue sintetizar em seu corpo uma série de informações existentes em outros registros da mesma natureza que apontam para alguns padrões e perfis sociais quando abordados em conjunto. Assim, submetidos à interpretação histórica, esses indivíduos cedem espaço para a percepção de comportamentos sociais mais amplos, coletivos.

Um dos aspectos, comum a todos os registros encontrados, diz respeito a uma prática de encaminhamento de mulheres, sobretudo crianças e adolescentes, do interior à cidade de Fortaleza, para trabalharem em casas de família, no exercício de afazeres domésticos. Tal prática implicava redes de solidariedade e vigilância entre as famílias e os empregadores (as) que acordavam o paradeiro da jovem migrante, muitas vezes à revelia de sua vontade. Esse era o caso de Paula que, mesmo longe de seu núcleo familiar, encontrava na figura do patrão, da patroa e, especialmente, do seu tio, uma extensão da vigília primeira de seus pais, com o intuito de preservar sua honra, de saber “o procedimento da citada menor”.²⁵³

²⁵² APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), queixa nº. 69, p. 83v.

²⁵³ Em estudo desenvolvido por Sousa, há uma explanação sobre a lógica existente entre a honra masculina e feminina: a primeira seria dependente da segunda, isto é, a ‘forte’ honra

Essa característica de acordos firmados tendo como base a ação familiar também era patente no sumiço de outra jovem. Conhecida como Celsa, de 13 anos, teve seu desaparecimento comunicado à polícia por José Fernandes Filho, que informou ainda “[...] que a citada menor veio de Soure, em companhia de Vicente Monteiro, irmão do comunicante e que a trouxe, com permissão do pai da mesma [...]”²⁵⁴ para trabalhar como empregada doméstica.

Pelas características dos livros de queixa (fontes que trazem informações muito diretas e resumidas), dificilmente poderíamos ter uma maior compreensão acerca dos motivos que levavam os pais a enviarem suas filhas para trabalharem na casa de conhecidos, familiares ou mesmo de estranhos na Capital. Contudo, em um ambiente tradicionalmente assolado por secas e marcado pela carestia material, talvez a migração dessas jovens representasse uma possibilidade e anseio de vidas melhores para elas e suas famílias, como as mulheres viúvas faziam desde a centúria passada, segundo afirmações de Samara e Freitas Sousa.²⁵⁵

Estabelecidas nas casas do perímetro urbano fortalezense, as jovens eram então submetidas às redes de solidariedade firmadas entre os pares que, dentre várias intenções, objetivavam conservar o corpo feminino, ainda que distante de seus guardiões primeiros: a família. Sobre o corpo da mulher recaía não apenas a sua honra, mas a de toda a sua ascendência.

masculina teria como alicerce o ‘frágil’ corpo feminino, atribuindo papéis e esperando comportamentos ideais de ambos os sexos. Ver: SOUSA, Noélia Alves de. *A liberdade é vermelha?* Um estudo da violência contra as mulheres nas décadas de 20 e 30 do século XIX. São Paulo, 1997. 253 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP.

²⁵⁴ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), queixa s/n, p. 88v.

²⁵⁵ SAMARA, Eni de Mesquita (d); FREITAS SOUSA, José Weyne de. Op. Cit.. De acordo com Frederico de Castro Neves, o problema das secas no Ceará não era um aspecto novo. Contudo, a partir da seca de 1887 houve uma mudança essencial: “[...] a seca de 1877 não se diferencia tanto de outros períodos de escassez, nem mesmo em termos de prejuízo econômicos. Mas, ao contrário destas épocas, a seca adentrou o mundo do poder constituído, avançou sobre o centro imaginário deste poder, sem respeitar-lhe os “canais competentes”, e atingiu o cerne da aventura civilizatória que a elite local imaginava experimentar neste momento. A vida urbana passava a ser o cenário privilegiado do drama da seca”. Ver: NEVES, Frederico de Castro. *A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 25.

Os *agentes* de tais acordos eram aqueles e aquelas que enviavam e recebiam as jovens. Nos contratos verbais e amistosos não havia espaço para a atuação do indivíduo que estava sendo negociado. Muitas vezes, nas comunicações de desaparecimento, era clara a noção de “coisa negociável” atribuída a essas mulheres. Sentido este implícito desde o instante da negociação de suas vidas até o momento do desaparecimento ou fuga que elas impetravam.

A queixa do Dr. João Bezerra deixava patente a noção de objeto no momento da comunicação do desaparecimento de Sebastiana, ao afirmar que: “[...] no caso de ser encontrada pode entregar na Rua Barão do Rio Branco, nº. 426” (grifo nosso).²⁵⁶ A linguagem do queixoso e a forma como se referia à menina nos permitem refletir sobre a concepção que ele fazia da jovem. Era ela um objeto que caso fosse achado deveria ser passado para quem detinha sua posse: o doutor. Dessa forma, essas mulheres apareciam entendidas como sujeitos ausentes de ação, na medida em que seus desaparecimentos eram comunicados à polícia com o intuito de seus padrões (as) reaverem suas posses.

A idéia de posse e a proximidade familiar, presentes no envio de jovens mulheres à Capital, remete-nos ao século XIX, e mesmo anteriormente, por guardar similitude com as relações ali estabelecidas, principalmente no que concerne aos contatos entre senhores e escravos e também em relação aos trabalhadores livres explorados. As formas como eram comunicadas e registradas na Delegacia as fugas das jovens trabalhadoras se assemelhavam em muito aos anúncios de escravos fugidos, tanto em relação à descrição como ao caráter de “entrega”, isto é, da noção de objeto. Vejamos o seguinte anúncio de escravo fugido para tornarmos mais claro o estreitamento histórico proposto:

Fugiu [...], o escravo Severino (pode ser que mude de nome) mulato claro, alto, seco de corpo, pouca barba, cabelos crespos e sempre penteados, de 30 anos de

²⁵⁶ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), queixa s/n, p. 11v.

idade, [...], o qual foi do Sr. Raimundo Olimpio Gonçalves de Freitas, da cidade de Aracati. Quem o pegar e entregar nesta cidade, [...] será recompensado generosamente, 25 de março de 1870. Viúva Salgado & Cia (grifo nosso).²⁵⁷

A semelhança dos registros deve ser contrastada com o hiato dos mais de 60 anos de distanciamento entre os dois eventos. Entretanto, tanto em um como em outro havia uma descrição minuciosa da forma física dos indivíduos fugidos para que os possíveis leitores (as) e policiais pudessem encontrá-los e devolvê-los.

Prosseguindo na leitura da queixa prestada acerca do caso de Sebastiana, identificamos ainda outra característica que corroborava essa idéia de posse e que também era constante nesses registros: “[...] o Dr. João Bezerra comunicou que a menor Sebastiana ou Margarida, fugiu de sua residência, [...] sendo de 15 anos de idade mais ou menos, cor morena escura, cabelo cortado, trajando vestido encarnado de chita, conduzindo uma sobrinha e calçada [...]” (grifo nosso).²⁵⁸

A instabilidade quanto ao nome da jovem, tal como aconteceu em relação ao escravo Severino, era compensada pela riqueza de detalhes do corpo e da vestimenta. Não eram poucos os registros em que o queixoso sabia apenas o primeiro nome da pessoa, havendo situações em que nem essa informação se dispunha com certeza, como na queixa acima. Nos dois casos, a permuta de nome poderia significar, talvez, táticas de fuga utilizadas pelos sujeitos para, no caso das mulheres trabalhadoras livres, dificultar seu encontro ou, no caso dos escravos, sua captura.

²⁵⁷ Jornal A Constituição, 02/02/1870, *apud* FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: Simone Sousa. (Org.). Uma Nova História do Ceará. 4ª ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007, v. 1, p. 103-133, p. 115. É necessário observarmos que há um equívoco na transcrição deste documento pelo próprio jornal. A empresa apontada como sendo a proprietária do escravo fugido chamava-se Vieira Salgado Souza e Cia. Ver: APEC, Cartório de Notas Diógenes e Martins, Escrituras de compra e venda, Livros 06, p. 4v, 03/1869.

²⁵⁸ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), p. 11v.

O que podemos observar, nessa aproximação entre esses dois momentos históricos distintos, é o estreitamento de mentalidade em relação às concepções de trabalho que detinham os padrões (as) da época. É válido lembrar que alguns indivíduos tinham vivido e acompanhado a transição do período escravista para o trabalho livre.²⁵⁹ A libertação dos escravos ocorreu no Ceará em 1884, todavia, a abolição legal não significou o fim dos costumes e hábitos baseados nas antigas relações entre senhor e escravo.

Em outro relato de fuga, ocorrido em 05/03/1934, isso ficava ainda mais evidente:

O senhor João Mendonça Júnior, residente na Rua Senador Pompeu n° 2508, chácara Doutora Paula Rodrigues, comunicou nesta repartição que, no dia 5 do corrente mês, fugiu de sua residência, uma menor que se achava sob sua responsabilidade, que vivia em sua companhia há 8 anos, de nome Maria com 12 anos de idade, de cor preta e cabelos carapinho, cortados baixos (grifo nosso).²⁶⁰

O ato da fuga, o fato de a menina ser de cor preta e a característica de possuir apenas o primeiro nome denotavam bem essa continuidade histórica proposta em relação aos tempos de escravidão nos lares cearenses das décadas de 1920 e 30. Aspectos que serviam e apontavam para uma estigmatização e que, nestes decênios, ao lado da baixa idade e da diferença sexual, possibilitavam a exploração dessas meninas como serviçais domésticas, visto que a cor dos indivíduos, pelo menos em termos de Lei, não servia mais de alicerce para as tentativas de domínio e controle.

Alguns dos ricos proprietários e proprietárias do século XX, inclusive, tinham feito fortuna com a exploração do trabalho cativo. Como exemplo, podemos citar o caso de Joaquim da Cunha Freire,

²⁵⁹ Ver: FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. *Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá* : O Ceará no tráfico interprovincial 1850-1881. Fortaleza, 2005. 260 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, UFC.

²⁶⁰ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), p. 62.

o Barão da Ibiapaba. Além de importante comerciante de imóveis na Capital, esse senhor se destacou por suas empreitadas do tráfico interprovincial de cativos sendo dono de uma das maiores firmas de negócio de escravos no Ceará.

Ao falecer, deixou uma enorme fortuna em dinheiro e bens para a sua esposa Maria Eugenia dos Santos que, como Baronesa de Ibiapaba, participou do comércio de venda e compra de terras em Fortaleza, destacando-se como “senhorio direto” de vários terrenos, cobrando foros perpétuos e recebendo laudêmios.²⁶¹ Assim, tendo vivido e participado diretamente da época em que o trabalho era majoritariamente cativo, não seria difícil inferir que a concepção dessa mulher e de muitos outros indivíduos em relação ao trabalho assumisse formas de continuidade no século XX.

A própria condição de trabalhador livre para o século XIX trazia em seu bojo alguns problemas. Muitas vezes, vivendo lado a lado com escravos, a situação dos “criados de servir” não era muito distinta da vida dos cativos. Segundo Rodolfo Theóphilo, em seu livro de reminiscências, *O Caixeiro*, a vida dos empregados naquela centúria poderia ser mais penosa que a dos escravos, visto que a morte de um trabalhador livre nada significava em termos de prejuízo econômico ao patrão (a), enquanto a perda de um cativo representava dano direto resultando, assim, em cobranças mais tênues a ele.²⁶²

Dessa forma, acreditamos que os modos de vida e labores, tanto dos trabalhadores (as) livres como dos cativos (as) do século XIX, acabaram ressonando nas relações estabelecidas entre patrões (as) e empregadas no início do século XX, incidindo no cerceamento e controle das ações das jovens mulheres.

Outro aspecto do prolongamento das características entre os séculos distintos era a base de proximidade familiar para a migração do trabalhador (a), o que muitas vezes servia para justificar a vigília e intervenção direta em sua vida, ratificando o

²⁶¹ APEC, Cartório Pontes, Escrituras Particulares, Caixa 03, Livro 11, p. 19, 1921.

²⁶² THEÓPHILO, Rodolfo. *O Caixeiro*: reminiscências. Edição fac-similar. Secult, 2006.

distanciamento social existente entre empregadores (as) e criados (as):

Eu da rua apreciava o sarau. Da rua porque nós *creados de servir* não tínhamos o direito de misturar-nos com a elite da terra [...].

Por cumulo de azar, um parente meu e deles, um dia quando almoçávamos, falando-se no meu desejo de estudar, me deu patente de burro, dizendo mais que eu queria era passear no Recife, a exemplo de outro parente nosso, que se foi empregar no comércio e voltou um mês depois. Não me contive e quebrando o protocolo repeli-o (sic) dizendo-lhes umas verdades [...]. Deixava eu uma classe de escravos [...].²⁶³

O testemunho dado por Theóphilo sobre a penúria de sua vida era semelhante às difíceis situações das jovens mulheres que se empregavam na casa de familiares ou pessoas desconhecidas na Capital. O diferenciador social fincado na cisão de classes era reforçado no século XX, mas no caso das meninas trabalhadoras, incidia também a diferença sexual e a tenra idade na tentativa de controle e exploração das mesmas, as quais, muitas vezes, assim como Theóphilo, trabalharam “tendo somente casa e comida”.²⁶⁴

Mas, as complexidades das relações estabelecidas entre homens e mulheres de posses e as trabalhadoras domésticas eram ainda mais amplas. Somado aos limites espaciais referendados no espaço doméstico, isto é, os espaços e os momentos de como os criados (as) podiam circular na casa, a questão da ausência de conhecimento do nome da pessoa que ali trabalhava, às vezes há muitos anos, demonstrava o grau de distanciamento que as relações poderiam assumir.

O nome próprio, entendido como a particularização do indivíduo, procura conferir-lhe uma identidade que lhe é única e intransferível. Entretanto, a tentativa de singularização, a qual não ocorria rotineiramente, parecia só existir no momento extremado da fuga e, mesmo nesses casos, tinha uma função bem específica centrada na tentativa de reaver algo. Não representava assim um

²⁶³ THEÓPHILO, Rodolfo. Op. Cit., p. 34, 66 e 67.

²⁶⁴ Id. Ibidem., p. 57.

estritamento das relações, por vezes, pouco amistosas. Ademais, a atribuição apenas do primeiro nome para as meninas também lembrava os costumes dos tempos de escravidão, quando aos cativos eram indicados, de forma simples, nomes cristãos seguidos do nome das suas regiões de origem.²⁶⁵

Assim, as minuciosas descrições das roupas e o não conhecimento do nome completo das domésticas pareciam atender à lógica da vigilância e do distanciamento praticado pelos patrões (as). Nos casos aqui citados, o Dr. João Bezerra não sabia o nome correto da menina, mas tinha ciência dos adereços que ela usava (provavelmente comprados por ele) e até mesmo do seu modo de usar o cabelo. O *status* de doutor, marcação social específica, ao mesmo tempo em que o afastava da condição da doméstica, exigia-lhe um olhar próximo, atento às rebeldias da menina que ele possivelmente tratava e entendia como coisa, objeto, tal como agia José Mendonça.

Essa noção de vigilância também era recorrente no âmbito da delegacia. Outro aspecto comum nesses tipos de queixas, comunicações e relatos era a pergunta intencional do tabelião ou delegado se a jovem estabelecia namoro ou paquera a outrem. O oficial de plantão parecia tentar logo enquadrar o caso como um problema de sedução, conforme os códigos legislativos de época que apontavam para a inferioridade das mulheres, tanto no aspecto social como no biológico, visto serem elas percebidas como passivas das ações dos homens.

Dessa maneira, fossem nos espaços das casas em que trabalhavam ou na esfera policial e judicial, o que se objetivava era negar a possibilidade de ação dessas mulheres. A noção que se tinha delas materializava-se no tratamento disposto em suas trajetórias de vida, tal como no caso da jovem Francisca de Paula que, segundo os testemunhos na Delegacia, havia sido negociada, vigiada e seduzida. Tudo realizado pelos homens que a

²⁶⁵ FUNES, Eurípedes Antônio. Op. Cit..

circundavam, restando-lhe apenas a posição de expectadora de sua própria vida.

O que os patrões, patroas e policiais buscavam mediante suas falas parecia ser justamente a desqualificação da ação dessas mulheres que exerciam atividades domésticas. Procurava-se omitir e, ao mesmo tempo, cerceá-las o que, contudo, esbarrava na ação inventiva e cotidiana das “criadas” domésticas.

Como dito anteriormente, essas jovens eram tiradas de seus locais de origem e lançadas em domicílios diferentes de sua vivência habitual, percebendo-se em outros ambientes em que as relações de trabalho eram, por vezes, não amistosas, apontando para desdobramentos outros em que a fuga era uma atitude recorrente.

Essa foi a ação tomada por Francisca Ferreira. Sua patroa, Francisca Castelo Branco, comunicou que “[...] pela manhã [havia] fugido de sua residência uma moça menor de nome Francisca Ferreira Lima, chegada a pouco do interior para viver em sua companhia, supondo a comunicante que referida moça fugiu para empregar-se em alguma casa”.²⁶⁶ Tal comunicação reafirmava a complexidade inerente à relação entre patrões (as) e empregadas.²⁶⁷ Além disso, demonstrava a tentativa de omitir e negar as atividades dessas jovens, através dos discursos daqueles (as) que a cerceavam.

Foi justamente nessas tentativas de dominação que pudemos perceber também as insubordinações e formas de negociações estabelecidas pelas mulheres pertencentes aos grupos desprestigiados social e economicamente. Nesse sentido, como enfatiza Scott, é preciso estarmos atentos às condições e limitações próprias que circundam as relações sociais e que apontam para controles e subversões específicas ao seu tempo e

²⁶⁶ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), p. 38.

²⁶⁷ Sobre essa temática, ver o item “Patroas e empregadas: uma relação tão delicada” em SOUSA, Noélia Alves de. Op. Cit..

espaço, como no caso das relações engendradas no espaço da casa.²⁶⁸

A fala de Dona Francisca Castelo Branco nos permitiu estabelecer hipóteses sobre uma possível guerra de nervos que ocorria entre patroa e empregada, na medida em que ela supunha que sua criada havia deixado a casa por outro trabalho. Nos contatos rotineiros, diante de situações pouco amistosas, não seria exagero supor que era presente a advertência feita pela doméstica de largar aquela situação em busca de um novo trabalho.

A patroa tinha mando buscar a criada do interior para lhe servir, “para viver em sua companhia”,²⁶⁹ alicerçada na menoridade de Francisca Ferreira e na sua melhor condição socioeconômica que, inclusive, permitia-lhe negociar terras na cidade, como a compra de um terreno na Vila Santo Antonio, realizada em julho de 1938, quando pagou a José Monteiro Filho a quantia de 800\$000.²⁷⁰ Já a jovem doméstica, estabelecida na residência da primeira, passou a experimentar conflitos diários concernentes ao seu trabalho e a sua vida como um todo, uma vez que morava onde trabalhava, o que poderia ter resultado, inclusive, em conflitos mais diretos, físicos, como ocorreu em várias residências.

A exemplo de violência doméstica, podemos apontar o caso ocorrido em 15/02/1933, em outra casa, quando uma patroa esbofeteou sua empregada doméstica por divergências em torno de pagamento. Nesse caso, foi a serviçal que prestou queixa. Francisca Correia de Carvalho foi até a delegacia para denunciar Dona Olímpia

[...] residente à Rua Senador Pompeu n° 371, pela dita senhora não lhe ter pago o ordenado de 9\$324, importância esta de 14 dias que trabalhou na casa da referida senhora, a (20\$000) ao mês, alegando a dita serviçal não ter continuado com a citada Senhora, por ter esta, nestes últimos dias, lhe maltratado, com palavras acerbas, e ter no dia 14 deste, quando procurava sair da

²⁶⁸ SCOTT, James C.. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*. Campina Grande: UFCG. Vol. 21, n° 01, p. 10-31, jan/jun., 2002.

²⁶⁹ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), p. 38.

²⁷⁰ APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa 10, livro 38, p. 10, 1938.

sua casa, lhe esbofeteado, sendo [...] que a queixosa lançou mão de um tamanco, a fim de poder defender-se dos repetidos ataques de sua patroa, filhas e filho que procuravam [...] surrá-la.²⁷¹

Enquanto, Francisca Correia lutava para receber seu pequeno salário mensal de 20\$000, Dona Olímpia negociava terras no perímetro central da cidade, como na venda de um terreno na Rua Sólon Pinheiro, onde recebeu a quantia de 800\$000.²⁷² Assim, paralelo ao profundo hiato socioeconômico que circundava a vida dessas mulheres, conferindo poderes àquelas que eram patroas no espaço doméstico e, por vezes, negociantes na cena pública, poderiam ocorrer ainda tentativas de submeter as empregadas domésticas mediante o emprego da força física.

No caso envolvendo a senhora Francisca Castelo Branco, a busca pelo controle da vida da serviçal estava expressa no comunicado feito à polícia. A ênfase dada à idade da moça corroborava a proposição de ela ser menor e, nesse caso, produto de uma negociação acertada anteriormente entre a patroa e a família da mesma. Transação verbal esta que, por ser quebrada, chegava à delegacia e que justamente por sua característica primeira, a de acontecer à revelia da principal interessada, a jovem trabalhadora, sofria forte risco de estar fadada ao fracasso, uma vez que tais mulheres adentravam em um mundo domiciliar estranho, entrando em choque com as tentativas de controle engendradas pelos patrões (as).

Dessa forma, era um contrato verbal que se pensava e se queria racional e intransitivo, mas que esbarrava na transitoriedade das ações femininas, aqui refletidas e analisadas no sentido trabalhado por Arendt (1983). Para esta autora, a ação racional planejada seria limitada diante do devir histórico, isto é, o produto da ação humana seria sempre imprevisível e irreversível, perecível de compreensão e análise histórica.

²⁷¹ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), p. 35, 1933.

²⁷² APEC, Cartório Ponte, Escrituras Particulares, Caixa. 07, p. 113, 1935.

Nesse registro, Francisca Castelo Branco não foi vitoriosa no seu intento. Na ânsia de resolver o caso e fazer valer o acordo implícito do qual essa senhora foi lesada com a fuga da jovem, o delegado encaminhou e deu seguimento à queixa no mesmo dia. Todavia, a nota escrita por ele foi bem enfática comentando a resolução da contenda: “A moça [...] tem 21 anos, saiu por livre e espontânea vontade e voluntariamente empregou-se na mercearia do Sr. Joaquim Barbosa à Rua Tristão Gonçalves, nº. 41”.²⁷³

A jovem, então, parecia ter ciência de sua situação e, pela sua própria vontade, acabou optando por atividades em um local diferente, no qual visualizou melhores condições de vida e trabalho. Nem a autoridade policial podia fazer com que Francisca Ferreira retornasse, pois ela já dispunha de sua maioridade. Ambos, patroa e polícia, viam-se frustrados e impotentes frente à ação dessa mulher que discordou de uma negociação na qual ela tinha sido significada como produto.

No entanto, nem todos os desaparecimentos eram acompanhados por situações favoráveis às jovens mulheres. No caso de Francisca Ferreira, talvez as possíveis ameaças de abandono do trabalho devessem ocorrer quando ela ainda não havia alcançado sua maioridade, possivelmente razão pela qual ela ainda permanecia naquele espaço.

Dessa forma, fica claro que eram recorrentes as situações em que mulheres, ainda meninas, fossem para a casa de patrões e patroas na Capital e tivessem sua infância ocupada pelo labor doméstico. Dentro desse processo, parece-nos que foi justamente a segurança da maioridade que permitiu a Francisca a possibilidade de buscar outra forma de viver, optando por outro emprego.

Muitas foram as jovens que não conseguiram romper com o acordo firmado entre suas famílias de origem e os patrões (as) residentes em Fortaleza, sendo obrigadas a voltar e cumprir sua

²⁷³ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (10/1921 a 06/1922), p. 35, 1933.

parte na transação como produto negociado, impelidas por suas idades tenras. Entretanto, isto não quer dizer que não tenham estabelecido formas outras de lutas diárias, construindo táticas e, em muitos casos, empregando fuga.

A queixa prestada por Moacir Cavalcante contra outra menor, que também se chamava Maria, parece-nos esclarecedor sobre as possíveis estratégias traçadas por essas jovens trabalhadoras:

Moacir Cavalcante, 1º Cabo do 23 B.C., comunicou que [...] havia fugido da casa de seu cunhado Plácido Barroso [...] a menor Maria, cuja menor tem duas conhecidas empregadas nas casas 2.124 e 2.098, casas estas situadas no Benfica, as quais dizem, conhecer o rapaz, com o qual, a dita menor fugiu.²⁷⁴

Tomando este registro juntamente com os demais, podemos supor pelo menos duas formas distintas de redes de solidariedade e relações de poder. A primeira delas remete ao tecido formado por aqueles que tentavam manter o controle sobre o corpo das mulheres. Assim como no episódio do desaparecimento da menor Celsa, em que os irmãos José e Vicente atuaram junto à família da jovem para conseguir com que a mesma fosse trazida para a Capital, nesse caso da jovem Maria a parceria do controle entre os familiares que eram cunhados também esteve bastante evidente, posto que foi Moacir que prestou a queixa, ainda que Maria trabalhasse na residência de Plácido.

Por outro lado, também se observavam esses tipos de relações na esfera oposta. Foi mediante o apoio do namorado e de duas amigas, que também eram domésticas, que Maria conseguiu fugir driblando as imposições e marcações estabelecidas tanto pelos seus patrões como pela própria polícia. A qualificação do episódio na forma de queixa e não de comunicação dava cores singulares a esse evento. Nesse sentido, mais uma vez uma jovem não cumpria os acordos firmados. O agravante se dava por ter ela

²⁷⁴ APEC, Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), queixa nº. 93, p. 92v.

fugido com um rapaz. Sendo menor, seu namorado acabava enquadrado criminalmente no âmbito policial.

O caso de Maria guardava similitudes também com a queixa que envolvia Francisca Paula. Como já mencionado, as perguntas do delegado buscavam induzir as respostas dos queixosos sendo uma constante a argumentação quanto à existência ou não de homens sedutores. Tanto no caso de Francisca Paula como na situação envolvendo a jovem Maria, a idéia da existência de um sedutor foi efetivada. Tentava-se, com essa ação, mais uma vez, omitir ou mesmo negar a ação dessas mulheres. Seduzidas, elas eram representadas como vítimas, jovens enganadas pelos homens conquistadores e, dessa forma, impelidas a quebrarem os contratos estabelecidos por suas famílias. De acordo com a lógica policial, elas agiam não por vontade própria, mas de acordo com os desejos de outrem.

O que de fato não se queria ou não se conseguia visualizar no âmbito policial era que tais fugas, ainda que efetuadas com o auxílio de possíveis amantes, longe de representarem uma manipulação dessas mulheres pelos seus companheiros, podiam significar uma tomada de consciência da situação desfavorável e da exploração às quais elas poderiam ser alvo cotidianamente. Assim, elas possivelmente encontravam na fuga, entre outras ações, como no furto e na agressão, opções extremadas na procura pela liberdade ou simplesmente na busca de melhores condições de vida. Ações que poderiam ter apoio de seus companheiros e de suas amigas.

Não queremos negar com isso, a existência dos crimes de sedução em que várias mulheres ou mesmo meninas foram desvirginadas com a falsa promessa de casamento. Um rápido olhar sobre os processos criminais classificados sob essa temática demonstra isto.²⁷⁵ Entretanto, não podemos perder de vista a

²⁷⁵ APEC, Tribunal de Justiça, Ações Criminais, Crimes Sexuais.

pluralidade dessas relações, buscando pôr em destaque as contradições presentes nessa realidade histórica.

Tentamos proceder à investigação e análise das estratégias de controle, elaboradas tanto pelos patrões e patroas como pelos policiais no tratamento das mulheres trabalhadoras, para mostrar como eram diferentes as suas vidas ainda que em um mesmo meio social e, às vezes, nas mesmas residências. Se, de um lado, aquelas que eram negociantes eram capazes de dispor do aparato econômico e prestígio social alcançado no âmbito das transações imobiliárias para impetrarem melhores condições de vida e outras formas de se relacionarem com os homens e outras mulheres, dirimindo, assim, as divergências com base na diferença sexual e proporcionando outras relações de gênero, por outro lado, elas também pareciam proporcionar movimentos contrários.

Ao exercerem atividades externas e públicas, necessitavam de indivíduos que trabalhassem no âmbito doméstico e, dessa maneira, poderiam impetrar a lógica de contratação de jovens mulheres vindas do interior, possuindo fortes alicerces no contato familiar e no aparelho policial para o envio, controle e vigilância das mesmas. Evidente que nem todas as envolvidas no comércio de imóveis participavam dessas redes de relações. Todavia, existia a possibilidade para elas e para muitos outros homens de se fazerem presentes nesses momentos negociando, assim, não apenas imóveis e terras, mas também a vida dessas jovens trabalhadoras, visto que não eram poucos os indivíduos de camadas sociais privilegiadas que contratavam mulheres para a execução de serviços domésticos.

Por outro lado, podemos dizer que as mulheres empregadas no espaço doméstico impetravam diferentes ações e tentavam tomar para si a condução de suas próprias vidas, tais como as importantes negociantes. Nesse sentido, trabalhavam, participavam do comércio local e também namoravam, mas não na simples perspectiva pejorativa que lhes era atribuída na delegacia e no espaço da casa, isto é, como forma de desqualificar suas

ações. Trabalhavam para o sustento de si e de suas famílias; namoravam por questões subjetivas próprias, que não foram possíveis evidenciar, e porque buscavam por em prática uma vida social que lhes tentava ser negada mediante acordos em que elas participavam apenas como produto e que intentavam colocá-las como simples expectadoras de seus próprios destinos.

Dessa forma, se existiam as tentativas de controle havia também as formas de insubmissão. Essas mulheres trabalhadoras domésticas pareciam assim significar o momento do furto, da agressão e da fuga como as expressões máximas dos conflitos de trabalho no espaço privado das residências. Na tentativa de se esquivarem da exploração a que eram submetidas, buscavam novas formas de vida e apontavam maneiras outras de experimentar a cidade de Fortaleza, diferentes daquelas experimentadas por seus patrões e por suas patroas. Estes (as), como vimos, avançavam na constituição de relações de gênero diferenciadas no espaço público, mas pareciam reafirmar aspectos convencionais no espaço privado, reafirmando aspectos, inclusive, dos tempos de escravidão.

Todavia, as ações das mulheres aqui pesquisadas e pertencentes aos diferentes grupos sociais eram convergentes em vários outros pontos. Ricas ou pobres, negociantes ou empregadas, profissionais liberais ou ambulantes, entre muitas outras, o que parecia envolver a ação delas era a busca por melhores condições de vida, sobrevivência em alguns casos, confrontando-se, dessa maneira e quando necessário, com os diferentes obstáculos que surgiam em suas caminhadas, fossem eles de gênero, de caráter social ou econômico.

Porém, o alcance dessas ações, tomadas no momento de intensa evolução material em Fortaleza, variava e repercutia conforme os parâmetros sexuais, as condições sociais, origens regionais, de acordo com as suas idades, entre outros elementos que se entrecruzavam. Em suma, o que podemos afirmar é que enquanto o desenvolvimento citadino abriu possibilidades de

atuações diversas para muitas mulheres, implicando possíveis formas de emancipação social, sendo este um aspecto relativamente aceito em termos gerais e até mesmo estimulado por alguns, como o Doutor Adonias, para outras mulheres as dificuldades e os obstáculos impostos eram muito mais intensos. Por diversas vezes, inclusive, eram reforçados por aquelas que avançaram em conquistas no âmbito social desfazendo limitações de gênero. Peculiaridades da Fortaleza dos anos de 1920 e 30.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha por trabalharmos com a temática das experiências de mulheres no desenvolvimento da cidade de Fortaleza, como mencionado na introdução deste trabalho, surgiu a partir de outro objetivo inicial. No início, a perspectiva que se mostrava mais interessante era saber como se davam os processos em que as mulheres faziam os homens de vítimas e seus aspectos envoltos.

Entretanto, nos deixaram bastante intrigados os contatos com algumas obras da historiografia local²⁷⁶ que afirmavam que as mudanças das relações de gênero ocorreram, sobretudo, após a Segunda Grande Guerra. Outros trabalhos específicos para o período de 1920 e 30²⁷⁷, inclusive, analisaram as ações das mulheres fortalezenses enfaticamente em termos de cerceamento, na medida em que estas esbarravam na violência exercida pelos homens. Para Noélia Alves, por exemplo, “A liberdade [das mulheres era], simbolicamente, Vermelha [...] porque [dentre outros fatores] as mulheres derramaram o seu sangue para consegui-la ou mantê-la [...]”.²⁷⁸

Contudo, pareciam existir outras realidades para uma essa mesma cidade, que acabaram nos interessando. Momentos em que as ações das mulheres não eram limitadas, controladas e também não esbarravam nos ditames estabelecidos pelos homens.

Os objetivos do trabalho foram, então, sofrendo extremas mudanças ao longo da pesquisa. Não no sentido de apontar que os estudos anteriormente citados estavam equivocados e tampouco

²⁷⁶ Ver: SEMEÃO E SILVA, Jane D. *Mulheres de Fortaleza nos anos de 1940: uma vivência da segunda guerra mundial*. RJ, 2000. 166 p. Dissertação (Mestrado interinstitucional em História Social da UFRJ/UFC). Instituto de filosofia e ciências sociais, UFRJ. HERCULANO, Ana Maria Xavier. *Todo dia ela faz tudo sempre igual? Feminismo e cotidiano: discurso e organização de mulheres na periferia de Fortaleza*. Fortaleza, 1988, 100 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia da UFC).

²⁷⁷ Ver: GUEDES, Mardônio e Silva. *O preço da Recusa: Violência e Limites Morais do Meretrício em Fortaleza 1930-40*. 1999. 175p. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP. SOUSA, Noélia Alves de. *A liberdade é vermelha? Um estudo da violência contra as mulheres nas décadas de 20 e 30 do século XIX*. São Paulo, 1997. 253 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP.

²⁷⁸ SOUSA, Noélia Alves de. Op. Cit., p. 236.

em uma perspectiva historicista em que fosse contemplada uma *verdade objetiva*. O intuito era envolver outros olhares para o mesmo espaço e momento, a fim de apontar aspectos que não tinham sido contemplados, analisados e que pareciam bastante importantes para serem submetidos à interpretação histórica.

Diante de uma legislação do período que remetia as mulheres ao espaço doméstico definindo papéis diferentes para elas e para os homens, além da existência de estudos que apontavam para uma intensa violência sofrida pelas mulheres, uma problemática que ganhou força foi a busca pelo entendimento das formas de participação das mulheres no espaço público. Esta questão se mostrou ainda mais interessante por visualizarmos variadas quebras e rupturas entre o ideal legislado e as práticas dos sujeitos.

Nesse sentido, não buscamos afirmar a importância da esfera pública sobre a privada, desvalorizando-a, mas observar que naquele espaço as mulheres também atuavam e que ele não era restrito aos homens. Embora existissem delineamentos comportamentais, estes acabavam esbarrando nas ações imprevisíveis dos indivíduos, sobretudo, das mulheres que, ao ocuparem novos espaços e profissões, redefiniam os balizamentos dos perfis femininos e, dessa maneira, também dos masculinos.

A nossa preocupação também foi pautada pela busca de não enveredar na associação *mulheres-espaço privado*. De fato foram muitos os trabalhos que trataram o privado entendendo-o como âmbito evitado de relações de poder, longe da passividade e conformismo sugeridos pela rígida divisão *público-privado*, tendo, inclusive, nessa reflexão, uma relevante contribuição dos movimentos feministas. A importância deles para as ciências humanas é inquestionável.

Entretanto, acreditamos que esse tipo de abordagem, somada aos muitos outros trabalhos que dão preferência às *mulheres do povo*, acaba deixando de lado diversas outras experiências também importantes para a análise histórica. Tratam-

se de preferências, de aspectos subjetivos que acabam sendo materializados na historiografia.

Ao chamarmos atenção para outras questões, estamos nos referindo ao que Eni de Mesquita Samara (2003) denominou de abordagens das “mulheres notáveis” que, assim como as demais e tendo suas histórias de vida entrecruzadas com as mais pobres, também firmavam ações cotidianas improvisadoras e questionadoras, além de participarem de forma direta de movimentos mais amplos na escala pública.

Mulheres que, como vimos, ocupavam posições de destaque, que transitavam entre as duas esferas mostrando como eram tênues os seus limites, além de denotarem como poderiam ser burladas as significações em torno do que era próprio das mulheres e dos homens, desfazendo dicotomias. Assim, intentamos fazer não uma história das mulheres nos espaços dos homens, mas uma história que mostrasse como os espaços e ofícios de caráter mais público também eram âmbitos de suas atuações, ainda que com algumas dificuldades inerentes àquele tempo e espaço.

Mesmo dando peso substancial à atuação das mulheres na cena pública, buscamos enxergá-las também em suas lidas no espaço privado, tentando entender os paradoxos ali evidenciados em seus contatos, tanto em relação a outras mulheres como em relação aos homens. Tal perspectiva se deu não em uma tentativa de matizar a abordagem entre público e privado, mas sim por observarmos interligações e entrecruzamentos importantes que, algumas vezes, estiveram materializados nas mesmas mulheres e homens que agiam nas duas esferas.

É necessário reconhecermos ainda que ao enfatizarmos as ações das mulheres talvez, muitas vezes, acabamos pondo de lado uma abordagem mais específica em termos de gênero, embora pensemos que uma história das mulheres não esteja desvinculada de tal temática, além de outras variações como a classe social, o

estado civil, a idade, entre outros que nos esforçamos por demonstrar.

Dessa forma, ao apontarmos o acesso de muitas mulheres aos bens materiais dos familiares, como de maridos, pais, mães, entre outros, acreditamos que isso possa ter possibilitado opções de ação e comportamentos diferentes no meio social, modificando, assim, aspectos culturais, principalmente, aquelas baseadas nas diferenças sexuais, na medida em que estavam entrecruzados. Contudo, não objetivamos afirmar, por exemplo, que havia uma associação simplória entre a condição de ascensão socioeconômica e as rupturas no âmbito de gênero. Certamente, muitas mulheres de camadas abastadas eram cercadas por parâmetros com base em perfis femininos.

As ações das mulheres mais pobres indicaram que as rupturas em termos de gênero não eram privilégio de um grupo específico de mulheres. Ainda que muitas vezes estivessem enfrentando intensas carestias de ordem material, aquelas pareciam não se curvar aos limites que lhes eram impostos. Avançavam, assim, em ações que questionavam os modelos de comportamentos estabelecidos, também buscando romper configurações de gênero daquele momento histórico e trazendo outras significações para as suas relações diárias.

Ao mapearmos as diferentes ações, tanto de mulheres mais ricas e com instrução educacional como daquelas mais pobres e sem acesso à educação, pudemos perceber que de diferentes maneiras a tentativa de configurar e exercer perfis femininos idealizados, muitas vezes na prática, acaba esbarrando nas atitudes dos sujeitos. Não quisemos dizer com isso que existisse uma consciência feminista de ordem política que perpassasse a vida dessas diferentes mulheres. Esse não era o objetivo do trabalho.

Contudo, diante das adversidades e oportunidades cotidianas, muitas vezes, suas ações questionavam os parâmetros sociais e culturais alicerçados nas diferenças sociais e sexuais,

ainda que não configurassem formas de organização com objetivos definidos. Denotavam movimentos mais amplos, porém mais fluidos, em que os comportamentos diferenciados das mulheres pareciam ser, paulatinamente, cada vez mais aceitos.

Assim, o que parece ter ocorrido na Fortaleza dos anos de 1920 e 30 foram movimentos singulares que permitiram o dilatamento da presença das mulheres com diferentes formas de agir. Ao se dinamizar economicamente e se expandir espacialmente, com aumentos significativos no número de habitantes, criavam-se novas necessidades e modificavam-se as antigas, abrindo diferentes possibilidades de atuação dos sujeitos que, inclusive, apontavam para o rompimento e criação de novos costumes.

Não se trata de afirmarmos que as mulheres não tivessem uma participação ativa antes desse período. Entretanto, data dos anos 20 e, sobretudo, da década de 1930, o aumento substancial e inédito de suas presenças no comércio de imóveis de Fortaleza, o que permitiu que nos dedicássemos mais especificamente a essas décadas. Mulheres que passaram a atuar em outros espaços, que tinham acesso a outras informações, que podiam se comportar diferentemente e que, dessa forma, passaram a perceber o mundo e suas relações estabelecidas com outros sujeitos de uma forma também diferenciada.

Mesmo existindo proprietárias comerciantes nos anos passados ou mesmo no século XIX, foram aqueles dois decênios que significaram a ampliação da atividade e da presença das mulheres e se tornaram singulares na história fortalezense. Dessa forma, podemos dizer que foi um momento crucial onde houve uma pressão irresistível na remodelagem, e até mesmo mudança dos costumes, das formas de os sujeitos se relacionarem que, conforme nos esforçamos para demonstrar, recaíram de maneira especial sobre as mulheres.

Contudo, não queremos, nem temos a ousadia de dizer que isso significou que a sociedade fortalezense mudou

completamente. Dentro dela, como vimos, existiam múltiplas cidades e diferentes sujeitos que, no movimento de expansão citadina, buscavam sustentar suas posições privilegiadas, reforçando antigos e novos estigmas. Além do mais, dentro desse quadro de mudanças históricas em Fortaleza, existiam continuidades, tentativas de manutenção de poder e de formas de exploração que, com as modificações de ordem material, buscavam se adaptar e se manter vivas. Aspectos que apontavam para a preservação de diferenças de gênero.

Todavia, mesmo assim, entre as tentativas de manutenção de modelos que afirmavam a inferioridade das mulheres tendo por base e se legitimando nas legislações de época, expressando-se ainda nos jornais e em muitas ações diárias, havia disputas permanentes, formas de as mulheres e os homens se relacionarem cotidianamente que não estavam sujeitas a tais modelos e iam de encontro a eles. Os limites de gênero estabelecidos pelos códigos estavam postos, mas a qualquer instante poderiam ser quebrados, superados ou mesmo invertidos, de acordo com a ação e interesse das mulheres e também dos homens. Nosso intento foi, em certa medida, evidenciá-los e analisá-los, buscando explicar um pouco mais sobre essa dinâmica e plural realidade da cidade de Fortaleza.

FONTES

1 – Processos Criminais

Guarda e Acesso: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)

- APEC, Tribunal de Justiça, Ações Criminais, Ferimentos, Caixa-37, 1937/28.

Acusada: Maria Luiza de Oliveira Ferro

- APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Cobrança de Dívidas, Caixa 04, processo nº 1939/38.

Acusado: Esmerindo da Cunha Araújo

- APEC, Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Ofícios Diversos, Caixa 14, processo nº 1940/09.

Notificado: Vicente Maia

- APEC, Tribunal Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Crimes Sexuais.
- APEC, Tribunal Fundo: Tribunal de Justiça, Série: Ações Criminais, Sub-série: Crimes Contra a Propriedade.

2 – Outros Registros

Guarda e Acesso: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)

- Livro de Registro de Identificações Criminais, 1934, nº 34.
- Rol dos Culpados (fev/1934 – set/1938), nº 857.
- Livro de Registro de Queixas da Primeira Delegacia da Capital (07/1932 a 05/1935), Caixa 190, n. 37.
- Livro de Registro de Queixas da I Delegacia (10.1921 a 06.1922).
- Livro Apresentação De Delinqüentes Ao Gabinete De Identificação (04/1932 - 07/1937).
- Arrolamento da população de Fortaleza (Censo de 1887).

3 – Escrituras

Guarda e Acesso: Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)

- Escrituras particulares e públicas de compra, venda, aluguel e hipoteca de imóveis - Cartório Pontes (1920-40).
- Escrituras de empreitada - Cartório Pontes (1927).
- Escritura Anti-Nupcial de Pierina Rossi.
- Escrituras públicas de compra e venda de imóveis - Cartório Diógenes e Martins (1854 – 1866).

4 – Jornais, Guias e Almanques

Guarda e Acesso: Biblioteca Pública Menezes Pimentel

- Folha do Povo: 1931.
- Gazeta de Notícias: 1930, 1931, 1933, 1935, 1936, 1937, 1938, 1939.
- O Povo: 1929, 1930, 1931, 1932, 2007.
- Guia da Cidade de Fortaleza de 1939.
- Guia Cearense de 1927.
- Almanaque Estatístico, Administrativo, Mercantil, Industrial e Literário do Estado do Ceará para o ano de 1920, 1922, 1935, 1936, 1937.

5 – Códigos Legislativos

Guarda e Acesso: Biblioteca do Direito da UFC

- Código Civil de 1916.
- Constituição brasileira de 1891.
- Código Municipal (Decreto nº 70, de 13 de Dezembro de 1932).

6 – Cronistas e Memorialistas

Guarda e Acesso: Biblioteca do Centro de Humanidades da UFC

- ADERALDO, Mozart Soriano. *História abreviada de Fortaleza e crônicas sobre a cidade amada*. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1993.

- ALENCAR, Edigar de. *Fortaleza de ontem e anteontem*. Fortaleza: Edições UFC/PMF, 1972.
- CAMPOS, Eduardo. *O inventário do cotidiano* (breve memória da cidade de Fortaleza). Fortaleza: Edições Fundação Cultural de Fortaleza/PMF, 1996.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Branca Moreira. *O que é feminismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.
- ATAYDE, Marla Albuquerque. *MULHERES INFANTICIDAS: O Crime de Infanticídio na cidade de Fortaleza na Primeira Metade do Século XX*. Fortaleza, 2007. 257 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, UFC.
- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. *Cidade na contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX*. São Paulo, 1996. 196p. Dissertação (mestrado em História). PUC.
- BARROSO, Olga Monte. *Quem são elas*. Fortaleza: IOCE, 1992.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. 12ª edição. Editora Nova Fronteira, 2002.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Vol. 1. 5 ed. Brasiliense: 1993.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- CASCUDO RODRIGUES, João Batista. *A Mulher Brasileira Direitos Políticos e Civis*. Coleção Mossoreense, Vol. XI, Série C (Livros), 1962.
- CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 75 e 76.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1998.
- DAMATTA, Roberto. *A casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.
- DAVIS, Natalie Zemon. *Nas Margens: Três Mulheres do século XVII*. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (orgs.) *História das Mulheres no Brasil*. Contexto, 1997.
- SILVA DIAS, Maria Odila Leite da. *Quotidiano e poder em São Paulo o século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DIOCLECIANA, Paula. *Do recato à moda: moral e transgressão na Fortaleza dos anos 1920*. Fortaleza, 2002. 241 p. Dissertação (Mestrado em História Social da UFC).
- DUPONT, Christine. O inimigo principal. In: DURAND, Emmanuèle et al (org.). *Liberação da mulher: ano zero*. Tradução: Sônia Roedel e Liliana Santos. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.
- FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. *Catirina minha nega, Teu sinhô ta te querendo vende, Pero Rio de Janeiro, Pero nunca mais ti vê, Amaru Mambirá : O Ceará no tráfico interprovincial 1850-1881*. Fortaleza, 2005. 260 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará, UFC.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. 6 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984a.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1985b.
- FUCK JÚNIOR, S. C. F.. Aspectos históricos da expansão urbana no sudeste do município de Fortaleza, Ceará - Brasil. *Caminhos da Geografia* (UFU. Online), Uberlândia-MG, v. 13, p. 141-157, 2004.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. In: Simone Sousa. (Org.). *Uma Nova História do Ceará*. 4ª ed. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2007a, v. 1, p. 103-133.
- _____; RIBARD, Franck. Agregados e Criados: Paternalismo e Sujeição na Fortaleza da Belle Époque. *Comunicação apresentada no I Seminário PROCAD – História*, Fortaleza, 2003b, pag.5.

- GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- GINZBURG, Carlo. *A Micro-História e Outros Ensaio*s. Rio de Janeiro, 1989.
- GIRÃO, Raimundo. *Geografia estética de Fortaleza*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1979.
- GUEDES, Mardônio e Silva. *O preço da Recusa: Violência e Limites Morais do Meretrício em Fortaleza 1930-40*. 1999. 175p. São Paulo, Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP.
- HALL, Catherine. Sweet Home. In: PERROT, Michelle *et al. História da vida privada*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. v.4.
- HEILBORN, Maria Luíza. Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 93-125.
- HERCULANO, Ana Maria Xavier. *Todo dia ela faz tudo sempre igual? Feminismo e cotidiano: discurso e organização de mulheres na periferia de Fortaleza*. Fortaleza, 1988, 100 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia da UFC).
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza: 1945-1960*. São Paulo: Annablume, 2000.
- JULIANO, Dolores. *Excluídas y marginales: uma aproximación antropológica*. Ediciones Cátedra, 2004.
- LEMENHE, Maria Auxiliadora. *As razões de uma cidade: conflito de hegemonias Fortaleza em questão*. Fortaleza: Stylos, 1991.
- MARTINS JÚNIOR, Carlos. Normas sexuais e exclusão social: o Direito Penal e os padrões de honra e honestidade feminina no Brasil da Belle Époque. In: PERARO, Maria Adenir; MIRANDA BORGES, Fernando Tadeu de. (orgs.). *Mulheres e famílias no Brasil*. MT: Carlini & Caniato, 2005, p. 37-53.

- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002a.
- _____. Outras Histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de; SOHET, Raquel e MATOS, M. Izilda Santos. *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1988b.
- MARQUES, Teresa Cristina de Novaes Marques. A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo. *Textos de História*, Brasília, v. 12, n. 1/2, p. 127-144, 2004.
- MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. *Revista Econômica Contemporânea*, 5 (2): 155-179, jul./dez, 2001.
- NEVES, Frederico de Castro. A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- NECKEL, Roselane *et al.*. Aborto e infanticídio nos códigos penais e nos processos judiciais: a pedagogia de condutas femininas. In: PEDRO, Joana Maria (org.). *Práticas Abortivas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio do século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003, p. 85 – 110.
- OLIVEIRA, Almir Leal de. Universo letrado em Fortaleza na década de 1870. In: SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro; OLIVEIRA, Almir de *et al.* *Intelectuais*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p 15-40.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero na Pesquisa Histórica. *Revista Catarinense de História*. Nº. 2, p. 35-44, 1994a.
- _____. *Mulheres Honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. 2º edição. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998b.
- _____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. *Revista História*. São Paulo: Editora UNESP, 2005c, vol. 24 (1), p. 77-98.
- _____; WOLFF, Cristina Scheibe. Nosotras e Círculo de Mulheres brasileiras de Paris. *ArtCultura* (UFU), v. 9, p. 55-70, 2007d.

- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: Reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. 3º edição. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista: gênero e história. IN: PEDRO, Joana M. e GROSSI, Miriam P. *Masculino, feminino, plural gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis, 1998, p. 21-41.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- SAMARA, Eni de. (org). *Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1988a.
- _____. *Família, mulheres e povoamento: São Paulo, século XVIII*. SP: EDUSC, 2003b.
- _____. Mulheres chefes de família e de domicílio no Brasil: séculos XIX e XX. In: MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura; AMARAL, Vera Lúcia. (orgs). *História econômica: reflexões e construção do conhecimento*. SP: Alameda, 2006c.
- _____. FREITAS SOUSA, José Weyne de. Morar e viver no Nordeste do Brasil: Fortaleza, século XIX. *Trajetos: Revista do Departamento de História UFC*. Fortaleza: Departamento de História da UFC, vol.4, n° 7, p. 14 – 68, 2006d.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica, Tempo, Razão e Emoção*. 4º Edição. SP: EDUSC, 2004.
- SCOTT, James C.. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*. Campina Grande: UFCG. Vol. 21, n° 01, p. 10-31, jan/jun., 2002.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 1990a, v.16, n.2, p.5-22, jul/dez.
- _____. Experiência. In: SILVA, Alcione Leite da et al. *Falas de Gênero: Teorias, Análise, Leituras*. Florianópolis, 1999b, p. 21-55.

- SEMEÃO E SILVA, Jane D. *Mulheres de Fortaleza nos anos de 1940: uma vivência da segunda guerra mundial*. RJ, 2000. 166 p. Dissertação (Mestrado interinstitucional em História Social da UFRJ/UFC). Instituto de filosofia e ciências sociais, UFRJ.
- SILVA FILHO, Antonio Luiz e. *Paisagens do consumo: Fortaleza no tempo da Segunda Grande Guerra*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002a.
- _____. *A cidade e o patrimônio histórico*. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2003b.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil colonial*. Nova Fronteira, 1998a.
- _____. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. *Acervo*, revista do Arquivo Nacional, 1996b, v. 9, n 1-2, jan./dez.
- SILVA, José Borzachiello da. *Movimentos Sociais Populares em Fortaleza*. Tese de doutorado. USP, 1986.
- SOIHET, Rachel. *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1820-1920*. Rio de Janeiro, 1989.
- SOUSA, Noélia Alves de. *A liberdade é vermelha? Um estudo da violência contra as mulheres nas décadas de 20 e 30 do século XIX*. São Paulo, 1997. 253 p. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP.
- SWAIN, Tânia Navarro. Amazonas Brasileiras: impossível realidade? *PADÊ: estudos em filosofia, raça, gênero e direitos humanos*, UniCEUB, FACJS, Vol.2, N.1/07. Brasília: 2007.
- VIEIRA BEZERRA, José Tanísio. Quando a ambição vira projeto: Fortaleza, entre o progresso e o caos (1846/1879). São Paulo, 2000. 185 p. Dissertação (Mestrado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. PUC-SP.
- THÉBAUD, Françoise. (Org.). *História das mulheres no Ocidente: o século XX*. Tradução de Alda Maria Durães et. al. Porto: Afrontamento; São Paulo: Ebradil, 1995. v. 5.

- THEÓPHILO, Rodolfo. *O Caixeiro: reminiscências*. Edição fac-similar. Secult, 2006.
- THOMPSON, E. P.. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, 2001.
- VIEIRA JÚNIOR, Antonio Otaviano. *A família na Seara dos sentidos: domicílios e violência no Ceará (1790-1850)*. São Paulo: USP, 2002, 300 p. Tese de Doutorado em História Econômica.
- YANNOULAS, Silvia Cristina. Iguais mas não são idênticos. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ. Vol.2, N°3/94, p. 7-16.

